

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGHIS

POLÍTICA, A ARTE DE LEMBRAR E ESQUECER:
OS PROJETOS POLÍTICOS PAULISTAS (1933-1934)

CAROLINA SOARES SOUSA

BRASÍLIA, 2012

CAROLINA SOARES SOUSA

POLÍTICA, A ARTE DE LEMBRAR E ESQUECER:
OS PROJETOS POLÍTICOS PAULISTAS (1933-1934)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do Título de Mestre em História (Área de Concentração: História Social; Linha de Pesquisa: Sociedade, instituições e poder).

ORIENTADORA:
PROFA. DRA. DIVA DO COUTO GONTIJO
MUNIZ

BRASÍLIA, 2012

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília. Acervo 998148.

S725p Sousa, Carolina Soares.
Política, a arte de lembrar e de esquecer : os projetos políticos paulistas (1933-1934) / Carolina Soares
Sousa. -- 2012.
126 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2012.

Inclui bibliografia.

Orientação: Diva do Couto Gondijo Muniz.

1. Oliveira, Armando de Salles, 1887-1945. 2. Imprensa e política. 3. Planejamento político. 4. Brasil - política e governo - 1930-1934. 5. Brasil - História - Revolução, 1930. 6. Brasil - História - Revolução Constitucionalista, 1932. I. Muniz, Diva do Couto Gondijo. II. Título.

CDU 981

CAROLINA SOARES SOUSA

POLÍTICA, A ARTE DE LEMBRAR E ESQUECER:
OS PROJETOS POLÍTICOS PAULISTAS (1933-1934)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do Título de Mestre em História (Área de Concentração: História Social; Linha de Pesquisa: Sociedade, instituições e poder).

BANCA EXAMINADORA

PROF^a. DR^a. DIVA DO COUTO GONTIJO MUNIZ - UNB
Presidente da Banca

PROF. DR. NOÉ FREIRE SANDES - UFG
Examinador

PROF^a. DR^a. LUCÍLIA DE ALMEIDA NEVES DELGADO - UNB
Examinador

PROF^a. DR^a. IONE DE FÁTIMA OLIVEIRA - UNB
Suplente

Brasília, 06 de março de 2012.

Para meus pais,

Eliana e Winter

AGRADECIMENTOS

Desejo lembrar amigos e ressaltar a importância de todos aqueles que contribuíram para a realização deste trabalho e participaram da minha passagem pela Universidade de Brasília.

À professora orientadora Dra. Diva do Couto Gontijo Muniz, meus sinceros agradecimentos pela acolhida, confiança, paciência e seriedade com a qual conduziu esta pesquisa. Além da valiosa orientação, serviu-me de exemplo.

Ao professor Noé Freire Sandes, agradeço pela acuidade com a qual acompanha minha trajetória. Nossa interlocução continua cara para mim.

Dentre os professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, foram fundamentais para esta pesquisa as sugestões das professoras Lucília de Almeida Neves Delgado e Ione de Fátima Oliveira, apresentadas quando do exame de qualificação.

À Fabiane Oliveira, agradeço pela amizade incondicional. Sua companhia tornou a estrada para Brasília menos cansativa; sua amizade faz a vida parecer mais leve.

À Tálita Christina, agradeço pelo inestimável auxílio para que eu cursasse o mestrado em Brasília. Durante os primeiros meses, talvez os mais difíceis, tive sua casa e companhia como alicerce. O Arthur espanta qualquer tristeza. Tenho sorte de ser parte dessa família.

À Júlia Fúria, ao João Leonel e ao João Gabriel da Rocha, quero registrar que ganhar a amizade de vocês foi uma das gratas surpresas que a Universidade de Brasília me proporcionou.

É preciso também agradecer à Thaisy Sosnoski, amiga com quem divido as expectativas e angústias quanto às incertezas do futuro; à Gabriela Carmona, à Idila de Roure e ao Ivan Vieira Neto, sempre tão queridos, me incentivando e não me deixando desistir.

Cláudia Caetano e Juliano Mendes não podem ser esquecidos; a torcida da Claudinha é infalível.

Aos meus pais e irmãos (Julianna e Guilherme), agradeço pela tolerância.

À CAPES, agradeço o apoio financeiro, com o qual a pesquisa evoluiu.

“Agora é hora de encostar um tamborete à porta da rua e começar a contar desde o princípio os pormenores desta comoção nacional, antes que os historiadores tenham tempo de chegar.”

Gabriel García Márquez

RESUMO

A Revolução de 1932 exigiu das forças em disputa a busca de uma base de consenso. Visando o desarme dos paulistas, Getúlio Vargas indicou, em agosto de 1933, Armando de Salles Oliveira para o cargo de interventor. Tal indicação provocou o Partido Republicano Paulista, que se encontrava como oposição, ansioso por retomar o poder. Em 1934 uma nova constituição parecia indicar a redefinição das alianças políticas que permitiriam, finalmente, a retomada dos projetos políticos paulistas para o Brasil com as necessárias adaptações da Revolução de 1930. O que significou a Revolução de 1930? E o percurso entre 1932 e 1934? Repensar estas questões implica retomar o diálogo e conflitos ocorridos no interior das elites políticas paulistas e analisar o jogo político por elas praticado em tal contexto. Nesse jogo político, a imprensa oficial dos principais partidos políticos paulistas cumprirá papel pedagógico, fazendo uso da memória das revoluções de 1930 e 1932 com o intuito de formar a opinião pública.

Palavras-chave: Revolução de 1930; Revolução de 1932; Armando de Salles Oliveira; Projetos políticos paulistas; memória; imprensa.

ABSTRACT

The Constitutionalist Revolution of 1932 demanded from the forces in dispute the search of a new base of agreement. Aiming the Paulistan disarmament, Getúlio Vargas indicated, in August 1933, Armando de Salles Oliveira as Federal Intervenor. This indication generated discomfort to the Paulistan Republican Party, which was at time an opposition party, yearning to retake its place in the power. In 1934 a new Constitution seemed to indicate redefinition for political alligiances that could finally promote the return of Paulistan political projects for Brazilian development, with the necessary adaptation from 1930's Revolution. With this in mind, what is the meaning of Brazilian Revolution of 1930? What about the course between 1932 and 1934? To rethink these questions we have the necessity of restore the dialogues and conflicts occurred in the core of Paulistan élites and analyse the political game which they have practiced during this context. Inside this political game, the official mediatic vehicles of each party fulfilled their pedagogical rôle by utilizing the revolutionary memories of 1930 and 1932 to constrain the public opinion according to their best interests.

Keywords: Revolution of 1930; Constitutional Revolution of 1932; Armando de Salles Oliveira; Paulistan Political Projects; Memory; Media.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 - O PENSAMENTO POLÍTICO DE ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA E O PROJETO DE UM PARTIDO POLÍTICO EM ÂMBITO NACIONAL.....	17
1.1. As forças políticas paulistas e a Revolução de 1930.....	17
1.2. O caso de São Paulo.....	22
1.3. A atuação de Armando de Salles Oliveira e da bancada paulista na Assembleia Nacional Constituinte: o silêncio como estratégia.....	26
1.4. Paulo Duarte: entre a memória, a história e o ressentimento.....	37
1.5. Da derrota ao governo paulista: Armando de Salles Oliveira, o Partido Constitucionalista e a memória de 1932.....	41
CAPÍTULO 2 - “O PRP NÃO ESQUECE, NÃO TRANSIGE, NÃO PERDOA”: O CORREIO PAULISTANO E A CAMPANHA ELEITORAL AO GOVERNO CONSTITUCIONAL DE SÃO PAULO.....	48
2.1. O <i>Correio Paulistano</i> , um jornal de oposição.....	49
2.2. O <i>Correio Paulistano</i> e as eleições de 1934: a guerra na imprensa.....	51
2.3. O Partido Republicano Paulista e as alianças com os políticos de fora de São Paulo. “O P.R.P. esqueceu, transigiu e perdoou”.....	59
2.4. Armando de Salles Oliveira, “o candidato de si mesmo” e de Getúlio Vargas.....	67
2.5. “São Paulo de 1934 precisa ser São Paulo de 1932”: os usos políticos do passado e o projeto perrepista.....	80
CAPÍTULO 3 - O PARTIDO CONSTITUCIONALISTA E O GRUPO POLÍTICO DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO: “A POLÍTICA É A ARTE DE ESQUECER”.....	88
3.1. O jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> como elemento atuante no debate político.....	88
3.2. A campanha eleitoral de 1934.....	92
3.3. São Paulo como vitrine para o Brasil e o projeto político de Armando de Salles Oliveira.....	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	125
FONTES.....	127

INTRODUÇÃO

A revolução de 1932 exigiu das forças em disputa a busca de uma base de consenso. Visando o desarme dos paulistas, Getúlio Vargas indicou, em agosto de 1933, Armando de Salles Oliveira para o cargo de interventor. Tal indicação provocou o Partido Republicano Paulista, que se encontrava como oposição, ansioso por retomar o poder. Armando de Salles Oliveira contou em um de seus discursos que Getúlio Vargas, quando o nomeou interventor do Estado de São Paulo, proferiu as seguintes palavras: “Quero que compreenda em toda a sua amplitude a significação do meu ato: com este decreto entrego o governo de São Paulo aos revolucionários de 1932” (OLIVEIRA, 2002: 141). Getúlio Vargas também registrou em seu diário a apreensão em relação à ascensão dos paulistas ao governo: “Será que estou colocando armas nas mãos dos inimigos para que se voltem contra mim? O futuro dirá, e muito próximo!” (VARGAS, 1995: 232).

Objeto de estudo desta dissertação, a relação entre a elite política paulista armandista e Getúlio Vargas foi marcada por conflitos e acordos. Tal ideia contrapõe a memória histórica que transformou Getúlio Vargas em mito, ofuscando os demais agentes e projetos políticos. A vida das personalidades políticas se transformou, em uma concepção tradicional, em guia para compreensão do passado. Apenas os projetos políticos vitoriosos ganharam visibilidade. As elites políticas também surgiram como atores históricos, mas em menor proporção, uma vez que a imagem de Vargas como estrategista político, fazendo daquelas marionetes, permanece. É em direção contrária que fui instada a retomar o diálogo entre as elites políticas paulistas e o governo central. Nessa direção, encontrei uma dimensão ainda pouco considerada no sentido das articulações operadas e das protagonizações ocorridas no interior dessas elites e do jogo político travado em tal contexto: a da atuação de Armando de Salles Oliveira e o projeto político de poder por ele pensado, que considero com pretensões de envergadura nacional.

A trajetória política de Armando de Salles Oliveira e seu grupo político foi marcada por três momentos: apoio a Getúlio Vargas durante a Revolução de 1930, oposição entre 1930 e 1932 – com a Revolução Constitucionalista e, novamente, apoio ao governo Vargas com a ascensão de Armando de Salles Oliveira à interventoria de São Paulo. O primeiro contato que tive com essa trajetória foi através dos discursos políticos proferidos por Armando de Salles Oliveira, escolhidos como fontes para compor esta dissertação. Os discursos políticos marcaram a passagem de Armando de Salles Oliveira pela interventoria de São Paulo e pelas duas campanhas eleitorais que enfrentou, uma para governo, em 1934, e outra para presidente, entre 1936 e 1937. Abordarei aqui apenas a primeira campanha. Nesses discursos é possível identificar o pensamento político de Armando de Salles Oliveira, que diferia de intelectuais da época, como, por exemplo, Oliveira Viana. Esse último via as resoluções dos problemas brasileiros na organização das classes econômicas e não nos partidos políticos. Já os discursos de Armando de Salles Oliveira eram marcados pelo enfoque na necessidade de organizar politicamente o país. Insistia na ideia de que o cerne do problema brasileiro estava não na organização das classes econômicas, mas sim de um partido nacional, ferreamente disciplinado. Em 1934, levou essa ideia adiante e fundou o Partido Constitucionalista, com a intenção de transformá-lo em modelo para os demais partidos. A fundação do Partido Constitucionalista foi peça importante para compreensão do projeto político pensado por Armando de Salles Oliveira.

Procurando compreender qual o teor desse projeto político, elegi ainda como fonte o jornal *O Estado de S. Paulo*, que veio a se tornar órgão de imprensa do Partido Constitucionalista. Minha pesquisa contemplou todos os exemplares publicados diariamente entre o período de agosto de 1933 a outubro de 1934. No que concerne à política nacional, o jornal ocupava-se de relatar notícias relacionadas à Assembleia Nacional Constituinte e à atuação de Armando de Salles Oliveira como interventor paulista. Durante parte do período analisado, concentrei minha atenção na seção intitulada *Sessão Livre*, que trazia informações sobre a política paulista e, também, na sessão de capa, *No mundo político*, que continha notícias do Rio de Janeiro e foi útil para compreensão do cenário político do referido período. Entretanto, a partir de julho de 1934, as páginas do jornal ganharam outra preocupação: a campanha eleitoral à Assembleia Estadual Constituinte, com

eleições marcadas para outubro daquele mesmo ano. Durante a campanha eleitoral, o jornal *O Estado de S. Paulo* estampou matérias organizadas pela *Comissão de Propaganda do Partido Constitucionalista*, voltando sua atenção para o rumo que a política paulista tomaria a partir daquelas eleições. Foi criado o *Caderno do PC*, e o jornal situacionista reservava diariamente um espaço para sua publicação. Além de divulgar as realizações do Partido Constitucionalista e do seu candidato ao governo estadual, Armando de Salles Oliveira, o caderno era utilizado para retalhar o órgão de imprensa do Partido Republicano Paulista, *Correio Paulistano*, que havia voltado a circular em junho de 1934. Nesse ponto da pesquisa, passou a me interessar qual o comportamento da oposição naquele momento. Ainda mais, surgiu a necessidade de identificar qual projeto era alimentado pela elite política perrepista. O jornal da oposição, *Correio Paulistano*, que era impresso em um formato menor, reservava regularmente a página 5 e, às vezes, a capa para a propaganda política do Partido Republicano Paulista e acusações ao Partido Constitucionalista. Também utilizei alguns artigos do jornalista Costa Rego, publicados no *Correio da Manhã* e transcritos no *Correio Paulistano*, voltados para criticar o governo situacionista.

Portanto, meu diálogo com as elites políticas paulistas se deu através da imprensa oficial de cada partido político aqui tratado. Comparei o discurso do Partido Constitucionalista, na condição de partido situacionista, representado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, com o discurso da oposição, o Partido Republicano Paulista, representado pelo jornal *Correio Paulistano*. Os jornais revelaram-se fontes inestimáveis para a compreensão da especificidade das lutas internas em São Paulo no período indicado. Por meio desses periódicos foi possível acompanhar a disputada campanha eleitoral para as eleições de 14 de outubro de 1934, momento de escolha dos representantes da Assembléia Estadual Constituinte. No desenvolvimento da pesquisa, foi possível constatar que a memória da Revolução de 1932 foi objeto de disputa entre os partidos políticos aqui analisados. Os diferentes usos dessa memória revelaram a existência de dois projetos políticos distintos, apresentados pelo Partido Constitucionalista e pelo Partido Republicano Paulista. De modo que, compreender tais usos e identificar qual o projeto pensado por esses partidos políticos tornaram-se um dos principais desafios no presente estudo, para o qual priorizei como fontes os referidos jornais.

A escolha dos jornais para realização da pesquisa justifica-se por entender que a imprensa não é apenas um veículo de informações, mas um instrumento de manipulação de interesses, capaz de intervir na sociedade (PRADO; CAPELATO; 1980: 19). Portanto, o trato dos jornais foi feito não como “fontes objetivas de verdade histórica”, pois é imperiosa a tarefa de compreender a subjetividade implícita num órgão de imprensa não “meramente informativo, mas formativo de opinião” (BORGES, 1979: 14). Manoel Salgado Guimarães (2006: 45-57) alertou sobre as narrativas históricas que tentam domesticar o passado de acordo com a versão que o narrador deseja que seja perpetuada. Tal prática seria uma política imposta à memória. Nesse ponto, a pesquisa foi direcionada para compreensão entre memória e imprensa, levando em consideração a tentativa dos grupos políticos, assegurados por seus órgãos de imprensa, de ordenar a memória de acordo com seus propósitos e modos de ver o mundo, tornando significativas suas ações no presente. O passado é domesticado. A imprensa paulista usou as representações do passado como parte de seu projeto político, tentando administrá-lo para forjar bases sólidas para os acordos estabelecidos no presente.

Devo ressaltar que a necessidade de apresentar a leitura e uso que os grupos políticos paulistas faziam do seu próprio passado fez com que eu construísse minha narrativa a partir da seleção de temas debatidos pelos jornais. Confrontei a opinião da imprensa oposicionista com a situacionista, a fim de responder às minhas indagações. De modo que, uma das minhas pretensões foi a de explicitar as diferentes leituras da memória da experiência revolucionária de 1932 feitas pelo Partido Constitucionalista e pelo Partido Republicano Paulista durante a campanha eleitoral de 1934. Associada a essa pretensão, busquei relacionar história, memória e poder nas narrativas que os grupos políticos paulistas derrotados teceram acerca das suas experiências nos movimentos revolucionários de 1930 e 1932.

Pensando os usos da experiência revolucionária de 1932, como memória disputada em campanha política, recorri às reflexões de Peter Burke (1992) sobre a história como memória social. Peter Burke aponta que é necessário pensar os usos que a memória pode ter para diferentes grupos com diferentes pontos de vista acerca de um acontecimento, separando o que é ou não “digno de memória”. Neste caso, é importante indagar de que maneira esses grupos fazem escolhas do que deve ser lembrado e qual versão do passado é realmente registrada. A memória do

grupo, que é a memória social, segue de maneira seletiva. Ao escolher o que é digno de ser lembrado, o grupo também define, consciente ou inconscientemente, o que será esquecido. Dessa forma, Peter Burke reflete também sobre os *usos da amnésia social* ou usos do esquecimento. Tal como este historiador, compartilho a ideia de que os grupos, bem como fazem os indivíduos com sua memória individual, podem omitir aquilo que lhes é inconveniente e conferir visibilidade ao que lhes interessa lembrar (BURKE, 1992: 245-251). “A memória é uma construção sobre o passado, atualizada e renovada no tempo presente” (DELGADO, 2006: 9).

Os grupos políticos paulistas derrotados pareciam evocar o passado revolucionário, referente ao período entre 1930 e 1932, divididos entre exaltá-lo e esquecer-lo. Em determinados momentos o esquecimento pareceu vantajoso aos políticos paulistas. “A necessidade de se utilizar e reutilizar o conhecimento da memória, de esquecer assim como recordar, força-nos a selecionar, destilar, distorcer e transformar o passado, acomodando as lembranças às necessidades do presente” (LOWENTHAL, 1998: 77).

Ao buscar mais informações sobre a trajetória política de Armando de Salles Oliveira, fui apresentada às memórias de Paulo Duarte, membro da comunidade política do jornal *O Estado de S. Paulo*, do qual foi correspondente em Paris. O revolucionário rememorou sua vida, pessoal e política, detalhadamente, ao longo de nove tomos. Dentre eles escolhi o volume III, *Selva Oscura*, publicado em 1976. Os diálogos entre Paulo Duarte e Armando de Salles Oliveira e suas impressões sobre os anos em que Getúlio Vargas esteve no poder, constituem fontes preciosas para o entendimento do pensamento político armandista. Em seus registros memorialísticos é possível perceber que a traição política por parte de Getúlio Vargas é ordenadora das lembranças, e sua narrativa é tomada pelo ressentimento (SANDES, 2011).

Pierre Ansart (2004: 30), ao pensar as relações tecidas entre história, memória e ressentimento, colocou importante questão: “que memória conserva um grupo de seus próprios ressentimentos e dos ressentimentos dos inimigos dos quais foi vítima?”. No caso de Paulo Duarte, a escolha por analisar suas memórias se deu por estas se situarem numa cultura de oposição ao varguismo, que mereceu pouca atenção da memória histórica construída sobre o período de 1930 a 1934, fazendo de Getúlio Vargas seu personagem central. Nessa análise, a leitura de *A teia do fato*, de Carlos Alberto Vesentini, foi suporte importante para a apreensão do sentido

da narrativa política nas memórias de Paulo Duarte. Ao escolher as memórias do ex-revolucionário como fonte, foi necessário perceber como, no curso dessas lembranças, a inocência cedeu espaço ao político. “Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho” (BOSI, 1979 *apud* VESENTINI, 1997: 33).

Foi a percepção do sentimento de antigetulismo alimentado por Paulo Duarte em sua narrativa memorialística que me levou a uma das principais indagações deste trabalho: se havia um ressentimento tão forte em relação a Getúlio Vargas, por quê o grupo da comunidade política do jornal *O Estado de S. Paulo* resolveu se aproximar dele? Por último, ainda no concernente a escolha das fontes, confrontei alguns relatos dos eventos selecionados e debatidos pelos jornais com as impressões que Getúlio Vargas deixou dos mesmos em seu diário. Pude analisar qual importância teve o caso de São Paulo naquele momento. Ter contato com o pensamento político de Getúlio Vargas, através do seu diário, me levou a outra indagação: se o próprio Getúlio Vargas não estava certo da fidelidade dos paulistas em relação a ele, porque elevá-los ao poder? Percebe-se que a incerteza quanto ao futuro dos projetos políticos não cabia somente aos políticos paulistas. Sabe-se que o projeto político vencedor foi o varguista, por isso condena-se qualquer futuro para os projetos políticos derrotados.

Paul Ricœur (2001) defende que, por conhecermos o futuro do passado, lançamos nossos olhares para este como se ele já estivesse determinado, enquanto achamos que somente o futuro é algo aberto. Influenciados pela memória histórica do vencedor e distantes do espaço de experiência dos grupos derrotados, conforme aponta Koselleck (2006: 313), lançamos um olhar pouco compreensivo para as experiências e estratégias políticas dos grupos derrotados. Inverter tal olhar é um recurso metodológico, cujo limite vincula-se a uma memória histórica que exige questionamento e desnaturalização. Ao impor à memória dos projetos políticos paulistas vencidos o estigma da derrota e da ruína, a historiografia não está antecipando o futuro do passado, tirando de seus contemporâneos sua lógica e verdade? É preciso lembrar que o passado tinha um futuro.

A escolha pela atuação política de Armando de Salles Oliveira e seu grupo partidário justifica-se por sua importância historiográfica, pela sua solidariedade com

uma escrita de história que intenta ressaltar a existência dos conflitos entre as elites políticas e governo central e até mesmo intra-elites, no que concerne ao período entre 1930 e 1934. A compreensão do pensamento de um partido político bem estruturado como instrumento de reconstrução do país, o Partido Constitucionalista, e a busca pelas ideias que estão por trás do projeto político paulista de poder proposto – e em parte executado – por Armando de Salles Oliveira e seu grupo político permitirão tecer um quadro mais completo em que se insere o caso de São Paulo no período abordado. Nessa direção, afirma-se ainda como hipótese desta dissertação a presença de Armando de Salles Oliveira na constituição de uma nova cultura política para o período focado, em meio a qual foi formada uma cultura de oposição ao varguismo, que mereceu pouca atenção dos historiadores. A categoria cultura política proporcionou melhor esclarecimento no concernente ao interesse em torno de uma historiografia que não generaliza ou formaliza os processos sociais. É objeto do historiador a relação que uma sociedade mantém com seu passado, neste sentido, tal categoria propõe “leituras do comportamento político, – individual e coletivo – dos atores sociais, privilegiando seu ponto de vista, percepções, experiências e expectativas” (GOMES, 2005: 30).

Esta dissertação está dividida em três capítulos. No capítulo I abordei a ascensão de Armando de Salles Oliveira no cenário político paulista, marcada por suas relações pessoais com a família Mesquita e pela ambígua relação política com o chefe do Governo Federal, Getúlio Vargas. No capítulo II apresento a disputa política em São Paulo por ocasião das eleições estaduais constituintes de 1934, travada na imprensa entre Partido Republicano Paulista e Partido Constitucionalista. Nesse capítulo faço a análise do discurso construído contra o grupo do interventor Armando de Salles Oliveira – identificado como traidor da memória da revolução de 1932 –, propagado pelo jornal *Correio Paulistano*. Já no capítulo III, analiso o projeto político paulista, que começa a ser viabilizado no momento em que Armando de Salles Oliveira alcança a interventoria de São Paulo. Serão abordadas a criação da Universidade de São Paulo, a fundação do Partido Constitucionalista e a indicação de Fábio Prado para prefeito da capital paulista, acontecimentos que marcaram a gestão de Armando de Salles Oliveira, consequentes do projeto político de poder por ele pensado. Apresentarei ainda neste capítulo a análise do discurso político do

Partido Constitucionalista, propagado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* e sua relação com o passado revolucionário de São Paulo.

Vavy Pacheco Borges alerta para a necessidade de enxergar o exercício de escrever a história como um campo de possibilidades e não uma história processo em que os fatos já estão dados e determinados por um passado inexorável. Para usar os termos da autora, o percurso historiográfico que pretendi seguir no meu trabalho foi da “régua ao caleidoscópio”, mostrando que o caminho percorrido pelo grupo de Armando de Salles Oliveira em direção ao poder não pode ser visto apenas em sua linearidade, como o de um grupo derrotado com um passado interrompido, um destino não cumprido, mas em sua complexidade e instabilidade, como pequenos fragmentos de vidro colorido refletidos por pequenos espelhos inclinados, apresentando, a cada movimento, combinações variadas e variáveis

A experiência revolucionária ocorrida em São Paulo, em 1932, já não podia ser lida, em 1934, com a precisão de uma régua. Contemporaneamente, nosso desafio é pensar por meio da metáfora do caleidoscópio (BORGES, 1998: 159-182). A memória da revolução de 1932 foi ressignificada quando utilizada por aqueles que se consideravam seus guardiões, membros de diferentes partidos políticos. Mas algo ainda era consenso entre os partidos: São Paulo era o baluarte do progresso e da democracia, capaz de irradiar modernidade para o restante do Brasil. Com este estudo espero poder contribuir para a análise do período em questão, destacando o papel desempenhado pelas disputas entre as elites políticas paulistas e pelo jogo político afetivo em torno do passado.

CAPÍTULO 1

O PENSAMENTO POLÍTICO DE ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA E O PROJETO DE UM PARTIDO POLÍTICO EM ÂMBITO NACIONAL

Pela avenida Brasil, que dá acesso a todos os grandes caminhos de penetração – ao Tietê, e às estradas que levam ao Sul, a Mato Grosso, a Minas e a Goiás – sairão, como saíram, grandes grupos de bandeirantes, que iniciarão uma nova etapa de sua obra, a serviço da Pátria (OLIVEIRA, 1937: 204).

1.1. As forças políticas paulistas e a Revolução de 1930

Propor a análise dos projetos políticos pensados pela elite política¹ paulista entre 1933 e 1934 exige alguns esclarecimentos prévios sobre a composição da mesma e do cenário no qual suas práticas políticas foram exercidas. Portanto, este capítulo se inicia com uma breve exposição da conjuntura na qual se inseriu os conflitos que afastaram Minas Gerais do pacto político com São Paulo, no final dos anos de 1920, culminando na formação da Aliança Liberal e na revolução de 1930. Ao adotar o termo “Revolução de 1930”, estou refletindo de acordo com a historiadora Maria Lígia Coelho Prado, autora do estudo mais aprofundado sobre o Partido Democrático. Pautada em atas do partido, na análise da imprensa paulista e na ideologia dominante na década de 1920, a historiadora entende por revolução “tão somente a opção pela luta armada para consignação de determinadas mudanças” (PRADO, 1986: 92). Não é minha intenção constituir a trama que conduziu os revolucionários à vitória, mas preparar o leitor para o quadro de

¹ Segundo Vilfredo Pareto a “elite” seria constituída por uma classe de indivíduos detentora dos índices mais altos nos seus respectivos ramos de atividade. Essa elite seria dividida em governante e não governante. Já Gaetano Mosca compreende que em todas as sociedades haveria a classe de pessoas que é dirigente e a que é dirigida. Tanto a definição de Pareto quanto a de Mosca referem-se a um grupo minoritário de pessoas que participam do processo de tomada de decisão política na esfera estatal. De modo que, as expressões “elite governante” e “classe política”, pensadas, respectivamente, por Pareto e Mosca, serviram de parâmetro para compreensão das elites políticas paulistas que concorriam pelo poder em São Paulo na década de 1930 ZUCKERMAN, Alan. Elite política: lições de Mosca e Pareto. In: BOTTOMORE, T. B. et al. *Elites políticas*. Brasília: UNB, 1978. p. 12-14.

redefinições político-partidárias que se instalará em São Paulo após a revolução, especialmente o período entre 1933 e 1934².

O Partido Republicano Paulista respondeu pela política paulista entre 1889 e 1926. Entretanto, as lutas internas que se instalaram no partido durante os anos vinte levaram alguns de seus membros à dissidência. O desacordo entre perrepistas tornou o momento propício para que os grupos descontentes com a política em vigor aglutinassem-se em uma agremiação partidária de oposição. A elite política perrepista ganhou a denominação de “carcomidos” e seu poder foi intensamente contestado. Em fevereiro de 1926, nasceu de uma dissidência do Partido Republicano Paulista a elite política “ilustrada”, sob a denominação de Partido Democrático (CASALECCHI, 1987: 241). Maria Lígia Coelho Prado realizou denso estudo sobre o Partido Democrático, tomando como fonte o arquivo completo da agremiação partidária³, tendo por objetivo a análise de sua formação e atuação, bem como seu significado político e ideológico. O Partido Democrático nasceu em torno do Conselheiro Antônio Prado, seu primeiro presidente, sob o argumento de fazer valer a democracia liberal, com as devidas adaptações do termo, inscrita na Constituição de 1891, supostamente desvirtuada pelos membros do situacionismo. A historiadora levantou os nomes daqueles que efetivamente participaram da direção da agremiação até sua extinção, eram eles: Francisco Morato⁴, José Adriano Marrey Júnior⁵, Paulo de Moraes Barros, Valdemar Martins Ferreira⁶, Paulo Nogueira Filho⁷,

² Para um balanço historiográfico sobre a Revolução de 1930, consultar as seguintes obras: BORGES, Vavy Pacheco. Anos 1930 e política. História e Historiografia. In: FREITAS, Marcos César. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998; FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: história e historiografia*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1970. DECCA, Edgar de. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004; VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato* (uma proposta de estudo sobre a memória histórica). São Paulo: Ed. Hucitec, História Social, USP, 1997. SANDES, Noé Freire. 1930: entre a memória e a história. *História Revista* – Revista do Departamento de História e do Programa de Mestrado em História da UFG, Goiânia, v.8, jan./dez. 2003, p. 141-158. Esses trabalhos contribuíram para diferentes formações e interpretações de uma memória histórica da Revolução outubrista.

³ O arquivo completo do Partido Democrático se encontra no Instituto Histórico Geográfico de São Paulo. É parte de seu acervo a ata de fundação do Partido; as atas de nove Congressos Partidários e outras reuniões menores; relatório de Caravanas que percorreram o interior do Estado de São Paulo; material eleitoral, além de documentos relativos as finanças do Partido e correspondências entre os Diretórios Municipais e o Diretório Central, caracterizando valioso material para pesquisa sobre o período (PRADO, 1986, p. 1).

⁴ Francisco de Morato foi presidente do Partido Democrático e apoiou a Revolução de 1930. Foi também um dos líderes da Revolução de 1932 e exilado entre 1932/3. Era membro da comunidade política do jornal *O Estado de S. Paulo* (MAYER, Jorge Miguel. Francisco Morato. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 19 out. 2011.).

⁵ José Adriano Marrey Júnior foi um dos fundadores do Partido Democrático, na condição de membro da sua comissão organizadora. Em 1927, foi eleito deputado federal pela legenda do partido. A atuação de Marrey Júnior foi marcada por intensa oposição ao Partido Republicano Paulista, na época, representado, no plano estadual por Júlio Prestes e, no plano federal, por Washington Luís. Ajudou a articular o apoio do Partido

Prudente de Moraes Neto⁸, José Joaquim Cardoso de Melo Neto⁹, Abreu Sodré¹⁰ e Gama Cerqueira¹¹ (PRADO, 1986: 16). Além destes, destaco o grupo do jornal O

Democrático à Aliança Liberal (MAYER, Jorge Miguel. José Adriano Marrey Junior. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 15 nov. 2011.).

⁶ Valdemar Ferreira participou da comissão organizadora do Partido Democrático e foi eleito membro do diretório central do partido. Ao lado de Armando de Salles Oliveira, participou da fundação do Partido Constitucionalista, sendo eleito deputado federal por essa sigla, em 1934 (HIPÓLITO, Regina. Valdemar Ferreira. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 15 nov. 2011.).

⁷ Paulo Nogueira Filho participou da idealização e fundação do Partido Democrático. Em 1928, exonerou-se do Partido Democrático e embarcou para Europa. Retornou ao Brasil, em 1929, quando as forças oposicionistas já estavam articuladas em torno da Aliança Liberal. Promoveu a formação da Guarda Paulista, que mais tarde seria transformada em MMDC, organização que se destacou na preparação da luta armada de 1932. Participou diretamente da chefia da Revolução de 1932. Com a derrota dos paulistas, partiu para o exílio retornando somente no ano seguinte. Em 1934, foi eleito deputado federal por São Paulo pela legenda do Partido Constitucionalista (MAYER, Jorge Miguel. Paulo Nogueira Filho. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 16 nov. 2011.).

⁸ Prudente de Moraes Neto integrou a comissão organizadora do Partido Democrático, tendo sido eleito membro do primeiro diretório da agremiação. Em julho de 1927, ajudou a fundar o *Diário Nacional*, órgão de imprensa oficial do Partido Democrático. Apoiou a Revolução de 1930 e participou ativamente da Revolução de 1932. Esteve exilado em Lisboa, retornando ao Brasil apenas em 1934. Nesse mesmo ano, participou da fundação do Partido Constitucionalista, ocupando a secretaria geral da agremiação (HIPÓLITO, Regina. Prudente de Moraes Neto. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 16 nov. 2011.).

⁹ Cardoso de Melo Neto foi um dos fundadores do Partido Democrático, tornando-se membro de seu primeiro diretório central. Representou o Partido Democrático na convenção da Aliança Liberal, momento no qual seriam homologadas as candidaturas oposicionistas. Exerceu o cargo de prefeito da capital paulista durante o governo dos quarenta dias, período logo após a Revolução de 1930. Participou da Revolução de 1932 e, em 1933, assumiu a presidência do Partido Democrático. Na Assembleia Nacional Constituinte, Cardoso de Melo Neto foi vice-líder da bancada paulista. Em 1934, filiou-se ao Partido Constitucionalista e foi eleito deputado federal em sua legenda. No final de 1936, Armando de Salles Oliveira deixou o cargo de governador do Estado de São Paulo para concorrer às eleições presidenciais e Cardoso de Melo Neto foi escolhido pela Assembleia Legislativa Estadual para substituí-lo (MAYER, Jorge Miguel. Cardoso de Melo Neto. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 17 nov. 2011.).

¹⁰ Abreu Sodré integrou o diretório central do Partido Democrático desde sua fundação até 1934, ano de extinção do partido. Foi participante ativo da preparação e realização da Revolução de 1932. Derrotada a revolução, Abreu Sodré exilou-se na Argentina e retornou em 1933 e foi eleito para Assembleia Nacional Constituinte. Em 1934, elegeu-se deputado federal pelo Partido Constitucionalista, exercendo seu mandato até a dissolução do Congresso pelo Estado Novo, em novembro de 1937 (MAYER, Jorge Miguel; CARDOSO, Elizabeth Dezouart. Abreu Sodré. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 17 nov. 2011.).

¹¹ Luís Barbosa da Gama Cerqueira foi membro do Partido Republicano e eleito deputado à Assembleia Nacional Constituinte de 1891. Em 1926, ajudou a redigir o programa do Partido Democrático, tornando-se um dos fundadores e membros do diretório central do partido. Em 1929, substituiu o Conselheiro Antônio Prado, recém falecido, na presidência do partido. Permaneceu nesse cargo até 1930, quando foi substituído por Francisco Morato, que coordenou os preparativos da participação do Partido Democrático na Revolução de 1930. Em 1934, foi eleito deputado federal pelo Partido Constitucionalista (MAYER, Jorge Miguel. Gama Cerqueira. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 17 nov. 2011.).

*Estado de S. Paulo*¹², liderado por Júlio de Mesquita Filho¹³ e Armando de Salles Oliveira, ao qual dedicarei maior atenção nos tópicos seguintes. Esses políticos concretizaram o surgimento de um partido de oposição.

O programa partidário proposto pelo Partido Democrático propugnava por reformas políticas, apontando como meta primordial a moralização eleitoral e a conquista do voto secreto. O partido propagou um discurso de ataque à oligarquia perrepista e se apresentou como alternativa à crise política vigente nos anos vinte, sob a promessa de “republicanizar a republica” (CARTA de Botucatu, 28/03/1926 apud PRADO, 1986: 23). Ou seja, ao Partido Democrático caberia a função de atingir os ideais republicanos que a situação estaria desvirtuando. Maria Lígia Coelho Prado defende que o Partido Democrático teria ajudado a solapar as forças perrepistas entre 1926 e 1930, contribuindo, assim, com a composição nacional que, em outubro de 1930, retirou o Partido Republicano Paulista do poder. Ainda que a conduta política do Partido Democrático não tenha se pautado somente nas práticas democráticas, contribuiu para difusão dessas¹⁴. A agremiação constituiu um projeto que fez frente ao domínio perrepista.

Com a proximidade das eleições para a presidência da República, o Partido Democrático se comprometeu, em agosto de 1929, com os candidatos da Aliança Liberal, Getúlio Vargas¹⁵ e João Pessoa¹⁶, para o pleito de março de 1930.

¹² É importante ressaltar que, quando me refiro ao grupo político do jornal, não o considero como representante do Partido Democrático. Os dirigentes do jornal *O Estado de S. Paulo* e alguns de seus colaboradores eram filiados ao Partido Democrático, mas recusaram-se a transformar o jornal em órgão oficial do partido. É certo que havia uma identificação nas proposições políticas do jornal e do partido. Entretanto, o grupo político d’*O Estado de S. Paulo* também mantinha concepções peculiares (CAPELATO; PRADO; 1980, p. 33). Portanto, o grupo político d’*O Estado de S. Paulo* pode ser reconhecido nas figuras de Julio de Mesquita Filho, Armando de Salles Oliveira, Francisco Mesquita, Francisco Morato, Paulo Duarte e outros membros da elite política paulista que colaboravam com o jornal e partilhavam da mesma ideologia.

¹³ Com a morte de seu pai, Júlio de Mesquita, em 1927, assumiu a direção geral do jornal *O Estado de S. Paulo*. Foi membro do Partido Democrático e, em 1929, apoiou a candidatura oposicionista de Getúlio Vargas, lançada pela Aliança Liberal. Participou da Revolução de 1932 e foi exilado juntamente com outros revoltosos. Retornou ao Brasil em 1934, retomando o comando do periódico (CAPELATO; PRADO; 1980, p. 33).

¹⁴ A autora destaca que a democracia exercida pelo Partido Democrático tinha contornos bem definidos, alcançando os chamados grupos ilustrados da burguesia paulista, que, naquele momento, reivindicavam espaço no círculo de poder (PRADO, 1986, p. 173).

¹⁵ Getúlio Vargas surgiu na política como deputado estadual, deputado federal e líder da bancada gaúcha entre os anos de 1923 e 1926. Foi Ministro da Fazenda do governo Washington Luís (1926-7) e presidente do Rio Grande do Sul (1927-1930). Em 1929, candidatou-se, pela chapa oposicionista, formada pela Aliança Liberal, à presidência da República, recebendo, para tanto, o apoio dos democráticos paulistas (BRANDI, Paulo. Getúlio Vargas. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 22 out. 2011.).

¹⁶ João Pessoa foi presidente do Estado da Paraíba, em 1928. Em 1929, negou apoio a candidatura situacionista de Julio Prestes à presidência da República e aceitou o convite para ser candidato a vice-presidente na chapa

Entretanto, os candidatos da Aliança Liberal obtiveram apenas 50 mil votos em São Paulo e nenhum dos candidatos democráticos ao Senado e à Câmara Federal foi eleito. Prevalecera, portanto, a fraude (PRADO, 1986: 88). Depois das eleições, os opositoristas acabaram admitindo que a chegada ao poder através das eleições seria impraticável e foram abandonando, pouco a pouco, a ideia de mudança pela via política (CAPELATO, 1989: 167). Foi então que estourou a Revolução de 1930. Getúlio Vargas e o comando revolucionário¹⁷ derrubaram o poder vigente e instalaram o Governo Provisório. Assim, em 24 de outubro de 1930, o presidente Washington Luís foi deposto e, com a sua deposição, a experiência política do Partido Republicano Paulista durante a República passou a ser significada como antiquada, como “velha”, como bem ressalta Sandes:

Para os vitoriosos, o controle sobre a avaliação do passado era uma estratégia para atenuar a impetuosidade da crise política, recorrendo ao conhecido recurso de demonizar o passado recente; a primeira República logo foi batizada de velha, e sua experiência política deveria ser vetada como fonte de orientação para o presente. Os derrotados receberam a alcunha de “carcomidos” ou “decaídos”, e suas vozes, se percebidas, deveriam assemelhar-se a lamúrias (SANDES, 2009: 4).

O Partido Democrático comemorou o fim desse chamado “tempo velho” e da política perrepista, certo de que agora teria o controle do poder de São Paulo e a inserção desejada na política nacional. Reivindicou a importância de sua atuação junto aos revolucionários para que a Revolução de 1930 fosse vitoriosa. Assim, seria natural que estivessem no poder a partir de então. Entretanto, a promessa de um “novo tempo”, símbolo da campanha da Aliança Liberal, não chegou aos democráticos com a rapidez por eles desejada. Para os democráticos, a promessa de ruptura com o passado, bandeira da revolução de 1930, significava o controle do poder de São Paulo por membros de seu partido. Getúlio Vargas procedeu de outro modo, conduziu os representantes tenentistas ao governo de São Paulo e o acordo selado entre Partido Democrático e o comando revolucionário de 1930 não

oposicionista da Aliança Liberal, articulada pelos Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Foi assassinado em Recife, o que provocou o aceleração dos preparativos revolucionários para depor Washington Luís, em outubro de 1930 (COUTINHO, Amélia. João Pessoa. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 16 nov. 2011.).

¹⁷ O comando revolucionário era composto, além do chefe Getúlio Vargas, pelos seguintes membros: Osvaldo Aranha, Góes Monteiro, Miguel Costa, Virgílio de Melo Franco, João Alberto Lins e Barros, Newton Estilac Leal, Alcides e Nelson Etchegoyen, Amaral Peixoto, Herculino Cascardo, Pinheiro de Andrade, Cícero Góes Monteiro, Ricardo Holl, Maurício Cardoso, Adalberto Correa e Luís Aranha. Além de outras figuras, civis e militares, como, por exemplo, Assis Brasil, João Neves, Raul Pilha, Lindolfo Collor, Flores da Cunha e Batista Luzardo (NOGUEIRA FILHO, p. 510-511 apud PRADO, 1986, p. 90).

sobreviveu por muito tempo (CODATO, 2008: 3). Para os membros do Partido Democrático, a Revolução de 1930 deixou de representar a ruptura com o passado e a possibilidade de ascensão ao poder, passando, assim, a indicar o sentimento de traição e abertura de um período de incertezas. A elite política paulista e o Governo Provisório só voltaram a se entender quando Getúlio Vargas indicou Armando de Salles Oliveira à interventoria de São Paulo.

1.2. O caso de São Paulo

Armando de Salles Oliveira nasceu na capital paulista, em 1887. Formou-se na Escola Politécnica e, entre os anos de 1923 e 1928, estudou na Sorbonne, em Paris, onde se especializou em eletrificação de estradas de ferro, tornando-se empresário no ramo de construção e direção de empreendimentos em serviços públicos. Casou-se com Raquel Mesquita, filha de Júlio Mesquita, presidente da Sociedade Anônima *O Estado de S. Paulo*, tornando-se responsável pela edição do jornal. Apoiou a Revolução de 1930 e participou ativamente da Revolução de 1932. Em agosto de 1933, Armando de Salles Oliveira foi indicado à interventoria de São Paulo, o que causou constrangimento tanto para o grupo paulista como para o governo Federal (SILVA, 1980: 41).

A indicação de Armando de Salles Oliveira àquele cargo e, posteriormente, à presidência na fundação do Partido Constitucionalista dividiu a elite política paulista, composta principalmente pelo Partido Democrático e pelo Partido Republicano Paulista, que antes desses acontecimentos já havia passado por rompimentos e acordos entre si. Antes mesmo de estourar a Revolução de 1930, o Partido Democrático apoiou e teceu, diariamente, elogios a Getúlio Vargas, apoiando inclusive o desencadear dos acontecimentos ligados à revolução em questão. Findada essa revolução, que teve como desfecho a vitória da Aliança Liberal e Getúlio Vargas como chefe do Governo Provisório, criou-se, por parte dos paulistas, a expectativa da escolha de um interlocutor capaz de mediar os interesses de São Paulo com os novos donos do poder (SANDES, 2011). A situação de aliança entre democráticos e Governo Provisório mudou quando Getúlio Vargas, ao invés de nomear um interventor civil e paulista para terra bandeirante, nomeou o

pernambucano João Alberto, tenente e partícipe da Coluna Prestes. As desavenças entre paulistas e Vargas foram então iniciadas. Afinal, havia sido decidido em acordo que Francisco de Morato é quem seria nomeado para a interventoria de São Paulo. Getúlio Vargas registrou o diálogo com João Alberto e Francisco Morato, “o pretendente frustrado” (CODATO, 2010: 5):

Gastei todo o dia em conferências com João Alberto e Morato. Este não havia assumido a presidência do estado, apesar de nomeado pela junta do Rio, esperando por mim. João Alberto, que vinha como meu emissário, opinava que ele não assumisse, por vários motivos. Prevalece esta opinião, fazendo eu várias promessas para acomodar Morato e tranquilizar o Partido Democrático [...] Deixei as coisas mais ou menos acomodadas (VARGAS, 1995, p. 20).

As promessas feitas aos democráticos não foram cumpridas e o Partido Democrático não se acomodou nem se tranquilizou. Ao nomear João Alberto, Vargas atendeu aos tenentes, rompendo uma tradição política ordenadora do mundo republicano desde 1889, que mantinha os Estados como pequenas pátrias, governadas pelos seus concidadãos (SANDES, 2011). Logo após a Revolução de 1930, houve uma disputa entre democráticos e tenentistas pelos cargos de poder. Os tenentes exprimiram que entregar a interventoria de São Paulo a Francisco de Morato ou a qualquer outro prócer do Partido Democrático seria trair o movimento outubrista, que se fez justamente contra o regime oligárquico. Para os tenentes, não havia diferenças concretas entre perrepistas e democráticos. Afinal, ambos os grupos eram compostos por políticos profissionais e a Revolução de 1930 se levantou justamente contra o domínio exercido por esses políticos (CODATO, 2010: 5).

João Alberto renunciou e depois dele ainda passaram pela interventoria de São Paulo Laudo de Camargo, Manuel Rabelo e Pedro de Toledo, mostrando, assim, a instabilidade em que se encontrava a política de Vargas em relação ao caso paulista. Ficava, então, evidente que o novo governo parecia evitar entregar São Paulo aos democráticos. Em 13 de janeiro de 1932, por meio de um manifesto, o Partido Democrático rompeu abertamente com Getúlio Vargas. O documento foi assinado por Francisco Morato, Aureliano Leite¹⁸, Cardoso de Melo, Marrey Junior,

¹⁸ Aureliano Leite nasceu em Minas Gerais e se mudou para São Paulo, em 1906, para cursar a Faculdade de Direito. Ligado ao ambiente político paulista, participou da fundação do Partido Democrático e foi revolucionário de 1930 e de 1932. Depois da derrota da Revolução de 1932, exilou-se na Europa e retornou ao Brasil, em 1934, com a anistia concedida por Getúlio Vargas. Nesse mesmo ano, elegeu-se deputado federal por São Paulo, na legenda do Partido Constitucionalista, tendo seu mandato encerrado em 1937, com o advento do Estado Novo (MAYER, Jorge Miguel. Aureliano Leite. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.). *Dicionário*

Sampaio Vidal¹⁹, Vicente Rao²⁰, Francisco Mesquita e outros próceres democráticos, pedindo tanto a entrega dos Estados aos governos dos Estados como a convocação da Constituinte.

Os membros do Partido Democrático alegavam que um dos maiores erros da Revolução de 1930 foi o de não entregar o governo de São Paulo aos democráticos (CODATO, 2010: 6). Diante dessa avaliação, o Partido Democrático enxergou como única saída a construção de uma união política contra o Governo Provisório. Com a frustração das expectativas criadas em relação ao que Vargas poderia oferecer ao grupo paulista, iniciou-se o que na época ficou conhecido como “o caso de São Paulo”. De mero desacordo entre as elites políticas, o conflito ganhou fôlego. O inimigo estratégico foi redefinido, passando a ser o próprio chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas. O acordo agora seria selado com o Partido Republicano Paulista, que retornou à cena depois de longo silêncio imposto pela Revolução de 1930. O Partido Republicano Paulista, sob a liderança de nomes como Altino Arantes, Ataliba Leonel, Aguiar Whitaker, Almeida Pardo Júnior, Alfredo Elis, Cerqueira César, Rodolfo Miranda e Sílvio de Campos, também publicou seu manifesto, apresentando suas proposições. O partido da antiga situação pedia pelo regime constitucional, republicano e federativo.

A formação da Frente Única Paulista²¹ promoveu a unidade entre os referidos partidos políticos, desencadeando forte oposição que, gradualmente, se

Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 19 nov. 2011.).

¹⁹ Joaquim Sampaio Vidal pertenceu a uma família de cafeicultores ligada ao Partido Republicano Paulista. Entretanto, quando cursou a Faculdade de Direito, em São Paulo, acabou se vinculando ao grupo que fazia oposição ao monopólio político perrepista. Integrou a comissão diretora do Partido Democrático desde sua fundação. Foi um dos fundadores e patrocinadores do *Diário Nacional*. Apoiou a Aliança Liberal e a Revolução de 1930. Em 1932, ajudou a articular a revolução contra Getúlio Vargas. Derrotada a revolução, Sampaio Vidal foi preso e exilado em Portugal. Retornou ao Brasil, em 1934, e filou-se ao Partido Constitucionalista, pelo qual foi eleito deputado federal em outubro desse mesmo ano (MAYER, Jorge Miguel. Joaquim Sampaio Vidal. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 19 nov. 2011.).

²⁰ Vicente Rao participou da fundação do Partido Democrático e colaborou com o órgão de imprensa do partido, o *Diário Nacional*. Defendeu a candidatura de Getúlio Vargas pela Aliança Liberal para as eleições de março de 1930. Participou ativamente da Revolução de 1932 e, com a derrota, exilou-se na França. Retornou ao Brasil, em 1934, e ajudou a fundar o Partido Constitucionalista. Nesse mesmo ano, Getúlio Vargas o nomeou Ministro da Justiça (KELLER, Vilma. Vicente Rao. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 19 nov. 2011.).

²¹ Em 16 de fevereiro de 1932, foi proclamado o manifesto de formação da Frente Única Paulista (FUP), apresentando a união entre Partido Democrático e Partido Republicano Paulista para pedir a pronta reconstitucionalização do país e a restituição da autonomia de São Paulo (CODATO, 2010, p. 8).

aproximou do clima de guerra e resultou na Revolução de 1932. O desafio paulista representou um divisor de águas no governo revolucionário instaurado desde outubro de 1930. São Paulo foi derrotado, mas impôs apresentação imediata de um projeto de constituição. Após a Revolução de 1932, os paulistas se surpreenderam com a indicação de Waldomiro Lima para governador militar e, logo depois, sua efetivação como interventor de São Paulo. O governo de Waldomiro Lima foi marcado por tentativas de aproximação com os paulistas que se mantiveram resistentes.

O clima de concordância entre os membros do Partido Republicano Paulista e do Partido Democrático – selado com a formação da Chapa Única por São Paulo Unido²² – estremeceu no momento em que o chefe do Governo Provisório passou a cogitar possíveis nomes para ocupar o lugar do então interventor Waldomiro Lima. O retorno do “histórico” líder do Partido Republicano Paulista, Ataliba Leonel²³, recém-chegado do exílio, representante do que se costumava chamar de “velho e tradicional Perrepê”, marca o início de uma cisão dentro do partido, que ainda era composto pela ala moça, conhecida como Ação Nacional²⁴ (OESP²⁵, 01/09/1934, p. 11), pois significava o ressurgimento do Partido Republicano Paulista conservador.

Na ocasião da escolha do interventor, predominava para o Governo Provisório a opção por um membro do Partido Democrático. Getúlio Vargas registrou em seu diário a reunião com o seu ministério para tratar do caso da escolha do interventor paulista:

Nestes dias, ocorreu mais digno de nota a reunião ministerial, convocada especialmente para tratar da substituição do general Waldomiro na interventoria de São Paulo. Fiz uma narração de todas as *démarches*

²² Partido Democrático e Partido Republicano Paulista uniram forças para enfrentar os embates políticos da Constituinte, formando a Chapa Única por São Paulo Unido.

²³ Ataliba Leonel foi membro da Comissão Diretora do Partido Republicano Paulista e senador de São Paulo em 1930, até quando a revolução de outubro venceu e os políticos da velha ordem foram destituídos de seus cargos. Em 1932, Ataliba Leonel foi um dos articuladores da Revolução Constitucionalista. Após a derrota dessa revolta, o referido membro do Partido Republicano Paulista foi exilado juntamente com outros revoltosos. Antes da instalação da Assembleia Nacional Constituinte, Getúlio Vargas decretou anistia aos exilados de 1932. Foi então que Ataliba Leonel voltou ao Brasil e novamente compôs o quadro da Comissão Diretora do partido, fortalecendo o tradicionalismo do velho partido. Sobre o assunto ver: GOMES, Ângela de Castro. Confronto e Compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935). In: _____ et al. *O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 7-75).

²⁴ A Ação Nacional era uma ala do Partido Republicano Paulista, composta pelos membros mais jovens do partido. De acordo com a Página de Propaganda do Partido Constitucionalista, a ala moça do Partido Republicano Paulista acabou por apoiar a indicação de Armando de Salles Oliveira à interventoria de São Paulo, o que provocou uma cisão no interior do partido. O velho partido perdeu prestígio, pois atuava na ala moça políticos de expressão, como Alcântara Machado e Abelardo Vergueiro César.

²⁵ Neste trabalho, ao ser citado artigos do jornal *O Estado de São Paulo* utilizar-se-á a sigla OESP.

havidas e expliquei o motivo da preferência pelo nome do dr. Salles de Oliveira. Quanto à substituição, todos estavam de acordo. Houve apenas restrições, principalmente do general Góis, quanto ao nome do substituto, por pertencer ao bloco d' *O Estado de S. Paulo*, jornal tido como adversário intransigente do novo regime (VARGAS, 1995: 226).

Exatamente pelo fato de o grupo do jornal *O Estado de S. Paulo* representar um adversário intransigente do novo regime é que Getúlio Vargas necessitava se aproximar dele. Quem sofreu as imediatas consequências dessa aproximação foi o Partido Republicano Paulista, que vivenciou novas cisões devido às posições tomadas frente à escolha do novo interventor. Nesse momento, a Ação Nacional apoiou a indicação de Armando de Salles Oliveira, pendendo, portanto, para o lado do Partido Democrático (OESP, 01/09/1934: 11). Ataliba Leonel afirmou que o Partido Republicano Paulista não indicaria ou vetaria candidatos e que não interessava ao partido alterações no estado da atual interventoria, o que significou um apoio ao governo Waldomiro Lima. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, tal declaração mostrou que estava de volta à cena política o “tradicional perrepê”, aquele partido que havia governado por quarenta anos antes da Revolução de 1930 e que deixava clara sua insatisfação quando um membro do Partido Democrático assumia o poder em São Paulo (OESP, 01/09/1934: 11). Entretanto, a Revolução de 1932 exigiu das forças em disputa a busca de uma base de consenso entre o Governo Provisório e o Partido Democrático: Vargas indicou Armando de Salles Oliveira para o cargo de interventor e convocou a Assembleia Nacional Constituinte (GOMES; LOBO; COELHO; 1996: 241-298).

1.3. A atuação de Armando de Salles Oliveira e da bancada paulista na Assembleia Nacional Constituinte de 1934: o silêncio como estratégia

Vieste com o objetivo exclusivo de fazer a Constituição. Na altura a que os acontecimentos nos trouxeram, deixaram efetivamente de nos interessar os perigosos ajustes de contas, as incandescentes retaliações de puro personalismo e, ainda, as estéreis discussões sobre o ser ou não ser destes últimos três anos de governo discricionário. Fiel às suas ideias, São Paulo procura colaborar ativamente com os delegados dos outros Estados, para garantir a vida da Constituição (OLIVEIRA, 2002: 28).

O trecho acima é do discurso proferido no Rio de Janeiro, em dezembro de 1933, por Armando de Salles Oliveira, no almoço oferecido pelos deputados constituintes de São Paulo. Ao classificar os acertos de contas como perigosos, o interventor orientou a bancada paulista a deixar de lado os ressentimentos criados durante os anos que sucederam à Revolução de 1930. Portanto, a questão que passo analisar é: naquele momento, qual o teor da relação entre o interventor paulista, Armando de Salles Oliveira, e o chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, para que a bancada paulista fosse orientada no sentido de esquecer os ressentimentos e apenas se preocupar em votar uma constituição?

O processo de constitucionalização, que se instalou nos anos de 1933 e 1934, foi executado mediante redefinições de alianças políticas. Getúlio Vargas, chefe do Governo Provisório, precisava conseguir bases de sustentação antes que os debates constituintes se iniciassem. Ainda que a candidatura de Vargas à presidência constitucional fosse assunto acertado desde a instalação da Assembleia, não era uma eleição garantida. Até os dias finais da instalação da Assembleia Nacional Constituinte, Vargas teve que barganhar sua permanência no poder, fazendo articulações e utilizando os recursos políticos de que dispunha. Naquele momento, seus principais adversários eram os paulistas, por terem travado uma guerra civil contra o Governo Provisório, em 1932. Com a Revolução de 1932, mesmo derrotada militarmente, São Paulo conseguiu atrair para si todas as atenções nacionais e a postura de sua bancada durante o debate constitucional era promissora (GOMES, 1996: 18).

Ângela de Castro Gomes, Lúcia Lahmeyer Lobo e Rodrigo Bellingrodf Coelho²⁶ escreveram o artigo *Revolução e Restauração: a experiência paulista no período de Constitucionalização* (1996), no qual examinam o caso de São Paulo no momento imediato após a derrota de 1932 até a reconstitucionalização do país. Este contexto foi considerado pelos autores como marca da reintegração de São Paulo no cenário político nacional. A trajetória de São Paulo entre a Revolução de 1930 e a promulgação da Constituinte em 1934 foi marcada por uma divisão: de um lado

²⁶ O artigo de Ângela de Castro Gomes, Lúcia Lahmeyer Lobo e Rodrigo Bellingrodf Coelho é fruto de um grupo de estudos acerca da Revolução de 1930, fundado em 1976, no CPDOC. O grupo enfocou a emergência de novos partidos políticos, o desenrolar do debate constitucional dos anos 1930, os interventores estaduais e suas ligações com o governo central. Tal olhar atento permitiu a identificação das relações de “confronto e compromisso no interior das elites que participaram do jogo político de poder” naqueles anos. Para mais, consultar também: GOMES, Ângela Maria de. et al. *Regionalismo e Centralização Política: Partidos e Constituintes nos anos 1930*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

“uma situação de conflito e total radicalização da reação política – a Revolução de 1932; de outro, uma posição de participação no poder, indicativa de absorção, esvaziamento e conciliação de divergências” (GOMES; LOBO; COELHO, 1996: 243), traduzida na ascensão de Armando de Salles Oliveira à interventoria de São Paulo. Adiante me proponho a analisar as tensões e acordos que presidiram a relação entre Armando de Salles Oliveira e o chefe do Governo Provisório, com atenção para as estratégias de aproximação e distanciamento entre a elite paulista e o governo federal. A meu ver, o esvaziamento das divergências ocorreu como estratégia política que não deixou de se encontrar atravessada pelo ressentimento. Ao ser nomeado interventor de São Paulo por Getúlio Vargas, Armando de Salles Oliveira representou oficialmente um entendimento entre o Governo Provisório e os paulistas do Partido Democrático e da comunidade política do jornal *O Estado de S. Paulo*. O desafio desse trabalho reside justamente na identificação dos ressentimentos guardados por trás desse entendimento, sobretudo por parte dos membros que não se sentiram representados pela política de aproximação adotada por Armando de Salles Oliveira.

Os autores de *Revolução e Restauração* explicitam bem os motivos da aproximação de Getúlio Vargas dos paulistas. Antes das eleições às cadeiras constituintes, que ocorreria em 3 de maio de 1933, as principais forças políticas paulistas, que se constituíam basicamente com o Partido Republicano Paulista e o Partido Democrático, se uniram²⁷ para formar a Chapa Única por São Paulo Unido e concorrer ao pleito. O motivo do esforço para fazer essa união era a oposição ao “governo militar e tenente” de Waldomiro Lima, que estava coligado com o Partido da Lavoura²⁸ e o Partido Socialista Brasileiro²⁹. A Chapa Única elegeu 17 das 22

²⁷ Essa união ocorreu mesmo com todos os conflitos causados pelas diferentes posições adotadas durante Revolução de 1930 e pelas mútuas acusações para justificar a derrota de 1932.

²⁸ O Partido da Lavoura foi oficialmente fundado no início de 1933, por manifesto do Instituto do Café aos lavradores. Nesse manifesto, o Instituto, apesar de suas finalidades administrativas, afirmou que não podia estar alheio ao importante momento político – a instalação da Assembleia Nacional Constituinte –, no qual os interesses dos lavradores deveriam estar presentes. De acordo com os termos do partido, os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte para elaboração da lei básica do país teriam que garantir o desenvolvimento da lavoura de café em São Paulo. O partido, como representante dos lavradores, teria importante papel na constituinte e o Instituto do Café não deveria limitar-se apenas à condição de mero espectador. Entretanto, o Partido da Lavoura conseguiu eleger apenas dois deputados para a Assembleia Nacional Constituinte: Antônio Augusto Covelo e Lino Moraes Leme (GOMES, 1980, p. 267).

²⁹ O Partido Socialista Brasileiro (PSB) foi organizado em 1932, tendo como orientação os princípios da Revolução de 1930, ao mesmo tempo em que se voltava para a formação de um partido nacional. O interventor de São Paulo, Waldomiro Lima, foi o organizador prático da agremiação e seu inspirador ideológico. Assim, em sua fundação, o partido contou com o apoio das forças tenentistas nacionais e com o apoio do governo do

cadeiras constituintes, ganhando, mais uma vez, a atenção do chefe do governo provisório que, temeroso da união dessas forças oposicionistas, tentou uma aproximação que se revelou aos olhos do restante do país como um acordo finalmente concertado com os paulistas em geral.

Com efeito, tal política de aproximação já apontava desde julho de 1933, quando Getúlio Vargas aceitou o pedido dos paulistas para exoneração de Waldomiro Lima, solicitando ao interventor que passasse o cargo ao general Daltro Filho, comandante da segunda região militar. A nomeação de Daltro Filho à interventoria era provisória, posto que era necessário organizar o terreno político nacional para que, logo em seguida, o outro nome indicado definitivamente assumisse o cargo. Assim, em 16 de agosto de 1933, Armando de Salles Oliveira ocupou a interventoria de São Paulo. Para pensar a repercussão dessa indicação ao governo do Estado, os autores de *Revolução e Restauração* analisaram o jornal *O Correio da Manhã*, que entendeu a escolha de Armando de Salles Oliveira como um arranjo: o interventor garantiria ao Governo Provisório a moderação da Chapa Única durante os debates constitucionais e a interventoria de um civil e paulista permaneceria. Com isso, a atuação da Chapa Única estaria comprometida com a orientação do novo interventor, o trabalho de agora em diante seria conjunto.

A bancada paulista, sob a liderança de Armando de Salles Oliveira, ao se ausentar diante de muitas questões durante o debate constitucional, causou desapontamento na oposição. A omissão da bancada durante o debate constitucional seria consequência do suposto acordo selado com Getúlio Vargas. No entanto, a bancada paulista, mesmo que tenha selado acordo no sentido de se restringir a assuntos de matéria estritamente constitucional, posicionou-se de maneira firme quando o debate foi a respeito da anistia dos revoltosos de 1932, mostrando que “São Paulo não poderia se omitir diante de um assunto que sensibiliza todos os paulistas” (OESP, 17/11/1933: 1). O mesmo ocorreu quando o debate foi a censura à imprensa e, também, o mérito pela convocação da Assembleia Constituinte.

Estado. O partido defendia os seguintes pontos: eleições indiretas para os executivos estadual e federal; instituição da representação de classes e, sobretudo, uma política de justiça social que garantisse a aplicação da legislação trabalhista. O programa do partido intencionava sensibilizar as classes urbanas trabalhadoras (GOMES, 1980, p. 260-261).

Na sessão do dia 16 de novembro, o líder da bancada baiana, Medeiros Neto, subiu à tribuna na Assembleia Nacional Constituinte e enalteceu Getúlio Vargas e os atos do governo provisório, provocando alvoroço por parte dos deputados constituintes, fossem paulistas ou não. Declarou o líder baiano que aquela assembleia estava reunida pela vontade do chefe do governo provisório, para dar ao país uma constituição. Tal declaração emprestou à sessão caráter de tumulto. O líder do Distrito Federal tomou a palavra. Sentindo-se ofendido, saiu em defesa dos paulistas, alegando que a assembleia estava reunida graças a todos que morreram em São Paulo, na guerra de 1932, lutando por esse objetivo (OESP, 17/11/1933: 1). Ângela de Castro Gomes (1996: 19) analisou a importância da Revolução de 1932 no debate sobre legalização do regime político do país que se instaurou no pós-1930. A autora confere à Revolução de 1932 a significação de acontecimento responsável pela inauguração do processo de reconstitucionalização do país, pelo término do regime de força instaurado no país nos dois primeiros anos daquela década. Derrotados militarmente, mas tendo conseguido o objetivo político anunciado com a revolução – a imediata reconstitucionalização do país –, os paulistas ganharam força diante do governo provisório. Entretanto, a vitória militar sobre a Revolução de 1932 resguardou a Vargas a legitimidade e o poder para conduzir o processo de constitucionalização instalado a partir de então. É certo que isso não era suficiente para garantir a vitória do chefe do governo provisório. O momento pedia um movimento de rearticulações político-partidárias. Getúlio Vargas precisava participar deste movimento. Aproximar-se dos paulistas e garantir o silêncio de sua bancada eram ações tidas como fundamentais.

Vargas começou a fazer concessões aos paulistas: primeiramente, indicando Armando de Salles Oliveira à interventoria; depois, concedendo anistia aos exilados de 1932. Acompanhei o debate sobre a anistia e o regresso dos exilados via jornal *O Estado de S. Paulo*, órgão de imprensa do grupo político de Armando de Salles Oliveira. A atuação de Armando de Salles Oliveira, na condição de interventor de São Paulo, foi noticiada pelo jornal diariamente. Os editoriais do jornal foram dedicados a cobrir o debate constituinte e a ação da interventoria de Armando de Salles Oliveira. A elite política paulista do Partido Democrático podia visualizar um cenário político favorável. Diferente dos dois primeiros anos que sucederam à Revolução de 1930, a elite paulista tinha agora o controle do poder em

São Paulo e a constituição estava para ser promulgada. Vargas estava atendendo, portanto, aos seus anseios. Paralelamente, o regresso dos exilados também ganhou destaque nas páginas do “bravo matutino”, sobretudo a volta do seu diretor, Júlio de Mesquita Filho.

No dia 8 de novembro de 1933, o jornal *O Estado de S. Paulo* noticiou que Júlio de Mesquita Filho, exilado em Portugal desde o término da Revolução de 1932, embarcara a bordo do navio *Arianza*, de regresso ao Brasil. Às vésperas do embarque, o ex-exilado concedeu uma entrevista a um correspondente internacional, que foi transcrita no periódico. Mesquita Filho falou sobre a profunda emoção que sentia ao pensar que em breve reveria sua terra natal e agradecia a Portugal, que acolhera prontamente os exilados paulistas, “suavizando-lhes o amargo do afastamento da pátria”. O correspondente logo questionou sobre os projetos imediatos do ex-exilado e qual sua opinião a respeito da assembleia constituinte que se instalara no país, querendo saber também qual sua postura em relação à situação política do Brasil. Mesquita Filho foi cauteloso; respondeu prontamente que queria retomar de imediato a direção d’*O Estado de S. Paulo*, mas afirmou que, como havia perdido contato com seu país, não poderia responder às outras questões sem hesitar. O correspondente insistiu com pergunta mais delicada: se Mesquita Filho pensava que as atitudes tomadas pelo governo provisório representavam um indício real de concórdia. O ex-exilado acreditava que sim – desde que todos os exilados recebessem a promessa de poder regressar ao país (OESP, 08/11/1933: 14). Apesar das perguntas incisivas e insistentes do correspondente, Mesquita Filho deu respostas discretas e pouco reveladoras de seus sentimentos. O momento político pedia descrição; era necessário, primeiro, regressar e tomar conhecimento da situação de São Paulo com o chefe do governo provisório. Qualquer passo em falso poderia comprometer o suposto acordo entre o interventor paulista, Armando de Salles Oliveira, e o chefe do governo provisório.

Júlio de Mesquita Filho reclamou de entrevistas falsas atribuídas a ele, com conteúdo sobre o momento político do país. Pedro de Toledo, outro ex-revolucionário exilado, alegou que, somente naquele momento, de volta ao Brasil, soube das mentiras que se espalhavam pelo país, dentre elas, a de que a Revolução de 1932 teria como objetivo a separação de São Paulo do Brasil. Nunca teria se cuidado disso, afirmou o ex-exilado. Ainda mais, no momento, tinha boa

impressão sobre São Paulo e a bancada paulista estava bem orientada por Armando de Salles Oliveira (OESP, 08/11/1933: 14). O sentimento de humilhação, causado pela derrota em 1932 e posterior exílio, deveria ser contido; não cabia, naquela conjuntura política, rememorar a revolução paulista, pois esse acontecimento representava clara oposição a Vargas e o momento era de composição com o chefe do governo provisório.

A recomposição do passado como memória resulta de um complexo processo de negociação entre presente e passado. O que deve ser permanentemente lembrado atende ao imperativo do agir. A memória conserva as versões dos acontecimentos em meio a uma multidão de pontos de vista. O presente parece ativar apenas parte das interpretações que dão sentido às ações humanas; outras tantas possibilidades interpretativas permanecem inativas, relegadas a um lugar de pouca visibilidade (SANDES, 2009: 179).

No caso dos paulistas, durante o processo de reconstitucionalização, que se instaurou no país em 1933 e 1934, o presente exigia a versão do esquecimento. O ano de 1932 não deveria ser reavivado por representar a oposição declarada e armada contra Getúlio Vargas. Com a ascensão de Armando de Salles Oliveira à interventoria de São Paulo, indicando adesão ao varguismo, os sentimentos em relação à derrota de 1932 iam sendo mantidos e explicitados apenas na privacidade. Nem mesmo Getúlio Vargas estava certo de sua decisão:

Vou entregar São Paulo aos que fizeram a revolução contra mim. Não pode haver maior demonstração de desprendimento. Será que estou colocando armas nas mãos dos inimigos para que se voltem contra mim? Que farão contra mim? Que farão na Constituinte? O futuro dirá, e muito próximo (VARGAS, 1995: 231-232).

Temendo não receber dos paulistas a reciprocidade de seu ato de “desprendimento”, Vargas manteve certo receio quanto à atuação da bancada paulista na Constituinte. Todavia, Armando de Salles Oliveira, fiel ao acordo, orientou a bancada paulista para uma atuação comedida, evitando revanchismos e reavivamentos de ódio contra o chefe do governo provisório. Em visita ao Rio de Janeiro, no dia 27 de novembro de 1933, o referido interventor também foi cauteloso ao ser entrevistado. O jornal *A noite* questionou sobre a possibilidade da presença do interventor na capital dever-se a mais um chamado do chefe do governo provisório. Armando de Salles negou tal possibilidade, explicando que, tão pouco, dentre os objetivos de sua viagem figurava algum assunto político. Estava no Rio de Janeiro em busca de interesses econômicos de São Paulo. Mas, publicamente, tornou-se conhecido que o interventor em questão recebeu, a portas fechadas, a

visita do líder da bancada paulista, Alcântara Machado, e o representante de São Paulo na Comissão dos 26, Cincinato Braga. Foi, ainda, visitado pelo general Góis Monteiro e por Gregório da Fonseca, secretário de Getúlio Vargas (OESP, 28/11/1933: 1).

Outro episódio que demarcou a atuação comedida de Armando de Salles Oliveira e de seu grupo político foi a comemoração do aniversário da Revolução de 1932 em 9 de julho de 1934, quando a mesma faria dois anos. O jornal *O Estado de S. Paulo* anunciou grandes comemorações e a Assembleia Nacional Constituinte foi palco para discursos sobre o significado da data. Abreu Sodré, na sessão de 10 de julho, discursou conclamando o esquecimento das agruras do passado. O deputado constituinte avaliou que a melhor maneira de homenagear os mortos de 1932 seria o cumprimento da finalidade da campanha revolucionária, ou seja, a constitucionalização do país. Tal objetivo só poderia ser realizado mediante a harmonia dos patrícios que, mesmo com convicções políticas diferentes, não deveriam fugir do esforço de cooperação para elaboração da Carta Magna. O esquecimento era então a atitude ideal para venerar a memória dos mortos. Abreu Sodré afirmou que “do cultivo artificial da dor nenhum lucro poderia ser obtido” e exemplificou que até nas grandes guerras externas tal sentimento não era propagado: “que diríamos então de uma 'peleja entre irmãos', que se eternizasse nas evocações de mortes e padecimentos?” (OESP, 10/07/1934: 1). “Peleja entre irmãos”: foi assim que o deputado Abreu Sodré, representando a bancada paulista, denominou a Revolução de 1932, afirmando que um conflito entre homens da mesma pátria não deveria levar adiante maiores ressentimentos. A Revolução de 1932, os mortos paulistas, o sentimento anti varguista, a humilhação sofrida por São Paulo, tudo isso acabou sendo reduzido a uma “briga de irmãos”. Como tal, deveria ser resolvida em conversa, quem sabe por meio de um acordo entre Getúlio Vargas e o grupo político de Armando de Salles Oliveira. Denominar 1932 de “peleja entre irmãos” apaziguava o passado, ao amenizar seu significado na memória social e, sobretudo, evitava o confronto com o chefe do governo provisório. Em nome do futuro político do grupo armandista, 1932 foi, assim, em 1934, um acontecimento ressignificado.

De seu lado, Getúlio Vargas viu-se satisfeito e aliviado. Antes do desenrolar da ação comemorativa da revolução paulista, Vargas registrou em seu diário sua

impressão sobre o aniversário do 9 de julho de 1932. Na ocasião, manifestou apreensão, uma vez que a data podia reavivar ressentimento nos paulistas: “As grandes comemorações, longamente anunciadas, tiveram seu entusiasmo refrigerado pelas chuvas” (VARGAS, 1995: 306). Associada à chuva, o arranjo entre bancada paulista e o governo esfriou os ânimos das comemorações do aniversário do 9 de julho. A imprensa oposicionista, atenta ao movimento de negociação, reivindicou a memória do movimento, de modo a demarcar sua posição.

A atuação de Armando de Salles Oliveira e a guarda da memória da Revolução de 1932 foram assuntos tratados por Pedro da Costa Rego³⁰, respeitado jornalista da época, correspondente diário do jornal carioca *Correio da Manhã* e, posteriormente, a partir de julho de 1934, no periódico paulista *Correio Paulistano*. É possível supor uma articulação política entre o *Correio da Manhã* e o *Correio Paulistano*, uma vez que o jornalista Costa Rego publicava seus artigos em ambos os jornais. Após a Revolução de 1930, Costa Rego defendeu como opção política para o Brasil um projeto liberal. Observador da elite política paulista e do movimento do novo interventor de São Paulo, o jornalista esteve atento aos acontecimentos que pudessem comprometer os rumos da Assembleia Nacional Constituinte. Assim, o silêncio da bancada paulista foi assunto para seus artigos. O historiador Noé Freire Sandes (2008) acompanhou detidamente a análise do jornalista a respeito do debate constituinte instalado em 1934, bem como de seus desdobramentos – trabalho que resultou no artigo *O jornalista Costa Rego e o tempo revolucionário (1930)*, publicado, em 2008, na Revista Brasileira de História.

O historiador relata que, por ocasião da Revolução de 1932 e dos conflitos com o chefe do governo provisório, Getúlio Vargas, havia grande expectativa da atuação da bancada paulista durante a Assembleia Nacional Constituinte. As expectativas foram criadas, sobretudo, por parte da oposição. A bancada paulista era portadora da memória da Revolução de 1932 que, mesmo derrotada militarmente, se autoproclamou responsável pela instalação da constituinte, impondo fim à imprecisão do governo revolucionário instalado em 1930 (SANDES, 2008: 47).

³⁰ Pedro da Costa Rego foi jornalista e político alagoano. Senador por Alagoas, entre os anos de 1929 e 1930 e entre 1935 e 1937. Após a Revolução de 1930, esteve exilado na França. Em 1931, retomou suas atividades no jornal *Correio da Manhã*, para o qual escrevia desde 1906. Seus escritos eram publicados na sessão que o periódico carioca reservava aos artigos de opinião (SANDES, 2008: 43).

A estréia da bancada paulista nas sessões da constituinte foi marcada por ácida crítica de Costa Rego:

O grande e sutil envenenador das frentes únicas, o Sr. Getúlio Vargas, deve estar de parabéns [...] A bancada paulista na Constituinte compareceu ao ato da instalação da assembleia precedida de duas famas, além da fama específica de cada um de seus membros: a primeira era a de seu conselho técnico; a segunda a de seu impenetrável silêncio. [...] Em uma fase como esta, quando todo homem público tem sempre uma declaração a fazer a imprensa, e quando o ilustre general Góes Monteiro, contrariando o conceito de Thiers sobre a mudez dos exércitos, é o campeão reconhecido e indiscutível dos colóquios com jornalistas, o silêncio daquela bancada era o índice de grandes cogitações.

[...]

A brilhante bancada paulista abominava a política. O que ela queria, isto sim, era uma Constituição. Nada, pois de assuntos à margem, embora pertinentes ao objeto da convocação da assembleia. Uma boa constituiçãozinha, seguida de uma aprovaçãozinha dos atos do governo provisório, encerrada por uma eleiçãozinha do Sr. Getúlio Vargas (Correio da Manhã, 01/12/1933: 2).

Costa Rego entendeu o silêncio dos paulistas como o resultado de um arranjo, um compromisso firmado com Getúlio Vargas. Este seria o estrategista que, com muita astúcia, minou a relação do acordo firmado entre Partido Republicano Paulista e Partido Democrático, selada com a Frente Única por São Paulo Unido e, posteriormente, com a Chapa Única, que elegeu maioria de deputados constituintes. Costa Rego, em sua crônica *A pesca do Pirarucu*, fez questão de nomear “as vítimas” das estratégias do chefe do Governo Provisório. Comparou as artimanhas de um habilidoso pescador do peixe amazônico com a capacidade de convencimento e atração exercida por Getúlio Vargas. Exausto de tanto resistir, o animal cede. O pescador, ao praticar o movimento incessante de recolher e relançar a linha, com a isca, conduz o peixe entre “a liberdade ilusória e o aprisionamento”. O colunista enxergou artifício semelhante na prática política do presidente (SANDES, 2008: 48):

Ora, não é senão uma pesca de pirarucu o que o Sr. Getúlio Vargas faz, no desdobramento das crises da Revolução. Os homens que ele quer submeter, anular ou proscriver são primeiramente arpoados. Correm. Ao fim da linha, o Ditador suavemente os chama. Embora resistindo, eles voltam, presos no arpão. O Sr. Getúlio Vargas larga-os mais uma vez, e só os larga para que voltem, até que, extenuados, lhe possa aplicar o macete. Quem quiser melhores informações sobre o assunto pode dirigir-se aos Srs. Borges de Medeiros, João Neves da Fontoura, Maurício Cardoso, Lindolfo Color, Batista Lusardo, Barros Cassal, Francisco Campos, Adolfo Bergamini, Leite de Castro, Dulcídio Cardoso, José Maria Whithaker, Laudo de Camargo, Waldomiro Lima, João Alberto e outros pirarucus de antigas

pescarias. Os da pescaria de agora falarão depois... (Correio da Manhã, 12/01/1934, p. 2).

O silêncio dos paulistas, ao ser identificado pelo jornalista como “índice de grandes cogitações”, deixava de ser um enigma, revelando-se visivelmente como resultado de um arranjo ou, quem sabe, uma “pescaria”. Difícil era saber a quem, desta vez, caberia o papel de pescador. O jornal *Correio da Manhã*, representante da oposição, decepcionou-se com a atuação da bancada que carregava a memória da Revolução de 1932, avaliando que esta havia selado acordo de manter silêncio com o chefe do Governo Provisório em troca de uma “bela constituiçãozinha e de uma eleiçãozinha do Sr. Getúlio Vargas”. Os artigos publicados por esse mesmo jornal também revelaram a sua indignação com a suposta falta de posicionamento político do grupo de Armando de Salles Oliveira. Além disso, a composição de dois ministérios pelos paulistas engrossava os motivos de crítica ao interventor, que ganhava influência nas decisões nacionais, mas também se tornava cada vez mais alvo de críticas da imprensa oposicionista, perdendo, aos olhos desta, o prestígio que o passado lhe conferira. Armando tornou-se alvo para aqueles que enfrentaram as agruras de uma guerra em defesa do constitucionalismo e contra Getúlio Vargas.

Para a imprensa oposicionista, não era possível um paulista aproximar-se de Getúlio Vargas, responsável pela retirada da autonomia de São Paulo. Afinal, tratava-se de um homem que traiu as ideias da Revolução de 1930 e derrotou os paulistas em 1932. A participação de São Paulo em dois ministérios do governo Vargas acirrou os ânimos oposicionistas, intensificando a luta da oposição contra a aliança estabelecida entre o governo constitucional e o grupo paulista. *O Correio da Manhã* sentenciava: “Os políticos paulistas penderam de vez para o lado do governo sob a batuta de Armando de Salles Oliveira” (SANDES, 2008: 54). Entretanto, é, no mínimo, curioso, o modo como Costa Rego tratava Armando de Salles Oliveira e seu grupo político, ao definí-los como ingênuos, sugerindo que eles fossem apenas o peixe na história do acordo. Afinal, não seriam também pescadores? Se a aproximação entre Getúlio Vargas e a elite política armandista foi uma espécie de arranjo, há que se levar em consideração que ambas as partes possuíam interesses que deveriam ser defendidos: provavelmente foram ambos, e concomitantemente, peixes e pescadores.

1.4. Paulo Duarte: entre a memória, a história e o ressentimento

Não era só a imprensa oposicionista que questionava a postura de Armando de Salles Oliveira perante o chefe do Governo provisório. A tentativa de, aparentemente, esquecer os ressentimentos foi uma estratégia de conciliação utilizada pelo interventor, mas tais estratégias suscitaram a irritação de outros membros da mesma comunidade política, os quais ainda retinham ódio e sentiam-se vitimizados no seu presente (ANSART, 2004: 30). Parte desse grupo paulista³¹ questionou a nova situação política de São Paulo. Paulo Duarte, revolucionário de 1932, registrou em suas memórias a sua impressão acerca do que estava ocorrendo em São Paulo, no momento em que voltou do exílio. Em outubro de 1933, dois meses depois de ter ascendido à interventoria de São Paulo, Armando de Salles Oliveira convidou Paulo Duarte, recém chegado do exílio, para um almoço em sua casa. O ex-revolucionário não escondeu seu descontentamento ao ver a posição de Armando perante Getúlio Vargas. Ainda que uma das exigências feitas por Armando de Salles Oliveira a Vargas, para que aceitasse a interventoria, tenha sido o restabelecimento imediato da normalidade constitucional, era arriscado confiar que o chefe do Governo Provisório cumpriria tal compromisso. Devido a essa desconfiança, Julio de Mesquita Filho, que também se encontrava exilado, teve uma conversa com Paulo Duarte, antes da volta deste para o Brasil, por este assim relatada:

Nas horas em que o “Flândria” esteve parado em Lisboa, conferenciei longamente com Julinho. Armando de Salles Oliveira ascendera ao governo de S. Paulo como interventor e, evidentemente, assumiria com o ditador compromissos que nós ignorávamos. Até que ponto esses compromissos iriam contrariar os nossos planos de prosseguir na conspiração? Julinho achava que tudo agora deveria ser planejado com outras bases, mas, mantinha firme a sua hostilidade a Getúlio Vargas. Armando de Salles porém não poderia certamente ficar ao nosso lado e, assim aguardava-nos uma fase desagradável de concessões e de uma paz de compromissos. Uma das condições impostas a Vargas era o restabelecimento imediato da normalidade constitucional. Ninguém, entretanto, poderia confiar na palavra deste porque, sendo do interesse dele, fugiria a qualquer compromisso, mesmo de honra. Julinho também ia embarcar breve ... Combinou comigo não assumir eu qualquer compromisso antes da sua chegada, a fim de estabelecermos um plano nosso, pois a ele repugnava profundamente

³¹ Esse grupo paulista fora constituído por exilados da Revolução de 1932, representados, principalmente, por Julio de Mesquita Filho e Paulo Duarte, que, anistiados, retornaram ao Brasil.

ajeitamentos com o PRP e nós tínhamos medo do Armando se ter obrigado a um acordo com ele (DUARTE, 1976: 2).

Paulo Duarte desconfiava também de Mesquita Filho:

Julinho estava para chegar. Consoante o que combinara com ele não assumira nenhum compromisso. Íamos ter muito o que conversar, mas eu não tinha ilusões. Pelo jeito, Julinho seria inteiramente solidário com o seu cunhado o interventor. A causa revolucionária estava ameaçada (DUARTE, 1976: 6).

Paulo Duarte retornou do exílio ansioso por agir contra Getúlio Vargas e temia não poder contar com os colegas paulistas. Porém, no almoço com Armando de Salles Oliveira, a situação política precária em que os paulistas se encontravam foi exposta ao ex-revolucionário. O interventor afirmou que logo se estabilizaria, mas era preciso ter paciência: estar no governo, ainda que ao lado de Getúlio, era a única maneira de “libertar” São Paulo. Armando alertou que, naquela ocasião, eles sequer poderiam pensar numa nova revolta armada sem que fossem esmagados novamente, pois “os olhos ditatoriais estavam voltados para eles”. A região militar, controlada por Góis Monteiro, almejava a interventoria: era preciso “andar celeremente para a total reconstitucionalização e até lá, todo cuidado era pouco.” O interventor, com o intuito de estabilizar a vida de Paulo Duarte, já que sua colaboração seria importante para a execução de seus planos, ofereceu um cargo num importante cartório em São Paulo. Com o cartório nas mãos, Paulo não precisaria se preocupar com questões materiais e poderia dedicar-se inteiramente à uma nova política que haveriam de impor a São Paulo e ao Brasil. Armando afirmava que pretendia mesmo organizar um novo partido político³² (DUARTE, 1976: 3).

Embora o ex-revolucionário condenasse qualquer aproximação com Vargas, por acreditar que assim a causa revolucionária estaria ameaçada, entendia porém que a posição de Armando de Salles Oliveira no poder era o caminho para executar projetos e lutar para restabelecer a autonomia de São Paulo. Em outro almoço, agora na casa de Antoninho, filho de Antônio Alcântara Machado, que presidiu a bancada paulista na constituição de 1934, onde estavam presentes Paulo Duarte, seu cunhado Sérgio, Lolita, esposa de Antoninho, e Mário de Andrade, o grupo discutiu as possibilidades culturais que o governo de Armando poderia abrigar.

³² O cartório acabou sendo destinado as mãos dos políticos. Paulo Duarte revelou certa mágoa com Armando de Salles Oliveira, por este estar se submetendo a acordos políticos que o memorialista repudiava.

Pensando na possibilidade de se consolidar no poder, o grupo lembrou as conversas que tivera no apartamento da Avenida São João, entre os anos de 1929 e 1930, sobre a pesquisa social na cidade São Paulo. Mário de Andrade falava em orquestras, balé, concertos, música de câmara e até mesmo num museu de fonética, com registro de todas as pronúncias regionais do Brasil. Ainda mais, Paulo Duarte falava em restaurar documentos velhos, “uma brasileira, que seria maior que a biblioteca nacional” (DUARTE, 1976: 9). O grupo, na época, jurou fidelidade ao seu sonho cultural. Todavia, entendeu que era preciso duas coisas para a realização do sonho: dinheiro e posição privilegiada de poder no governo. Entendeu também que, mesmo sendo perigosa a aproximação com o ditador, era preciso arriscar para não deixar São Paulo nas mãos de um politiqueiro perrepista. Segundo Paulo Duarte,

O Armando se quiser manter-se tem que ser não apenas herói, tem que ser mártir também. Deveria demitir-se, mas assim agindo, São Paulo cairia nas mãos de qualquer perrepista sem vergonha. Porque um perrepista de vergonha não aceitaria, mas é muito raro um perrepista de vergonha (DUARTE, 1976: 21).

Diante da situação de interventor paulista durante o governo provisório de Vargas, para além das críticas sofridas pela imprensa oposicionista, Armando teve que suportar certas contradições. O general Daltro Filho, com sua vontade de “abocanhar” o governo de São Paulo, incomodava o grupo paulista. Aquele, de acordo com Paulo Duarte, foi um destacado chefe militar contra os revolucionários de 1932, na frente leste, onde atuou com o general Eurico Dutra, sob o comando de Góis Monteiro. Os oficiais de Daltro fizeram a ele um jantar de homenagem no início de novembro de 1933 e o interventor paulista teve que comparecer. Como resposta ao dissabor de estar numa homenagem a um general que massacrou São Paulo em 1932, Armando ofereceu um banquete aos deputados paulistas eleitos pela Constituinte. Nesse jantar, proferiu um discurso que foi chamado por Paulo Duarte de “profissão de fé a favor dos ideais da Revolução de 1930”, tendo também afirmado que a política era, em alguma medida, “a arte de esquecer” (DUARTE, 1976: 105).

É curiosa essa indicação de um paulista à interventoria, feita por Getúlio Vargas. Se, conforme Costa Rego, a atuação política dos paulistas perante a Constituição e a aproximação deles com o ex-ditador davam-se como resultados de um negócio, quais seriam os objetivos de ambas as partes? Paulo Duarte fez

referência às intenções do general Daltro Filho, que recebeu do ditador a missão de depor o general Waldomiro Lima, governador militar de São Paulo depois da derrota de 1932. Executada a tarefa, a vontade de Daltro era a de permanecer no lugar do colega de posto, e em caráter permanente, mas Getúlio, ao invés de atender a tal desejo do aliado, nomeou justamente Armando de Salles Oliveira, civil e do movimento de oposição de 1932. Paulo Duarte explicou essa nomeação, bem como a Revolução de 1932, com as seguintes palavras:

Mas a ditadura queria pacificar São Paulo. Os paulistas permaneciam um vulcão. Daí a nomeação de Armando de Salles, ligadíssimo ao movimento de 1932. Mas o general Daltro continuava alimentando com carinho suas próprias veleidades e isso com o apoio dos radicais de 1930 que acabaram traindo 1930, provocando 1932, que era na realidade, apesar das intenções do perrepismo, um movimento para repor 1930 nos seus princípios (Idem, ibidem: 21).

A reflexão de Paulo Duarte responde qual era o teor do arranjo realizado entre Getúlio e os paulistas. Na tentativa de contê-los e evitar uma nova revolução, o chefe do governo provisório resolveu ceder e cumprir o que tinha prometido em 1930: um interventor civil e paulista, daí a indicação de Armando de Salles Oliveira. Quanto aos paulistas, aproximar-se do ditador era mesmo uma estratégia. A aproximação com Vargas era uma etapa a ser cumprida e único meio de conseguir realizar as ações que faziam parte de um projeto maior, para São Paulo e o Brasil, que neste trabalho chamo de “projeto paulista”. Tal projeto é revelador do pensamento político de Armando de Salles Oliveira: a formação de uma elite política capaz de governar São Paulo e o Brasil. Tratarei deste projeto, mais detalhadamente, no terceiro capítulo desta dissertação.

Assim, paralelamente às críticas feitas em função da aproximação de Armando com o governo constitucional, as metas do interventor iam sendo alcançadas. O debate constituinte acontecia. De acordo com Paulo Duarte, fazer a Constituinte era um bom negócio para Getúlio Vargas, pois acalmava os paulistas e, assim, o ditador conseguia o que desejava: permanecer no poder.

Getúlio, esperto e manhoso, compreendeu bem que a constitucionalização, só ela, permitirá vingar seu único desejo na vida pública: permanecer. Com ela permaneceria pelo menos enquanto a constituição durasse. Getúlio confiava também em duas coisas: sua habilidade de transigir e na fraqueza do caráter dos políticos brasileiros. Sabia de sobra dessas duas coisas (DUARTE, 1976: 30).

Mas, conforme salientou Armando de Salles Oliveira, o momento de execução da Assembleia Constituinte não foi propício para acertos de contas. Afinal, São Paulo estava conseguindo o que queria: primeiro, a interventoria civil e paulista; depois, a convocação da Assembleia Constituinte e a fundação de um partido político que garantisse a execução da Constituição. A formação do Partido Constitucionalista foi um marco de aproximação de São Paulo com o Governo Provisório, extrapolando as áreas de influência estritamente regionais. Tudo que haviam conseguido poderia ser perdido se os paulistas não soubessem se situar perante o jogo político.

Foi considerando a política como “a arte de esquecer” que Armando de Salles Oliveira aceitou a interventoria de São Paulo e a bancada paulista apresentou-se na Constituinte de 1934. Tanto a atuação política de Armando de Salles Oliveira perante o Governo Provisório quanto a da bancada paulista no momento em que se debatiam os novos rumos políticos do país na Assembléia Constituinte vão revelar-se como estratégia de um grupo que, tal como Vargas, tinha em vista o poder e sua permanência. As revoluções de 1930 e de 1932 representaram o passado de derrotas do grupo de Armando de Salles de Oliveira, mas foi também e justamente o uso político da memória desse passado que colocou o grupo paulista no poder, permitindo que eles executassem e continuassem a executar seus planos políticos, culturais e educacionais, que faziam parte do seu projeto para São Paulo e para o Brasil.

1.5. Da derrota ao governo paulista: Armando de Salles, o Partido Constitucionalista e a memória de 1932

Fazem-se partidos políticos para o futuro e não para o passado, embora neste assentem raízes (MANIFESTO de fundação do Partido Constitucionalista, publicado em OESP, 28/02/1934: 12).

A indicação de Armando de Salles Oliveira foi resultado da posição política que a Chapa Única por São Paulo Unido conquistou no cenário nacional com a ocupação das 17 cadeiras constituintes. Diante disso, não havia por que estranhar a afinada atuação de um com o outro. Entretanto, é importante perceber que, no

decorrer do jogo político, Armando de Salles Oliveira ganhou posicionamento autônomo, evidenciado, por exemplo, como, na proposta de formação do Partido Constitucionalista. A fundação do Partido Constitucionalista provoca nova cisão dentro do Partido Republicano Paulista, que perdeu alguns de seus importantes membros para a nova agremiação, gerando desacordos dentro da Chapa Única. O Governo Provisório avaliou favoravelmente tal iniciativa, certo de que a divisão seria vantajosa no futuro. Afinal, interessava a Getúlio Vargas que a elite política paulista estivesse enfraquecida por desacordos e não unida em torno de um ideal comum: a derrubada do Governo Provisório.

Em fevereiro de 1934 é publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* o manifesto de fundação do Partido Constitucionalista, que se apresentaria formalmente no dia primeiro do mês seguinte. Nesse manifesto, enfatiza-se a força simbólica presente na própria denominação do partido e o empenho do seu grupo fundador na luta pela reconstitucionalização do país. São Paulo, de acordo com o manifesto, exigia uma poderosa comunhão política, onde se juntariam sob a mesma disciplina, “os que se empenham no seu engrandecimento e na continuidade do espírito liberal de sua gente” (OESP, 28/02/1934: 12). A nova agremiação política foi gerida no interior da cisão ocorrida no Partido Democrático que se extinguiu ao incorporar-se ao novo partido. Alguns dos importantes membros do Partido Democrático auxiliaram Armando de Salles Oliveira na fundação do novo partido, dentre eles, os políticos Waldemar Ferreira, Paulo Nogueira Filho, Prudente de Moraes Neto, Henrique Bayma, Cezário Coimbra, Abreu Sodré, Carlos de Moraes Andrade, Aureliano Leite, Pedro Ferraz do Amaral, Henrique de Sousa Queiroz, Marcos Mélega, bem como o grupo político do jornal *O Estado de S. Paulo*, liderado por Júlio de Mesquita Filho (PRADO, 1986: 139). O Partido Democrático justificou sua dissolução, deixando claro que o Brasil, naquele momento, não mais precisava de agremiações estaduais, mas de algo maior, que defendesse os interesses nacionais.

Em discurso de oficialização do Partido Constitucionalista, Armando de Salles Oliveira explicita sua posição acerca da necessidade de se formar um novo partido político que atendesse às demandas não apenas de São Paulo, mas também do Brasil. Com o novo partido falava-se não só em interesses estaduais, mas também de toda a nação brasileira. Nasceu em 1º de março de 1934 e em 6 de

março do mesmo ano, o Partido Constitucionalista levou oficialmente solidariedade ao seu fundador, que teve então a oportunidade de pronunciar o seu primeiro discurso político:

É tempo de inaugurar em São Paulo uma política alta, uma política que se baseie na probidade integral, de espírito e de coração, e no culto sistemático da verdade. Um partido político que nasce como o Partido Constitucionalista, com o propósito de realizar uma ação renovadora eficaz, tem o dever de esclarecer e guiar corajosamente a opinião pública, evitando a preocupação de lisonjear-lhe as paixões e de segui-la por caminhos errados. A demagogia obscurece a verdade, desorienta os espíritos, divide a nação e estimula a desordem. Não há pior inimigo a combater do que ela, no momento em que o Brasil tem como anseio máximo o restabelecimento da disciplina em todas as suas classes. Reação espontânea e consciente contra os erros do passado, libertado de todos os preconceitos e sofismas, sensível às grandes transformações renovadoras que se produzem por toda parte, com as suas raízes mais robustas mergulhadas nas mais sãs tradições da terra paulista – vosso partido só não reconquistará se o não quiser para São Paulo o seu desempenho de condutor da nação. Depois do triunfo, tereis de continuar a velar sem esmorecimento para que ele não se perca e fique assegurado dentro do Brasil o lugar de São Paulo, não pelas imposições opressoras, mas pela escolha voluntária de todos, rendidos enfim à grandeza de sua civilização e ao esplendor de suas virtudes cívicas. Uma evidência se imporá desde logo ao vosso espírito: no caminho daquele alto ideal, os passos paulistas terão de ser dados com os olhos voltados para todo o país. Porque ou São Paulo compreende as necessidades nacionais ou terá de renunciar a hegemonia política (OLIVEIRA, 2002: 52-53, *grifos meus*).

Ao fazer referência as necessidades nacionais que São Paulo deveria abraçar e defender, Armando de Salles Oliveira indica que tipo de partido político ele almeja fundar, um partido de alcance nacional, digno dos paulistas e da nação. Armando menciona ainda nesse discurso que, desde 1932, entendeu-se a necessidade de unir em um único quadro partidário as forças políticas de São Paulo, saídas diretamente da revolução constitucionalista e identificadas por ideais e convicções comuns. O interventor alerta ainda para a necessidade de disciplina dentro dos partidos, pois seria apenas por meio desta que seria possível a sobrevivência das democracias e sobretudo da “hegemonia política” de São Paulo. Para isso era necessária a existência de partidos com programas políticos bem definidos, pois era à falta de organização partidária que se atribuía a decadência da política paulista das últimas décadas.

Armando de Salles Oliveira atribuía como motivo gerador da falta de organização nacional a falta de um partido político, ferreamente disciplinado. Seria,

na organização de um partido, que se encontrariam soluções para os problemas de São Paulo e do Brasil (OLIVEIROS, 2007: 139). Sob tal lógica, justificava-se a extinção do Partido Democrático, medida que atendia às exigências da época, ao se entroncarem na nova corrente partidária que nascia e passaria a dirigir os rumos de São Paulo e, certamente, da nacionalidade, pois, afinal, São Paulo era, na leitura dos paulistas, a expressão da nação. Segundo Armando de Salles Oliveira, o legado de experiência do Partido Democrático serviria para trilhar os caminhos da nova política, mas não para reavivar antigos desentendimentos sofridos com Getúlio Vargas e o Governo Provisório. O passado, como fonte de orientação, para atuar no presente e fazer projeções quanto ao futuro, deveria ceder terreno às expectativas de desarme para a conquista da necessária estabilidade almejada com a nova Constituição. Para tal, era necessário pensar e praticar a política com disciplina partidária e também como, até certo ponto, “a arte de esquecer”, conforme declarou Armando de Salles Oliveira em discurso à bancada paulista:

A política é, até certo ponto, a arte de esquecer. No momento em que se reúne a Constituinte, dissipadas para sempre todas as prevenções, devem os brasileiros se compenetrar de que nenhum entendimento será possível, nenhuma obra realizável, se o debate das idéias não se tratar sobre a rocha firme da nacionalidade. (DISCURSO proferido no banquete oferecido aos Deputados constituintes de São Paulo, 07/11/1933 apud OLIVEIRA, 2002, *grifos meus*).

Apenas após serem dissipados os desentendimentos, seria então possível proceder com o debate das ideias no terreno firme da nacionalidade e não nos interesses locais e/ou regionais. O alcance do poder em nível nacional é mobilizado como o projeto maior do grupo armandista, em nome do qual deveria ser posta em prática a política como “arte de esquecer”.

Vavy Pacheco Borges, em *Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista (história de uma esperança e muitos desenganos)* (1979), analisou as relações da oligarquia paulista com Getúlio Vargas, através de seus principais órgãos de imprensa, durante o período de 1926-1932. Os jornais escolhidos pela historiadora estão ligados aos dois partidos existentes em São Paulo até então, o Partido Republicano Paulista e o Partido Democrático; *O Correio Paulistano*, porta-voz do Partido Republicano Paulista, e *O Estado de S. Paulo*, que faz questão de se representar como um órgão independente, apartidário, mas, segundo a autora, guarda proximidade com o Partido Democrático compondo, com certa dissimulação, o campo oposicionista. O

Partido Republicano Paulista, até 1930, dominava a situação política, apesar da presença do Partido Democrático.

O Partido Democrático buscava minar o sólido domínio do Partido Republicano Paulista, que já alcançava marca de 40 anos. A criação da Aliança Liberal, cindindo os interesses e pactos entre Minas e São Paulo, apareceu como a esperada oportunidade para o amadurecimento da oposição em torno de um projeto de poder. Vavy Pacheco compara as propostas de Vargas com aquelas divulgadas pela imprensa paulista, percebendo a identidade ideológica entre ambas, sobretudo, no que diz respeito à moralização do sistema federativo. Armando de Salles assumiu a presidência do jornal *O Estado de São Paulo* em 1927, após a morte de Julio de Mesquita. A sociedade anônima do jornal ainda era composta pelos diretores Francisco Mesquita, Júlio de Mesquita Filho, Carolino Motta e Silva, Antônio de Mendonça, Carlos Vieira de Carvalho e Plínio Barreto como redator chefe, ligados por laços familiares. O jornal sempre se apresentou como um órgão apartidário, sob a presidência de Julio de Mesquita que, mesmo como membro do Partido Republicano Paulista, se recusava a tornar o jornal órgão oficial de partidos políticos, pois os membros do periódico defendiam que a imprensa era o único meio de fiscalizar e conter governos abusivos. Adeptos do liberalismo, os membros de *O Estado de São Paulo* faziam oposição ao governo vigente, viam na oposição bem organizada a possibilidade de assegurar os ideais da democracia. No momento em que nasce o Partido Constitucionalista, pelas mãos de Armando de Salles Oliveira, o periódico *O Estado de S. Paulo* tomará posições políticas mais declaradas, a favor do interventor paulista.

A comunidade política do jornal *O Estado de S. Paulo* saía da condição de vencida para assumir o comando político do Estado. Com ascensão de Armando de Salles Oliveira à interventoria de São Paulo, o periódico, que antes estava na condição de oposicionista, passaria a ser o órgão representante da situação. O controle da leitura do passado revolucionário passou a ser objeto de disputa entre o Partido Constitucionalista e o Partido Republicano Paulista. Armando de Salles Oliveira, ao fundar o novo partido, assumiu um compromisso com o futuro. O Partido Democrático apostou na mesma direção ao integrar-se à mesma agremiação. Entretanto, ao se despedir por meio de um discurso, a Comissão Diretora do Partido

Democrático reconstitui o caminho de sua formação como orientação para o novo partido que se formava:

Nesta ultima fala do Partido Democrático ao povo de São Paulo e do Brasil, conquanto a vida de nossa agremiação seja de notório conhecimento, a sua atividade ininterrupta de oito anos esteja retida na consciência de todo o país, este manifesto tem que ser uma rápida e final de prestação de contas. Esta exige uma visada retrospectiva, que será como a via esquemática por onde o historiador do futuro haverá de percorrer, para fixar a narração dos acontecimentos que encheram a existência fecunda do Partido Democrático. (OESP, 28/02/1934).

O caminho a percorrer era complexo: dos conflitos com o Partido Republicano Paulista ao apoio à Revolução de 30. Em seguida, indica-se caminho inverso: aliança com o Partido Republicano Paulista (Frente Única) e oposição radical ao governo revolucionário, a revolução de 1932. Finalmente, nova inversão: Armando Salles foi nomeado interventor com apoio de Getúlio Vargas. No jogo político praticado, com suas aproximações e distanciamentos com o Governo Provisório, atrelamentos e autonomias, o exercício do esquecimento tornou-se elemento crucial na condução da política paulista. A lembrança de 1932 tornou-se, assim, objeto complexo de disputa entre os políticos que, em 1934, dirigiam São Paulo:

Não decorreram de outra causa o governo de São Paulo entregue por ultimo á competência de um paulista autentico, tirado para nossa maior glória, das fileiras do nosso Partido; assim como o trabalho de reajustamento econômico social e financeiro, a que o sr. Armando de Salles Oliveira se vai entregando com os melhores resultados. Não decorreu de outra causa o reflexo na vida do país, que alcançaram a pacificação e a reconstrução de São Paulo, levadas agora a efeito pelos seus próprios filhos e por aqueles que nos ajudaram a levantar a grandeza de Piratininga. Assim, também, a Constituinte, em pleno funcionamento a estas horas , e que, a despeito das atordoadas que pretendem perturbar sua marcha, caminha para o bom termo. Todavia, se possuímos motivos para cada vez mais nos ufanarmos do movimento de 1932, em que, com eficiência e denodo se empenharam povo e classe militares, não devemos voltar as costas à Revolução de 1930, qual, apesar dos pesares, veio como previmos, proporcionar enganchas para uma renovação de costumes políticos e administrativos, que não se confinaram nas frases bombásticas dos discursos, mas se vão concretizando em fatos incontestáveis.(MANIFESTO de fundação do Partido Constitucionalista, publicado no jornal OESP, 28/02/1934).

Evocar o passado significava reordenar suas representações e ressignificá-las. A guerra paulista deveria ser lembrada com o sentimento ufanista, mas não com cores tão fortes que apagassem os feitos da Revolução de 1930. Nesse sentido, os

ressentimentos deveriam ser esquecidos em nome do futuro de São Paulo e da nação brasileira. Lembrar, portanto, exigia um filtro capaz de reter os ódios com o apagamento da memória das violências de um passado ainda presente, sem prejuízo, porém, das lembranças da “eficiência e denodo” dos paulistas e nem mesmo “voltar as costas à Revolução de 1930”. Esquecer, no caso dos paulistas, não era porém tarefa fácil, poderia causar os sentimentos de fraqueza e vergonha. Tal atitude representaria a negação de um movimento que mobilizou o povo paulista, como foi o da Revolução de 1932. Portanto, todo uso da lembrança exigia cautela e um engenhoso esforço para que passado e presente pudessem, finalmente, dialogar.

Enquanto as forças políticas, vencedoras em 1932, escreviam a história evitando realçar o acontecimento, procedimento idêntico ocorre entre os vencidos que se transformaram em aliados dos seus detratores. Sobrava farta munição para os opositores e oportunistas, o Partido Republicano Paulista, para alvejar o governo por meio da evocação do passado revolucionário. Mas reescrever a história do grupo derrotado, no caso de São Paulo, não seria tarefa fácil. O aparente esquecimento dos males causados pelo chefe do Governo Provisório vai soar como um acordo ainda mal amalgamado entre vencedor e derrotado, o que se constituirá em campo fértil para imprensa oposicionista.

CAPÍTULO 2

“O PRP NÃO ESQUECE, NÃO TRANSIGE E NÃO PERDOA”: O CORREIO PAULISTANO E A CAMPANHA ELEITORAL AO GOVERNO CONSTITUCIONAL DE SÃO PAULO



(Imagem publicada no jornal *Correio Paulistano*, em 20/09/1934, pág. 1).

A fundação do Partido Constitucionalista foi uma das iniciativas de Armando de Salles Oliveira no sentido de executar seu projeto político que incluía um redesenho da política partidária, com redefinições das alianças políticas, tornadas necessárias em meio à reconstitucionalização do país, anunciada nas futuras

eleições para a Assembleia Estadual Constituinte. Conforme assinala no capítulo anterior, as antigas lideranças do Partido Republicano Paulista não se acomodaram diante da ascensão do Partido Constitucionalista. Os perrepistas reagiram, alvejando o grupo político de Armando de Salles Oliveira, ao tentar provar que não ocorreram mudanças concretas entre o Partido Democrático e o Partido Constitucionalista. Assim, o Partido Democrático, aos olhos da oposição, apenas mudara de nome, tornando-se o Partido Constitucionalista/PC, agremiação partidária que tão somente “tendo recuado uma letra no alfabeto”, sob o anúncio de novidade, pretendia “avançar uma légua nas posições” (C.P., 28/08/1934: 5). O veículo de propagação de tal discurso foi o *Correio Paulistano*, imprensa oposicionista em São Paulo, reativada pelo Partido Republicano Paulista justamente quando se aproximavam as eleições para Assembleia Estadual Constituinte.

2.1. O *Correio Paulistano*, um jornal de oposição

O primeiro exemplar do *Correio Paulistano* apareceu em 1854, seguindo uma linha liberal e, posteriormente, com seu programa de oposição ao governo monárquico, com a defesa das propostas republicana e abolicionista. Estamos falando da oligarquia paulista, há, portanto, uma contradição no liberalismo defendido por ela. Vavy Pacheco Borges, em seus estudos sobre a oligarquia³³ paulista no início dos anos 1930, aponta que há uma coexistência entre ideologia liberal e padrões de comportamento tradicional e oligárquico. Segundo a autora:

É justamente essa contradição que vai ser alvo, durante os anos 20, das críticas ao sistema oligárquico, venham elas dos “autênticos” liberais, dos precursores do autoritarismo, ou dos chamados “tenentes”. Essa coexistência não é somente uma característica brasileira, mas sim do Estado latino americano; a coerência fundamental do liberalismo, ao surgir na Europa (defendendo a liberdade econômica da burguesia contra os

³³ Os jornais oposicionistas da época faziam referência ao Partido Republicano Paulista, partido de situação, como oligarquia. Entretanto, é preciso estar atento para o fato de que o termo “oligarquia”, utilizado por tais jornais, possui um sentido distinto do usado pela historiografia em geral. Para esta, oligarquia seria “o grupo que está no governo, que maneja sozinho o poder no plano federal ou estadual”, enquanto que, no período estudado, “oligarquia é um termo com clara conotação negativa. Usam-no como uma pecha; só o seu emprego já é uma denúncia. É, portanto, um emprego bem diferente” (BORGES, 1989: 26).

privilégios da classe agrária, ou a liberdade política contra o absolutismo), nunca existiu na América Latina. Essa contradição é muito importante para uma tentativa de definição da oligarquia paulista (BORGES, 1989: 23).

A República chegou acompanhada do ideário liberal, mas havia um descompasso entre ideologia e realidade na medida em que as mudanças executadas pelo novo regime não compreendiam transformações mais ousadas, consoantes com tal ideário. Os pleitos eleitorais, atravessados por fraudes e a exclusão das camadas mais baixas da população, são alguns exemplos desse descompasso. Em meio a esta defasagem, o *Correio Paulistano* propagou o liberalismo oligárquico defendido pelos perrepistas. Já nasceu, portanto, como um órgão partidário, orientando-se pelo Partido Republicano e, em 1873, quando o Partido Republicano Paulista inicia suas atividades, o periódico tornou-se seu “órgão oficial ou oficioso” (BORGES, 1989: 31). Por ocasião da Revolução de 1930, o jornal foi atacado por populares e empastelado, tendo seu acervo e seu maquinário confiscado pelo Governo Provisório. Somente em junho de 1934 o jornal *Correio Paulistano* voltou a circular. Percebe-se que o que fez o Partido Republicano Paulista reativar seu órgão de imprensa são as eleições marcadas para 14 de outubro daquele mesmo ano. Através do jornal *Correio Paulistano*, o grupo perrepista lançou forte ofensiva política buscando recuperar o espaço perdido para os constitucionalistas. Iniciava-se, assim, uma guerra político-partidária entre Partido Republicano Paulista e Partido Constitucionalista, travada dentro dos seus principais órgãos de imprensa: o jornal *Correio Paulistano* e *O Estado de S. Paulo*, respectivamente.

O clima de campanha eleitoral atingiu maior intensidade entre os meses de setembro e outubro de 1934. A guerra na imprensa³⁴ entre os partidos foi permeada pelas referências reiteradas a dois acontecimentos passados: as revoluções de 1930 e 1932. O *Correio Paulistano*, porta-voz do Partido Republicano Paulista, acusava o Partido Constitucionalista de traidor da memória da Revolução de 1932, movimento armado que se fez contra Getúlio Vargas. A aproximação de Armando de Salles Oliveira com Getúlio Vargas, por meio da interventoria de São Paulo, se tornou o carro-chefe das acusações proferidas pelo matutino oposicionista. O *Correio*

³⁴ O uso da expressão “guerra na imprensa” decorre do grau de violência verbal utilizado tanto pelo *Correio Paulistano* quanto pelo *O Estado de S. Paulo*, entre setembro e outubro de 1934, quando se digladiavam na campanha política com o uso de um vocabulário beligerante.

Paulistano trabalhou diuturnamente para difamar o Partido Constitucionalista, mobilizando um tema central: a memória da Revolução de 1932, que proponho analisar neste trabalho. O uso político dessa memória foi feito tanto pela oposição como pela situação, cada lado da contenda significando-a conforme seus interesses e projetos. Ao fazer oposição ao Partido Constitucionalista, o Partido Republicano Paulista tornou-se leitor atento das estratégias políticas de seu rival, apresentando-se, portanto, como fonte inestimável de informações sobre a atuação política de Armando de Salles Oliveira e de seus correligionários.

Busco, no presente capítulo, focar os usos e as significações dadas à Revolução Paulista de 1932 pelo grupo perrepista, que fazia oposição a Armando de Salles Oliveira e a Getúlio Vargas. Na leitura do uso político dessa memória foi possível perceber a existência de um projeto político do Partido Republicano Paulista, distinto do projeto defendido pelo Partido Constitucionalista, que não estava reduzido ao mero recuo de uma letra no alfabeto. Identificar tal projeto é exigência indispensável para aprender a cultura política que vigorou no período. O conceito de cultura política é aqui entendido tal como o define Ângela de Castro Gomes, ou seja, que permite “explicações/interpretações sobre o comportamento político de atores individuais e coletivos, privilegiando suas percepções, suas lógicas cognitivas, suas vivências, suas sensibilidades” (2005: 30).

2.2. O *Correio Paulistano* e as eleições de 1934: a guerra na imprensa

Segundo a legislação em vigor, no prazo de noventa dias após a promulgação da Constituinte Federal, dever-se-ia convocar as eleições para a Assembleia Estadual Constituinte. As disputas entre os principais partidos políticos de São Paulo se intensificaram por ocasião do início da campanha eleitoral para a composição desta representação na Constituinte. Afinal, seria justamente essa Assembleia que definiria o governador constitucional de São Paulo. O interventor Armando de Salles Oliveira se consolidou como principal candidato. Com a proximidade do pleito eleitoral, marcado para 14 de outubro de 1934, o *Correio Paulistano* assumiu o campo de oposição ao governo vigente. Em sua pregação

política, o periódico oposicionista defendia a autonomia de São Paulo e o retorno à prática democrática, concentrando sua crítica no governo do interventor Armando de Salles Oliveira, candidato declarado ao governo constitucional, pelo Partido Constitucionalista. As notícias de capa do *Correio Paulistano* explicitavam seu objetivo: criticar com veemência o interventor e o governo de Getúlio Vargas. O jornal oposicionista, em um formato menor do que o do *O Estado de S. Paulo*, reservava regularmente a página 5 de seu caderno para propaganda política do Partido Republicano Paulistano e para os ataques ao partido situacionista.

Na fotografia apresentada no início deste capítulo é visível o investimento discursivo do Partido Republicano Paulista no sentido de associar, negativamente, as imagens de Armando de Salles Oliveira e de Getúlio Vargas. Foi publicada pela primeira vez no início do mês de agosto e perseguiu o interventor por toda campanha eleitoral daquele ano, sempre acompanhada de frases que comprometiam sua relação com o cultivo do passado revolucionário de São Paulo. Lá estavam as imagens de Armando de Salles Oliveira e Getúlio Vargas, entre sorrisos e apertos de mãos, compondo a representação do arranjo político orquestrado pelo grupo dos armandistas e ao arrepio da memória dos paulistas que lutaram e morreram na Revolução de 1932: “Um sorriso ditatorial e um sorriso civil e paulista.” Do lado situacionista, a necessidade de um interventor civil e paulista para São Paulo foi justamente uma das principais bandeiras erguidas pelo grupo do Partido Constitucionalista, que se gabava de ter conseguido tal feito, bem como a reconstitucionalização do país, pautada no lema de que a política seria “a arte de esquecer”. Todavia, a oposição, embora reconhecesse Armando de Salles Oliveira como civil e paulista, não deixava, porém, de ressaltar que ele era também, e, sobretudo, um “getulista”. Para construir e reafirmar tal representação, utilizaram exaustivamente da imagem do interventor ao lado do chefe do Governo Provisório, “de mãos cerradas, sorriso na boca, numa saudação cordial” (C.P., 02/08/1934: 1).

A fotografia, quando não era publicada sistematicamente nas páginas do jornal da oposição, era lembrada por meio de comentários sobre ela, com o objetivo de chamar a atenção dos eleitores e, assim, de informá-los e de formar sua opinião acerca de quem seria o governador de São Paulo, caso o Partido Constitucionalista tivesse maioria de votos nas eleições que estavam por vir. A imagem era pedagogicamente utilizada, portanto, para ensinar e consolidar no

imaginário social esse significado. Como bem assinala Burke, a fotografia auxilia na transmissão daquilo que se deseja recordar (BURKE, 1992: 240). No caso do Partido Republicano Paulista, o uso da imagem de modo a construir uma memória que identificasse Armando de Salles Oliveira com Getúlio Vargas, e na qual os significados de intervenções e de desrespeito à autonomia do Estado estivessem bem demarcados.

No discurso do *Correio Paulistano*, o resultado das eleições de outubro significaria tudo para os peceístas, que teriam alcançado a posição de situacionistas por mero golpe de sorte. Assim, segundo a leitura dos perrepistas, se aqueles perdessem as eleições, voltariam melancolicamente para a obscuridade política, a mesma em que estiveram nos tempos de liderança perrepista. Segundo a oposição, para conseguir se manter no governo, o grupo do interventor necessitou jogar sua maior cartada: a aliança com o Governo Provisório. Para tanto, Armando de Salles Oliveira não hesitou em sacrificar a memória da Revolução de 1932. Afinal, coerência não era a principal característica dos políticos brasileiros e, para o Partido Republicano Paulista, Armando de Salles Oliveira seria um exemplo claro disso. O interventor era comparado pela oposição a um jogador de futebol da época, “ora neste clube, ora naquele, aos quais os cronistas esportivos aplicavam a acertada denominação de borboletas” (C.P., 02/09/1934: 5). Era comum ver-se no Brasil um homem integrado neste partido para amanhã defrontá-lo em campo literalmente oposto. A conclusão da oposição era a de que o grupo do interventor aliara-se a Vargas para com maior facilidade obter posições de poder. O Partido Republicano Paulista, ironicamente, questionava qual o meio mais fácil de ascender politicamente: “Abraçar o povo ou o sr. Getúlio Vargas? Não tiveram dúvidas, em lugar de se agarrar aos santos, agarraram-se logo a Deus” (C.P., 02/09/1934: 5).

Os perrepistas, no *Correio Paulistano*, formavam seus leitores contra os armandistas, com a acusação de que o Partido Constitucionalista nada mais era que um partido político organizado pelo próprio Getúlio Vargas para combater o Partido Republicano Paulista, pois não poderia haver outra explicação que justificasse a aliança com o “inimigo de ontem”. O comportamento político do grupo de Armando de Salles Oliveira foi significado nas páginas do periódico oposicionista como “camaleonismo político”. O Partido Republicano Paulista defendia os ataques ao Partido Constitucionalista como justos e necessários e se colocava como

representante daqueles que “não esqueciam facilmente das misérias e humilhações infringidas a São Paulo pelo mesmo homem que recebia aplausos do partido do interventor” (C.P., 07/09/1934: 5). O *Correio Paulistano* sustentava a tese de que, sem sombra de dúvida, Armando de Salles Oliveira estaria firmemente disposto a conservar-se no governo do Estado e, posteriormente, a “abocanhar” a presidência da República. Assim, segundo o periódico, toda atividade do interventor voltava-se para a propaganda de sua própria candidatura, com pleno assentimento de seus companheiros de partido, e em detrimento dos interesses de São Paulo e dos paulistas em geral.

As contundentes declarações do Partido Constitucionalista despertavam a indignação dos perrepistas, que imediatamente se manifestavam por meio do seu órgão de imprensa. É o caso do uso da memória da Revolução de 1932. Embora a revolução fosse motivo de orgulho dos paulistas, o fato de ter sido derrotada fazia com que seus realizadores procurassem insistentemente a causa da derrota, sempre atribuída à atuação do partido adversário. Assim, o Partido Constitucionalista insistia em culpar o Partido Republicano Paulista como responsável pelo acirramento dos ânimos que provocou a Revolução de 1932, uma vez que não se dispôs a ingressar na frente única que José Carlos de Macedo Soares tentou mobilizar no ano de 1931. A tese do grupo armandista era a de que a rigidez da postura do Partido Republicano Paulista, que não quis se unir aos que antes apoiaram o golpe de Getúlio Vargas, de 1930, resultou na solução armada, na deflagração da Revolução de 1932 e na conseqüente humilhação de São Paulo com a derrota.

Em 1934, novamente o Partido Republicano Paulista se equivocava, ao adotar uma postura oposicionista míope, incapaz de apresentar uma proposta política condizente com a importância de São Paulo no cenário político brasileiro. Com tais construções, os constitucionalistas afirmavam a imagem de que o Partido Republicano Paulista não correspondia às demandas e experiências do novo tempo político que havia sido aberto para São Paulo e seguia, como em 1931, com a intransigência típica dos partidos oligárquicos e ultrapassados. Tal modo de conduzir-se, segundo o Partido Constitucionalista, indicava que o Partido Republicano Paulista possuía uma mentalidade atrasada, enquanto aquele se denominava representante da renovação. Mas, que nova mentalidade seria essa a

do partido do interventor, que permitiu que as portas de São Paulo fossem abertas “aos invasores capitaneados por Getúlio Vargas, este fantasiado de general revolucionário, em outubro de 1930?”, retorquiam os perrepistas. Para estes, não era uma mentalidade renovada, era idêntica à da cultura partidária existente, haja vista que solicitou apoio do Partido Republicano Paulista para o 23 de maio³⁵, o 9 de julho³⁶ e, “astuciosamente”, se apoderou do governo, traindo a confiança dos perrepistas e rompendo a aliança com eles. Tal como aqueles partidos oligárquicos do passado, agia em proveito próprio, “repimpados em luxuosos trens de ferro, vão pelo interior do Estado afora, em propaganda partidária, à custa dos cofres públicos” (C.P., 07/09/1934: 5). Com efeito, como noticiava a imprensa, várias caravanas eleitorais foram realizadas por Armando de Salles Oliveira e o Partido Constitucionalista, o que provocou acusações de corrupção por parte do Partido Republicano Paulista.

Nas críticas feitas, a oposição ressalta a questão da “arte do esquecimento”, propagada pelo Partido Constitucionalista, partido que, se pudesse, “cobriria São Paulo com o manto redentor do esquecimento”. Segundo a orientação do Partido Constitucionalista, o esquecimento compreendia a opção mais confortável e conveniente no momento posterior à Revolução de 1932 e à ascensão de Armando de Salles Oliveira ao poder. Não restava dúvida de que tal estratégia política de esquecimento das agruras causadas por Getúlio Vargas permitiria selar com ele novos acordos, sem o embaraço constrangedor do derrotado que se alia ao antigo adversário, pois dele ainda depende. Afinal, os principais responsáveis pela derrota paulista diante de Getúlio Vargas eram justamente os atuais partidários do Partido Constitucionalista, segundo denuncia a imprensa oposicionista no artigo “Porque São Paulo triunfou?”. Para esta, o verdadeiro paulista seria justamente o cidadão que tomava atitudes diferentes daquelas adotadas pelos liderados por Armando de Salles Oliveira. Assim, segundo a leitura dos perrepistas, São Paulo, apesar da derrota de 1930 e, sobretudo, 1932, teria triunfado. Triunfou porque, habituado a ser

³⁵ Em 23 de maio de 1932 os estudantes paulistas Cláudio Bueno Miragaia, Mário Martins de Almeida, Dráusio Marcondes de Sousa e Américo Camargo de Andrade morreram em uma manifestação pela autonomia de São Paulo e reconstitucionalização do país. O fato resultou na organização civil paramilitar denominada MMDC, sigla que levava as iniciais dos nomes pelos quais os estudantes eram chamados. A organização MMDC contribuiu para o estouro da revolução de 1932 (CALICCHIO, Vera. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2. ed. Rio de Janeiro. FGV, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 27 nov. 2011).

³⁶ 9 de julho foi a data em que eclodiu na capital paulista a Revolução de 1932.

tratado como soberano, não se submetia a jogos políticos, aos acordos oportunistas, negando-se a sorrir aos “inimigos de ontem”. A oposição provocava o Partido Constitucionalista e criticava seu adesismo ao governo Vargas, ao ressaltar a construção de São Paulo como unidade autônoma da federação e também como locomotiva do Brasil. A crítica a Armando de Salles Oliveira foi constante e contundente, pois a oposição defendia que o político deveria ser representante de toda a altivez que possuía São Paulo, estava por fazer o contrário, pisava-lhe as aspirações, ignorava-lhe o passado de lutas e de autonomia na federação. Os sentimentos gerados após duas derrotas estariam sendo “menosprezados com sorrisos e apertos de mãos deselegantes e solicitadores” (C.P., 28/08/1934: 5). Como foi evidenciado na emblemática fotografia de Armando de Salles Oliveira e Getúlio Vargas.

O *Correio Paulistano* denunciava o que supunha ser o plano do interventor Armando de Salles Oliveira, que prometera governar acima dos partidos. Logo que empossado, burlou tal promessa fundando, dirigindo e apoiando o partido que o apoiava. Este era uma “igrejinha”, pois o interventor apoiava o partido que fundara, garantindo posições aos seus membros e a si mesmo, tendo em mira a presidência do Estado. Para o *Correio Paulistano*, os constitucionalistas supunham “serem largas as costas do povo, para nelas se apoiarem” (C.P., 28/08/1934: 5), de olho nas eleições do pleito que estava próximo. Assim, a atitude dos armandistas, membros do Partido Constitucionalista, de se aliarem a Vargas, divorciava-os da memória da revolução paulista. Nesse sentido, segundo a oposição, não eram apenas membros do Partido Constitucionalista, desse partido político paulista, criado por Armando de Salles Oliveira, mas, sobretudo, membros da “facção getulista”.

O caso da chamada “Justiça revolucionária” é episódio em que se evidencia o modo como o Partido Republicano Paulista atuava para desvincular a imagem do Partido Constitucionalista dos sentimentos ditos populares, no que concernia à memória revolucionária. Nesse sentido, observa-se como a representação da ideia de brio paulista esteve sempre vinculada ao combate a Vargas, como ocorre com artigo publicado no *Correio Paulistano*. Neste, a organização de tribunais de exceção para julgamento dos atos praticados pelos adversários do outubrismo é objeto da matéria publicada. O jornal oposicionista, ao falar sobre tal organização, ressaltou que este procedimento teria suscitado revolta por parte do povo, que

encarava aquela como construção monstruosa. Os políticos apeados no governo em 1930 eram perseguidos de modo vexatório, por meio de sindicâncias organizadas pelo que se convencionou chamar “Justiça revolucionária”. Mais tarde, esses tribunais acabaram sendo reformados, como propósito de se redimir perante a opinião pública e, posteriormente, foram definitivamente extintos. O Partido Republicano Paulista acusava os membros do Partido Democrático – futuros peceístas na leitura do *Correio Paulistano* – de fazerem uso, durante o governo dos quarenta dias, da “Justiça revolucionária” para perseguir os combatentes da Revolução de 1930. De acordo com o Partido Republicano Paulista, em campanha política à Assembleia Constituinte Estadual, os peceístas insinuavam estar revivendo os dias dos juízes dos tribunais de exceção. Ao mexerem no passado, eram severamente atingidos pela oposição, que rechaçava suas críticas, fazendo uso “dos tais processos de sindicâncias, tristes atestados de um dos períodos mais odiosos da vida brasileira”. Assim procedendo, os armandistas, segundo os perrepistas, colocavam-se em decidida oposição aos sentimentos populares, razão pela qual decidiram finalmente pela extinção desse “simulacro de justiça” (C.P., 28/08/1934: 5).

Percebe-se que O *Correio Paulistano*, em seus artigos, se posiciona como intérprete dos sentimentos do “povo paulista”, que seria o representante legítimo da memória coletiva acerca da Revolução de 1932. Embora o “povo” paulista fosse o leitor supostamente privilegiado pelo *Correio Paulistano*. O conjunto da população, destacado em suas matérias, trata-se de mero recurso retórico, pois o público-alvo do jornal oposicionista era apenas aquele que exercia o direito do voto, ou seja, uma minoria da população paulista³⁷. Ainda mais, retomando o que apresentei anteriormente acerca do canhestro liberalismo praticado pelas oligarquias paulistas da época, os interesses defendidos eram sempre os de uma elite oligárquica e não da população em geral. Falar em nome de um povo que portava a memória da Revolução de 1932 era artifício para afirmar a imagem do Partido Constitucionalista como alheio e até mesmo contrário aos sentimentos populares.

³⁷ A reforma eleitoral promovida em 1931 ampliou o corpo político do país. O novo código eleitoral concedeu direito de voto a todos os maiores de 21 anos, alfabetizados, sem distinção de sexo. A conquista do exercício do voto por parte das mulheres aumentou significativamente o corpo de votantes. Entretanto, a exigência da alfabetização aponta que, apesar desse aumento, ainda era uma minoria da população que exercia a cidadania (GOMES, 1996: 16).

A volta dos exilados das revoluções de 1930 e 1932 é outro tema que evidencia os modos de relacionar-se com o passado dos diferentes partidos políticos. Antes mesmo da instalação da Assembleia Nacional Constituinte, Getúlio Vargas decretou anistia aos exilados de 1930 e 1932. Aos poucos esses homens retornaram, não de forma desinteressada, nem sem causar problemas à nova ordem política que estava sendo estabelecida em São Paulo. O anúncio do retorno de Washington Luís é feito pelo Partido Republicano Paulista, em tom nostálgico e esperançoso, interpelando aqueles que gostariam de reviver outros tempos, os de partido de situação. Pareceram-me políticos desesperados, ansiosos pelo retorno do político paulista, símbolo dos perrepistas no governo. Sentimento talvez contraditório, pois Washington Luís simbolizava também a derrota, a falta de força diante de Getúlio Vargas, que o depõe após a Revolução de 1930.

No dia 26 de agosto de 1934, o periódico *Correio Paulistano* publica, com destaque em sua primeira página, um quadro de aviso, anunciando que se formou no Rio de Janeiro uma grande comissão para preparar a recepção ao ex-presidente da República. Setores representativos de todas as classes se mobilizavam para preparar o grande festejo e receber o ex-presidente, Washington Luís, deposto com a Revolução de 1930, que regressava do exílio. Políticos do Partido Republicano Paulista, opositores a Vargas em 1930 e 1932, tomaram a frente de organização do festejo, que anunciava a formação de comissões de estudantes e operários, a ornamentação da Avenida Rio Branco e cais do Porto e a adesão do comércio carioca, que cerraria suas portas em homenagem ao “grande ex-presidente”. Segundo o mural, os clubes de regatas se formariam na entrada da baía e as famílias cariocas fretariam diversos vapores para ir ao encontro de Washington Luís (C.P., 26/08/1934: 1). Como a anistia aos exilados já havia sido concedida pela Constituinte de 1934, não havia, portanto, motivos para que os exilados continuassem afastados do Brasil. O *Correio Paulistano* investe na imagem de Washington Luís como depositário da memória do tempo em que São Paulo estava no poder, o “tempo velho” que Vargas anunciou ter se acabado com a Revolução de 1930. O presidente deposto foi significado pelos perrepistas derrotados, não por acaso, como nobre homem, traído pelo seu ex- Ministro da Fazenda e injustamente condenado ao exílio.

Outros exilados, que também faziam parte do passado de poder político perrepista, à medida que regressavam do exílio, ganharam igualmente visibilidade nas páginas do periódico oposicionista. Julio Prestes, por exemplo, a caminho do Brasil no início de agosto de 1934, teve sua atuação política lembrada pelo *Correio Paulistano*. Significado como ilustre paulista pelos articulistas do jornal, que ressaltaram sua nítida visão de estadista, ao inaugurar em São Paulo uma administração nova, em moldes mais modernos, abortada, porém, pela Revolução de 1930 (C.P., 09/08/1934: 5).

O Partido Republicano Paulista valorizava, assim, o “tempo velho”, o tempo de sua presença no governo em contraponto à imagem de “tempo novo”, propagada com a Revolução de 1930, imagem arranhada pela ideia de golpe. O governo instalado a partir de 1930, o do “tempo novo”, interventor e anticonstitucional, teria destruído as benfeitorias realizadas pelo governo perrepista. Nesse sentido, o Partido Republicano Paulista, em sua campanha política, condenava a aliança estabelecida entre o grupo político de Armando de Salles Oliveira e Getúlio Vargas. Já que tal aliança teria sido selada sob a condição de esquecimento das ações que prejudicaram São Paulo em um passado recente.

2.3. O Partido Republicano Paulista e as alianças com os políticos de fora de São Paulo. “O P.R.P. esqueceu, transigiu e perdoou”.

Não era só Armando de Salles Oliveira que havia se envolvido em alianças duvidosas com os inimigos de ontem, garantido sua inserção no presente e em um possível futuro. O Partido Republicano Paulistano também teve que ceder a acordos com o passado. Em agosto de 1934, as presenças de Borges de Medeiros³⁸ e Arthur

³⁸ Um dos chefes do Partido Republicano Rio Grandense (PRR), Borges de Medeiros foi presidente do Rio Grande do Sul por mais de duas décadas, após a proclamação da República. Em 1928, afastou-se da presidência do Estado, entretanto, comandou a sua sucessão indicando Getúlio Vargas para substituí-lo. Apesar de ter se declarado a favor do reconhecimento do resultado do pleito eleitoral de março de 1930, que daria vitória ao candidato paulista Júlio Prestes, dias antes de deflagrar o movimento contra Washington Luís, Borges de Medeiros resolve apoiar os revolucionários. No entanto, com a instalação do Governo Provisório e anulação da Constituição de 1889, começa a se pronunciar pela normalização do regime constitucional. Para tanto, apóia a Revolução Constitucionalista de 1932. Após a derrota desta revolução, Borges de Medeiros é preso e exilado. Somente em 1934 recebe a anistia e retorna ao Brasil, fazendo aliança com o Partido Republicano Paulista (PRP) para, novamente, tentar derrubar Getúlio Vargas. (Navegando na História - A Era Vargas. *Biografias*. Portal

Bernardes³⁹ agitaram a campanha eleitoral em São Paulo. O *Correio Paulistano* publicou a notícia sobre “a visita de dois eminentes brasileiros”, realçando o sentido de reconhecimento, percebido na aclamação do povo paulista, do papel desempenhado por estes homens públicos na luta pelo retorno ao regime constitucional. Segundo o periódico, as personalidades políticas receberiam em São Paulo “as expressões de gratidão por tudo quanto lhes devia a terra paulista, a respeito da uniforme nobreza do seu passado” (C.P., 26/08/1934: 5).

Interessante observar, como o caso foi também intencionalmente utilizado pela situação, invertendo as acusações de traição aos armandistas, ao transferir a pecha de traidor do passado justamente para os integrantes do Partido Republicano Paulista. O jornal *O Estado de S. Paulo*, porta voz da situação, revidando tais acusações, questionou a avaliação dos opositores em relação à memória da experiência revolucionária daqueles homens símbolos, homenageados pela oposição, já que eles participaram ativamente do golpe que derrubou o presidente Washington Luís. Tornava assim visível a contradição do discurso dos opositoristas, ao defender diariamente que a revolução de 1930 fora um assalto aos paulistas e a São Paulo e, ao mesmo tempo, render “homenagens” aos seus encabeçadores. Desse modo, o Partido Constitucionalista, por meio d’*O Estado de São Paulo*, expunha a falta de coerência das atitudes e posições dos perrepistas, pois aqueles políticos homenageados participaram do golpe contra Washington Luís. Exigia-lhes que adotassem uma postura coerente: ou o Partido Republicano Paulista reconhecia a Revolução de 1930 como movimento necessário ou continuaria a afirmar que este não tinha outra razão de ser senão o assalto a São Paulo. Caso os perrepistas continuassem a tratar a revolução sob esta última perspectiva, deveriam, logicamente, concluir que Borges de Medeiros e Arthur Bernardes foram

FGV CPDOC. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/html/ev_saibamais.htm>. Acesso em: 17 set. 2011.).

³⁹ Membro do Partido Republicano Mineiro, Arthur Bernardes foi presidente da República entre os anos de 1922-1926, passando o governo para Washington Luís. Em 1930 apóia a candidatura de Getúlio Vargas, lançada pela Aliança Liberal e, com a derrota de Vargas, por meio das eleições, para Júlio Prestes, apóia as articulações feitas para derrubar Washington Luís no movimento outubrista de 1930. Entretanto, apesar de ter apoiado a Revolução de 1930, Arthur Bernardes enfrenta em Minas Gerais um processo de perda de influência política por parte do PRM. Neste sentido, apóia a Revolução Constitucionalista de 1932, com o intuito de angariar forças para Minas Gerais. Após a derrota da Revolução 1932, é exilado em Portugal, voltando somente em outubro de 1934, quando foi anistiado, e começa a estabelecer relações com o Partido Republicano Paulista (PRP). (Navegando na História - A Era Vargas. *Biografias*. Portal FGV CPDOC. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/html/ev_saibamais.htm>. Acesso em: 17 set. 2011.).

“impatriotas” quando a desencadearam (OESP – 01/09/1934: 12), não sendo, portanto, merecedores de homenagens.

Os jornais nos mostram como se dá o uso político da memória e a disputa pelo controle da leitura do passado e, a partir desse controle, o domínio da leitura do presente. Trata-se de uso que exigia cuidados e envolvia riscos, pois tanto a oposição quanto o governo lidavam com a fluidez e pluralidade próprias do campo do significado social. Todavia, é perceptível, nesse embate, a maior fragilidade do grupo armandista. O Partido Republicano Paulista, apesar e por conta de também estar comprometido com um tipo de leitura do passado, tinha uma maior liberdade para evocá-lo, em razão de sua condição de oposição, fora dos cargos de poder. Afinal, com ou sem contradições, não tinha nada a perder. No caso do interventor e o Partido Constitucionalista, evocar a memória das revoluções em que os paulistas foram derrotados ameaçava sua condição de situação e o lugar que haviam conquistado no governo constitucional, que estava por ser consolidado com as eleições próximas. Constitucional ou não, o governo do interventor encontrava-se indelevelmente marcado pela aproximação com Getúlio Vargas, fonte original daqueles acontecimentos que ainda deixaram muitas feridas mal cicatrizadas ou mesmo expostas nos corações e mentes de muitos paulistas.

O *Correio Paulistano* se defende das acusações de incoerência, afirmando que estes dois “ilustres” brasileiros mereciam um lugar à parte no culto de São Paulo aos que participaram da guerra de 1932, ou seja, mobilizam o caráter excepcional que, no caso, foge à regra. Na visão do Partido Republicano Paulista, a contrariedade do Partido Constitucionalista em relação à visita destas eminentes personalidades revelava justamente a posição do partido do interventor de uma conveniente política de esquecimento em relação à memória dos companheiros de 1932. Como a Revolução de 1932 permanecia como um fantasma a assombrar a relação de Armando de Salles Oliveira e seu grupo político com Getúlio Vargas, nada mais engenhoso que apagá-la da memória social. Não por acaso, o Partido Republicano Paulista insistia em reavivá-la, ao afirmar que os constitucionalistas estavam a serviço de Getúlio Vargas quando abriram fogo contra a memória dos companheiros da jornada de 1932. Nessa posição de contra ataque, os perrepeistas, via imprensa, ressaltavam que os armandistas não compreendiam que São Paulo, se não esquece seus inimigos, jamais esqueceria aqueles que foram amigos. Em

nome de São Paulo, aquele partido defende, assim, aqueles políticos excepcionais, amigos dos paulistas – Borges de Medeiros e Arthur Bernardes, cujos nomes “estão escritos com letras de ouro na pagina memorável da epopéia de 1932” (C.P., 09/09/1934: 5).

Nesse jogo político que inclui o uso da memória, os perrepistas ancoravam na Revolução de 1932 o significado para o acordo selado com Borges de Medeiros e Arthur Bernardes, enquanto o Partido Constitucionalista se apoiava justamente na Revolução de 1930 para desautorizar tal acordo, desestabilizando a imagem de defensor da memória paulista, construção cara ao Partido Republicano Paulista. Os políticos paulistas, situacionistas e oposicionistas, darão ênfase à memória da revolução que lhes convém. Ao evocar o passado, ambos os partidos praticavam a política de silenciamento e de visibilidade que lhes interessava, embora o Partido Republicano Paulista acuse os integrantes do Partido Constitucionalista de serem políticos de memória fraca. Percebe-se, como já assinalado, como os partidos e respectivos jornais faziam uso da memória como estratégia de legitimações de seus programas e de convencimento do leitor eleitor. A memória é o suporte para o discurso verossímil. Os detalhes da Revolução de 1932 serão descritos em vários artigos do jornal, para conferir veracidade ao relato e, sobretudo, às propostas do Partido Republicano Paulista. Nesse ponto, a imprensa dialoga com memória e história, que não estão divorciadas, se aproximam por praticarem seleção, tentativa de verossimilhança e representação (CATROGA, 2001: 40). A imprensa ocupa um papel de produtora e legitimadora de memórias, inclusive como espontâneas e coletivas.

Tanto o *Correio Paulistano* como o *O Estado de S. Paulo* vão atuar na defesa de seus interesses, propósitos e programas, tendo em vista o quadro político nacional sob o comando de Getúlio Vargas. Os textos dos jornais concentram-se no esforço por convencer o leitor acerca de quais atitudes do Governo estariam certas ou erradas, quem seriam os responsáveis pelos enganos e acertos quanto ao desenrolar da Revolução de 1930 e pela derrota de 1932. São discursos construídos sempre em nome do “povo”, pelo “povo”, para o “país” e a “Nação”. Oposição e situação identificavam-se como expressão da opinião pública, quando, na verdade, estão empenhadas em formá-la, em orientá-la segundo a visão do presente e a leitura do passado que cada partido tem e disputa para transmiti-la. O leitor do

Correio Paulistano, por exemplo, era mobilizado pelos argumentos do Partido Republicano Paulista para ser um opositor da interventoria de Armando de Salles Oliveira e do governo federal.

Retomando a análise das alianças políticas, importa precisar que os nomes de Arthur Bernardes e Borges de Medeiros revelavam uma aliança de maior porte, pois se tratava da aproximação de forças políticas com capacidade de liderar um movimento de oposição ao governo Vargas. Nessa medida, os perrepistas enviavam uma clara mensagem: enquanto o Partido Republicano Paulista se aliava aos homens que colaboraram para a realização da Revolução de 1932 e foram vencidos, o interventor, juntamente com seu partido, preferia se aliar ao vencedor, Getúlio Vargas. Portanto, não poderia haver nenhuma semelhança entre as duas alianças. O Partido Republicano Paulista argumentava que, diferentemente do Partido Constitucionalista, não solicitava nem carecia do “auxílio de estranhos”, em clara referência a Getúlio Vargas e seu governo, para disputar o governo em sua terra. Todavia, buscaram o apoio de estranhos – Borges de Medeiros e Arthur Bernardes – no disputado jogo político de 1934. A aliança com Borges de Medeiros e Arthur Bernardes, entretanto, foi justificada sob o argumento da necessidade de “coordenar forças e dar solidariedade aos aliados de ontem”, para enfrentar o inimigo comum, que era o governo Vargas. Porém, dentro de suas fronteiras o Partido Republicano Paulista guardava independência e liberdade de movimentos sem atrelamentos que comprometessem o brio e a autonomia dos paulistas e de São Paulo no pacto federativo (C.P., 08/09/1934: 5). As declarações dos perrepistas indicam movimento de alargamento das alianças políticas, restituindo aos Estados a autonomia política que foi cercada em 1930 e redefinida em 1934. Não por acaso, os membros do tradicional Partido Republicano Paulista centravam suas preocupações para os conflitos locais. A aliança com o Rio Grande do Sul e Minas Gerais, por meio da participação de Borges de Medeiros e Arthur Bernardes, não se fazia apenas para combater o governo central, mas tinha em vista a sobrevivência política das oposições em uma eleição controlada pelos interventores e particularmente a autonomia dos Estados no pacto federativo, tão cara aos republicanos históricos anteriores a 1930.

Respondendo às acusações do jornal situacionista de que Borges de Medeiros e Arthur Bernardes poderiam ser identificados como “impatriotas”, pois

participaram do golpe contra Washington Luís, o Partido Republicano Paulista publicou um artigo sob o título “Absolvição”. Os constitucionalistas comentaram a matéria, mostrando desde o próprio título, como Arthur Bernardes e Borges de Medeiros não deixaram de ser dois réus que teriam, porém, sua absolvição concedida pelo “perrepê”. Assim, de acordo com os peceístas, a tese perrepista era a seguinte: Arthur Bernardes e Borges de Medeiros cometeram um crime, no momento em que o Brasil “vivia feliz” sob o governo de Washington Luiz e “mais feliz” viveria sob Júlio Prestes. No entanto, movidos pela “inveja que velava no Rio Grande do Sul e em Minas”, Borges de Medeiros e Arthur Bernardes arregimentaram suas tropas e lançaram-nas contra São Paulo e contra a hegemonia paulista, “para pisar o solo sagrado de São Paulo, para saquear seu patrimônio material” causando a Revolução de 1930 (OESP, 04/09/1934: 12).

O jornal *O Estado de S. Paulo*, no caderno de propaganda do Partido Constitucionalista, discute longamente a absolvição concedida pelo Partido Republicano Paulista a Borges de Medeiros e Arthur Bernardes, concluindo que tal ato justificava-se no “arrependimento de tamanhos crimes” por parte daquelas lideranças. Na avaliação dos constitucionalistas, tal julgamento, ao invés do benefício do perdão, poderia significar justamente uma humilhação, já que os dois “ilustres brasileiros” não tinham motivos para se arrependerem da posição tomada perante 1930. Estes só deveriam ir para São Paulo se a homenagem concedida pelo partido de oposição tivesse a seguinte significação: “os remanescentes do perrepismo reconheceram que os seus dois hóspedes tiveram razões para assumir a posição que assumiram contra Washington Luís e Júlio Prestes”, e não foram impatriotas “como um dia afirmou o órgão da oposição” (OESP, 04/09/1934: 12). Nessa utilização política da memória do acontecimento, era necessário, segundo os armandistas, que os perrepistas absolvessem a participação daqueles dois políticos. Todavia, essa prática não seria exclusiva dos políticos do Partido Republicano Paulista, já que o Partido Constitucionalista, sob a liderança de Armando de Salles Oliveira, assim também procede, ao reprimir o ressentimento que sentia por Getúlio Vargas em nome de um projeto de poder.

Em entrevista concedida ao jornal *Globo*, transcrita no *Correio Paulistano*, Borges de Medeiros expõe os motivos que o fizera abandonar a causa Getulista e tomar partido dos paulistas na Revolução de 1932. O ex-revolucionário alega que,

em 1930, manifestara ao então interventor do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, que o fora procurar, a sua má impressão, senão a sua revolta, em face do decreto de novembro do mesmo ano, em que o Governo Provisório se instituiu, a fim de facilitar a sua continuidade no poder. Borges de Medeiros, que defendia a constitucionalidade do regime, resolveu se juntar aos paulistas para derrubar o governo ditatorial, diante da não convocação das eleições. Era necessário que Borges de Medeiros e Arthur Bernardes justificassem seus atos passados e sua relação com Getúlio Vargas no pré-1930 e reconhecessem que se desligaram dele por terem sido traídos em seu ideal revolucionário. Por certo, nessa traição havia uma dose forte de exclusão do grupo que passa a ter o controle do governo Vargas.

O *Correio Paulistano* dava sua versão do caso. Haveria até mesmo uma dívida da terra bandeirante para com Borges de Medeiros e Arthur Bernardes, sendo que a participação desses homens na Revolução de 1930 foi perdoada porque, posteriormente, atuaram na Revolução de 1932. A absolvição foi construída sob tal argumento. Afinal, quando os paulistas lutavam e sofriam em 1932, visando “golpear de morte a ditadura que asfixiava o país”, Borges de Medeiros e Arthur Bernardes souberam compreender “a grandiosidade” do idealismo que animava os paulistas, arriscando suas vidas, suas liberdades e carreiras políticas para ajudar na empreitada de 1932 que contestou a Revolução de 1930. Juntamente com Borges de Medeiros e Arthur Bernardes, Otávio Mangabeira, que havia sido ministro de Washington Luís e fora banido da pasta após quatro anos, se aliava também ao Partido Republicano Paulista. Regressara do exílio apenas naquele momento, por força das garantias constitucionais. Contrariamente a esses políticos que não eram paulistas, mas que adotavam a causa bandeirante, o Partido Constitucionalista, integrado por paulistas, procurava selar a paz em separado com Getúlio Vargas, traindo uma memória de lutas contra as ações anticonstitucionais do governo federal.

Para se isentar da imagem de incoerente, ao apoiar antigos integrantes da Revolução de 1930, o Partido Republicano Paulista descreve os fatos em sequência cronológica, buscando conferir sentido de coerência e retidão em seu trato com o passado. Assim, segundo o Partido Republicano Paulista, em 1929, sob o argumento de defender o princípio de não ser lícito ao presidente da República indicar o nome do seu sucessor, o presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos, teria

se arrogado direito de romper com a política dos governadores e indicar o presidente do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, como candidato à presidência da República⁴⁰. De acordo com o Partido Republicano Paulista, tal ruptura expressava a manobra de Vargas que, ao aliar-se com Minas Gerais, tinha em mira guerrear com São Paulo e retirá-lo de sua posição de destaque no país. Os políticos que em 1934 aderiram ao Partido Constitucionalista, e particularmente seu chefe, Armando de Salles Oliveira, apoiaram engenhosa e convenientemente as ações de Vargas, em 1930, para conquistar posições e cargos que não conseguiriam pelas urnas. Nesse apoio, participaram do jogo político, fingindo acreditar na sinceridade dos “princípios” do inimigo de São Paulo.

São Paulo, como se sabe, foi invadido e Getúlio Vargas, contrariamente ao acordo, deu outro tom às promessas feitas aos homens que o ajudaram na revolução outubrista. Até mesmo os aliados de Vargas, que foram prestimosos ao vencedor, não fizeram parte do governo; ao contrário, foram ameaçados de prisão (C.P., 28/08/1934: 5). Vencedora, a Revolução de 1930 provocou desilusões e desencantos junto aos que a haviam apoiado e nela depositado esperanças. Portanto, Arthur Bernardes e Borges de Medeiros, por exemplo, desistiram das posições de poder que poderiam ocupar e passaram a fazer parte da oposição. Baseado em tal argumentação, o Partido Republicano Paulista reafirma que seu apoio àqueles políticos não ocorria em função de sua participação na Revolução de 1930, mas justamente para expressar sua oposição àquela, estendendo a mão e apoiando os políticos enganados com as promessas feitas e não cumpridas por parte do ditador⁴¹.

Afinal, até mesmo os democráticos, futuros peceístas, já teriam reconhecido o erro de apoiar a Revolução de 1930. Perdidas as esperanças de serem

⁴⁰A “política dos governadores” foi o principal mecanismo político da Primeira República (1889-1930). O acordo era o de que o governo federal garantiria ampla autonomia aos grupos oligárquicos dominantes de cada Estado, enquanto as bancadas estaduais lhe dariam apoio no Congresso. Entretanto, a “política dos governadores” não impedia a luta dos grupos oligárquicos pela presidência da República. Foi necessário regular a disputa através de um novo acordo: o revezamento da chefia do Poder Executivo entre Minas Gerais e São Paulo. (OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2. ed. Rio de Janeiro. FGV, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 08 fev. 2012).

⁴¹ Mesmo em 1934, quando Getúlio Vargas já havia sido eleito presidente constitucional pela Assembleia Nacional Constituinte, os perreptistas insistiam em tratá-lo pelo termo “ditador”. É possível depreender do jornal o intuito de evocar o período do Governo Provisório, entre 1930 e 1933, como ditadura. De modo que, para expressar e analisar a opinião do jornal oposicionista, objetivo do presente capítulo, em alguns momentos do texto também adotarei o termo para me referir a Getúlio Vargas.

contemplados pelas promessas de Getúlio Vargas na distribuição dos cargos e posições de poder, foram ao encontro do Partido Republicano Paulista dispostos a combater o inimigo comum ao lado dos perrepistas. Juntos foram todos ao combate na guerra de 1932. Em Minas Gerais, Arthur Bernardes apoiou São Paulo e, no Rio Grande do Sul, o mesmo fez Borges de Medeiros. Terminado o conflito armado, foram os paulistas e seus aliados para as prisões ou para o exílio. Na eleição para constituinte, Vargas excluiu os candidatos que quis, até mesmo bancadas inteiras, como fez com o decreto que cassou direitos políticos. Em seguida, criou o “princípio” da indicação de seu próprio nome como candidato à presidência constitucional do Brasil. Fez-se eleger⁴². Tais atitudes de Vargas justificavam a reação dos democráticos e perrepistas com a formação de uma frente comum de luta contra o “ditador-presidente” e sua política de promessas e de engano aos paulistas. Política, essa, do “despistamento”, da arte de cooptação que acabou conquistando a adesão de antigos adversários, como os democráticos que acabaram por apoiar quem os “escorraçou” em 1930 e guerreou com São Paulo em 1932 (C.P., 29/08/1934: 5). Para o Partido Republicano Paulista, os constitucionalistas, quando enxergaram uma oportunidade de ascender ao poder, traíram o acordo selado com a Frente Única e foram estabelecer aliança com Getúlio Vargas. Tal aliança, sim, deveria ser condenada, enquanto que o auxílio de Arthur Bernardes e Borges de Medeiros a São Paulo era bem vindo, já que teria sido oferecido no sentido de combater Getúlio Vargas.

2.4. Armando de Salles Oliveira, o “candidato de si mesmo” e de Getúlio Vargas

O *Correio Paulistano* apresentava aos seus leitores o modo como teria sido iniciado a aliança entre Armando de Salles Oliveira e Getúlio Vargas, visando à manutenção destes no poder. Com efeito, um novo acordo com os paulistas democráticos havia começado no contexto da Assembleia Constituinte Nacional, quando Vargas levou adiante seu projeto de eleger-se presidente constitucional do

⁴² É certo que a Constituinte foi uma imposição que o Governo Provisório se viu obrigado a absorver. Entretanto, procurou tirar dela os maiores benefícios, evitando o máximo possível de perdas. O êxito estava ligado a capacidade de Getúlio Vargas em conduzir os rumos do processo de constitucionalização (GOMES, 1996: 28).

Brasil. Não por acaso, três meses antes de ser instalada a Assembleia Nacional Constituinte, Vargas nomeara Armando de Salles Oliveira à interventoria de São Paulo. Assim, desde que Armando de Salles Oliveira conseguira, “maquiavelicamente”, o cargo de “delegado da ditadura” em São Paulo, não foram pequenos os esforços que empregava para “eternizar-se” no poder. Na crítica feita pelo *Correio Paulistano*, depois de ter provado a “ambrosia das posições de domínio”, o “ilustre cristão novo do outubrismo” não gostaria de regressar e experimentar a “beberagem amarga do ostracismo” (C.P., 26/08/1934: 5).

Para o *Correio Paulistano*, uma prova do acordo selado entre Getúlio Vargas e Armando de Salles Oliveira teria sido o silêncio da bancada paulista durante a constituinte. Mais uma vez o Partido Republicano Paulista recorria aos acontecimentos passados para tornar visível o “camaleonismo” político do grupo do interventor. Afinal, eram os paulistas os maiores adversários da conservação do chefe outubrista à direção dos destinos nacionais. O Partido Republicano Paulista é incisivo quando afirma que Vargas representou para o povo paulista um quadriênio de humilhações, traições e terríveis erros, experiência que permanecia viva em suas lembranças. Portanto, era necessário impedir a perpetuação de Getúlio Vargas no poder. Nessa referência ao passado, o *Correio Paulistano* reconstituiu a cena da constituinte nacional. Os constituintes filiados ao Partido Republicano Paulista e alguns outros da bancada bandeirante, que não pertenciam ao grupo dos democráticos, futuros peceístas, souberam compreender o dever de eleger outro candidato e não se intimidaram diante de Vargas. Adotaram a postura de oposição, de modo a evitar a perpetuação do chefe outubrista no poder, enquanto o Partido Constitucionalista se manteve silencioso nesse cenário, temeroso de se comprometer diante de Getúlio Vargas.

Outro caso, veiculado no *Correio Paulistano*, utilizado para provar a aliança estabelecida entre os constitucionalistas e Getúlio Vargas e que gerou longas críticas por parte do Partido Republicano Paulista, foi a nomeação de duas pastas ministeriais, dadas aos paulistas do Partido Constitucionalista. O grupo de Armando de Salles Oliveira novamente convive com o desconforto, pois é acusados de ter-se rendido e vendido a Vargas. O periódico oposicionista afirma, no artigo “Governo em crise” (C.P., 30/08/1934: 5), que por questões de amizade pessoal, Getúlio Vargas levou para o Ministério das Relações Exteriores, José Carlos de Macedo Soares.

Armando de Salles Oliveira, por sua vez, indicou Vicente Ráo para outra pasta, da Justiça. São nomes ligados ao novo partido e ao antigo Partido Democrático. O Partido Republicano Paulista se sente, portanto, lesado, por fora do governo. No contra-ataque, os perrepistas alertavam que o governo que hora vigorava, sob a liderança de Vargas, não era exatamente um governo para São Paulo, pois lançara a discórdia política em terra paulista, responsável pela crise permanente no governo paulista. Segundo a oposição, 1930 teria sido, assim, uma calamidade, pois arrastou São Paulo para um “salto no escuro”, contrariamente ao propagado pelos adeptos do movimento revolucionário. Afinal, a bandeira da Revolução de 1930 era justamente a derrubada do “caciquismo” exercido durante quarenta anos de governo por parte do Partido Republicano Paulista, com sua proposta moderna de reforma das práticas políticas até então predominantes.

Todavia, o Partido Republicano Paulista alegava que o verdadeiro “caciquismo” estava por acontecer, sob o tal governo de reformas, estabelecido em outubro de 1930 e sob a liderança de Vargas e do interventor paulista. Para os interventores candidatos ao governo constitucional de seus Estados se elegerem tornava-se necessário obter apoio da absoluta maioria dos deputados, para que estes por si só lhes assegurassem a eleição, e, assim, poderem também contar com o prestígio do governo federal, que influiria nas eleições constitucionais. Tal modo de proceder desferiria um golpe na democracia, denunciava o Partido Republicano Paulista (C.P., 30/08/1934: 5).

Com acusações e argumentos acima apresentados, os artigos publicados no *Correio Paulistano* questionavam se outubro de 1930 representara de fato uma reforma de costumes políticos. Como se vê, o Partido Republicano Paulista fazia outra leitura da revolução outubrista. Para este partido, o que houve a partir de 1930 teria sido justamente um pacto de conservação no poder e não de mudanças, entre o presidente do governo provisório e os presidentes estaduais, de modo que as eleições constitucionais encontravam-se ameaçadas de se tornarem apenas uma farsa. Não existiam partidos oficiais a disputá-las, mas interventores acordados com o governo federal. O exemplo, indubitavelmente, se ajustava ao interventor paulista, que tinha suas ambições presidenciais conhecidas.

A candidatura de interventores ao governo constitucional foi outro cevo de crítica por parte do Partido Republicano Paulista ao partido situacionista. A

inelegibilidade dos interventores e do próprio chefe do governo foi algo discutido durante a constituinte nacional. O *Correio Paulistano* criticou os interventores que se mantinham em seus postos e se candidatavam ao governo constitucional de seus Estados. Com o intuito de atingir Armando de Salles Oliveira, que já andava pelo interior de São Paulo em caravanas políticas, a partir do dia 22 de agosto de 1934, o jornal oposicionista começa a publicar diariamente o art. 170, N.º da Constituição Federal, que prescrevia sobre a inelegibilidade, ao estabelecer que “o funcionário que se valer da sua autoridade em favor de partido político, ou exercer pressão partidária sobre seus subordinados, será punido com a perda do cargo” (C.P., 22/08/1934: 1). Começa a pressão da oposição para que os interventores que quisessem candidatar-se ao governo constitucional de seus Estados deixassem seus atuais cargos.

No caso de São Paulo, Armando de Salles Oliveira deveria proceder de duas maneiras: declarar, o quanto antes, que não era candidato e desligar-se do partido “getulista”; ou, então, aceitar a sua indicação, mas ter “a dignidade” de renunciar ao cargo de interventor, sendo coerente com a doutrina defendida por São Paulo na Assembleia Constituinte. Como lembrava o *Correio Paulistano*, a última atitude era esperada, pois os deputados peceístas haviam votado na Constituinte contra a elegibilidade dos interventores. Entretanto, agora, aprovada e promulgada a nova Constituição e convocado o pleito de 14 de outubro, incoerentemente, aclamavam Armando de Salles Oliveira candidato, “quando ele já o era de si mesmo”.⁴³ Assim, não parecia ao Partido Republicano Paulista que o “delegado da ditadura” procedesse coerentemente. Dúvidas o de que o interventor não fosse candidato ao governo de São Paulo, o Partido Republicano Paulista não tinha. Bastava ver seus discursos, “imersos em propaganda política dele mesmo” (C.P., 28/08/1934: 5).

O jornalista Costa Rego se pronuncia diante de tal fato com o artigo intitulado: “A conservação dos interventores” (C.P., 06/09/1934: 5). De acordo com o articulista, a permanência dos interventores candidatos em seus postos era considerada um mal, porque seriam eles que presidiriam o pleito eleitoral. A crítica era particularmente direcionada ao Partido Constitucionalista. Para Costa Rego,

⁴³ Costa Rego foi quem usou primeiro a expressão “candidato de si mesmo”, quando criticava a candidatura de Vargas ao governo constitucional, via *Correio da Manhã*. Tal expressão foi assumida pelo Partido Republicano Paulista na crítica a Armando de Salles Oliveira. É possível sugerir certa articulação política entre o *Correio da Manhã* e o *Correio Paulistano*, uma vez que o jornalista Costa Rego publicava seus artigos em ambos os jornais.

buscar eleger Armando de Salles Oliveira à presidência do Estado não passava, portanto, de um ato de imoralidade, já que este, na condição de candidato e de interventor não havia renunciado ao cargo para iniciar sua campanha política.

A atitude de Flores da Cunha, interventor do Rio Grande do Sul, de anunciar seu afastamento da direção dos negócios públicos, para que a eleição de 14 de outubro ali se realizasse, sob a presidência de outro interventor, alimentou a crítica de Costa Rego a Armando de Salles Oliveira e ao grupo peceísta. O jornalista defendia que fosse suspensa a candidatura daqueles interventores que se negassem adotar a postura de Flores da Cunha. De acordo com Costa Rego, o erro tinha sido deixar como questão de fórum íntimo a escolha da renúncia por aqueles que resolvessem concorrer ao pleito. A Constituição deveria ter condicionado a elegibilidade dos interventores da seguinte maneira: o interventor, para entrar em campanha, deveria se afastar efetivamente do poder certo espaço de tempo antes e depois das Assembleias Estaduais. Afinal, depois que a eleição de outubro fosse realizada, apurada e reconhecida pela justiça eleitoral, a Assembleia Estadual Constituinte se reuniria e elegeria, além de dois senadores federais, o governador do Estado. A pressão que o interventor exerceria, enquanto possível candidato, também seria feita posteriormente, no momento em que a Assembleia fosse escolher o governador constitucional. Costa Rego conclui: “ninguém aceitou a aventura de impedir a permanência dos interventores durante a campanha eleitoral e a Assembleia Estadual.” Esperava-se, contudo, que apenas um ou outro interventor tomasse a mesma atitude de Flores da Cunha. O que certamente não ocorreria no caso de São Paulo (C.P., 12/09/1934: 5). A oposição temia que Armando de Salles Oliveira favorecesse o Partido Constitucionalista e seus candidatos com sua condição de interventor e a influência que possuía no cenário político estadual. Não são poucas as vezes que Costa Rego e também o *Correio Paulistano* acusam Armando de Salles Oliveira de usar o aparelho do Estado, incluindo recursos financeiros públicos, para sair em campanha política pelo interior do Estado de São Paulo e promover o Partido Constitucionalista. Era necessário, e, sobretudo indispensável, que o interventor se afastasse da interventoria para candidatar-se governador constitucional.

Diante das críticas, Armando de Salles Oliveira anuncia a abdicação de seu cargo de interventor, passando-o para o Secretário da Educação de São Paulo,

Valdomiro Silveira. Essa escolha foi, porém, alvo de duras críticas por parte da oposição. Para esta, esperto tal qual seu “tutor”, Getúlio Vargas, Armando de Salles Oliveira fingiu passar o governo ao seu secretário, mas continuava nas suas “funções de caixeiro-viajante” do Partido Constitucionalista pelo interior paulista. Prova disso, era o “ritual” criado em cada cidade visitada, quando as autoridades eram obrigadas a comparecer ao desembarque do “ex-chefe de governo, candidato de si mesmo,” em cerimônia que contava não apenas com a presença de correligionários, mas dos alunos que ali compareciam para render homenagens ao candidato. Armando de Salles Oliveira causava polêmica por ter renunciado o cargo e, sobretudo, por fazer a campanha viajando acompanhado do chefe da casa militar, de um oficial de gabinete, do comandante da guarda civil e do delegado de Ordem Política; ou seja, usando todo o suporte governamental, de modo a mostrar que funcionários e autoridades públicas podiam, à vontade, pertencer a um partido político, desde que fosse o Partido Constitucionalista, mas “ai daquelas que são suspeitos de perrepismo.” (C.P., 26/09/1934: 5).

O anseio do Partido Republicano Paulista consistia em livrar-se dos “estadistas improvisados pelo outubrismo” – Getúlio Vargas e os políticos empossados com o Governo Provisório – e reintegrar nos quadros do governo de São Paulo aqueles que orientavam a administração pública anterior a 1930, diferentemente dos peceístas cuja única coisa que pareciam ter em vista era a promulgação da Carta Constitucional, limite do programa do Partido Constitucionalista. Para o Partido Republicano Paulista, parecia-lhe insuficiente e até mesmo ridículo, o esforço de São Paulo, ao desencadear a campanha militar de 1932, “com todo seu cortejo de horrores e provações”, apenas para conseguir uma carta constitucional. De que adiantaria uma lei escrita que o próprio presidente da república era o primeiro a desprezar? questionava a oposição. Para os perrepistas, quando os paulistas se batiam na Revolução de 1932 desejavam muito mais do que a simples adoção de um estatuto constitucional, queriam o respeito à lei, o direito à liberdade, o combate ao clientelismo com o afastamento dos “outubristas” do governo. Sendo estes os intuitos que fizeram os paulistas levantarem armas em 1932, ainda não havia chegado o momento de enrolar a bandeira do combate. Tornava-se uma exigência realizar a verdadeira “reconstitucionalização” do país. O pleito de 14 de outubro de 1934 era a chance de “constitucionalizar” Getúlio Vargas.

Para tanto, seria necessário votar nos candidatos do Partido Republicano Paulista, políticos que depois de eleitos e empossados na Assembleia Legislativa Federal e Estadual continuariam a pugnar pelos mesmos ideais que agitaram a alma bandeirante em 1932 (C.P., 11/09/1934: 5). São Paulo de 1934 precisava ser São Paulo de 1932, ou seja, com a disposição e compromisso de combater Getúlio Vargas e todos que dele se aproximassem ou o apoiassem.

Os perrepistas, precavidamente, acusavam, porém, Armando de Salles Oliveira de ser mais ingênuo do que maquiavélico, por acreditar que Getúlio Vargas, ao nomeá-lo, estivesse preocupado em defender os interesses de São Paulo. O grande inimigo de São Paulo era, assim, Getúlio Vargas. Para o *Correio Paulistano*, não havia dúvida de que Getúlio Vargas, no momento oportuno, imolaria o interventor “civil e paulista” em São Paulo, com a mesma displicência com que se desfez daqueles que o apoiaram em outubro de 1930. Significativamente, o jornal investe na construção dessa imagem de Getúlio Vargas, ao publicar um artigo relembando sua a carreira política, construída à custa de traições, ressaltando que: “é sempre oportuno recordar os fatos àqueles de memória fraca. Enquanto a oposição imagina hipóteses, o Partido Republicano Paulista aponta fatos” (C.P., 13/09/1934: 5).

De acordo com o periódico oposicionista, Getúlio Vargas começou sua carreira política pelas mãos de Borges de Medeiros, “então todo poderoso no Rio Grande do Sul”. Foi deputado estadual e depois federal e, nesta posição, foi buscar e abusar da “boa fé de Washington Luiz”, para torná-lo Ministro da Fazenda, o que lhe daria maior prestígio entre os políticos do Rio Grande do Sul. Depois de conseguir notoriedade entre os políticos da sua terra, não foi difícil dele conseguir apoio para ser presidente do Estado, substituindo “o velho chefe a quem tudo devera”: Borges de Medeiros. Como presidente do Rio Grande do Sul, seu primeiro ato foi cortejar a oposição. Pouco depois, travando-se luta pela sucessão de Washington Luiz, Getúlio Vargas aceitou a indicação de sua candidatura e a chefia da Revolução de 1930, realizada contra aquele que fora seu “segundo benfeitor”. Findada e vencida a revolução, Getúlio Vargas prendeu e deportou Washington Luís, político que lhe proporcionou notoriedade no cenário político do país, traiu seu “protetor” (C.P., 13/09/1934: 5). O Partido Republicano Paulista insistia na construção que identificava Getúlio Vargas como traidor, representação recorrente

nas primeiras interpretações acerca da Revolução de 1930, com o intuito de aproximar tal imagem com a de Armando de Salles Oliveira.

Para que o movimento outubrista pudesse vencer, foi necessário o apoio dos generais Leite de Castro, Tasso Fragoso, Firmino Borba e o almirante Isaias de Noronha, de cujas mãos Getúlio Vargas recebeu o governo provisório. O que foi feito deles? Questionou, retoricamente, o jornal oposicionista. De acordo com o artigo, Leite de Castro foi deposto do cargo de Ministro da Guerra por um capitão; Tasso Fragoso foi indicado para o tribunal militar, para não ler comandos; Firmino Borba foi preso e exilado em 1932; o almirante Isaias Noronha, reformado. O Partido Republicano Paulista comentava: homens que deram todo apoio à revolução outubrista, dentre eles, Arthur Bernardes, Borges de Medeiros, Lindolpho Collor, João Neves da Fontoura, Oswaldo Aranha, Afrânio e Virgílio de Mello Franco, Baptista Luzardo, João Alberto e Juarez Távora, foram alijados da política e do poder. De todos eles, os que ainda não haviam sido presos e exilados pela violência, ao perderem suas posições políticas, foram exilados com rótulos diferentes, ou também imolados em benefício de Getúlio Vargas; em suma descartados da possibilidade de atuação na política, pois “de uma ou outra maneira, postos à margem como coisas imprestáveis” (C.P., 13/09/1934: 5).⁴⁴ Getúlio Vargas, como estratégia para esvaziar a oposição, deslocou seus adversários de suas posições de poder, ou com o remanejamento de cargos públicos ou com o exílio.

Novamente, em exercício de previsões quanto à fragilidade da relação entre Armando de Salles Oliveira e Getúlio Vargas, a oposição questionava: acreditaria o interventor de São Paulo que, diante de todas as traições por parte do ditador, somente ele seria poupado? Julgaria que, “apesar da sua docilidade e obediência”, Getúlio Vargas o preservaria? O Partido Republicano Paulista alertava para que o interventor se mirasse no exemplo de outro interventor, João Alberto, que ainda em 1932, “jogava a vida por Getúlio Vargas” e depois foi deposto. Os perrepistas conclamavam o apoio popular para o término daquele estado de coisas, apostando nessa ação para forçar a ruptura do pacto entre os peceístas e o governo federal. Na visão dos perrepistas, apenas uma ação do povo, demonstrando sua indignação com o procedimento de Armando de Salles Oliveira, que entrou para a intimidade do

⁴⁴ Mais uma vez a insistência em nomear as vítimas da traição aparece como estratégia. Costa Rego fez idêntico movimento na famosa crônica “*A pesca do Piracuri*”, publicada no jornal *Correio da Manhã* em 12/01/1934, que apresentei no primeiro capítulo.

ditador, tal propósito se efetivaria. O povo deveria manifestar, nas urnas, seu despreço para fazer o governador descer, “tristonho e só”, as escadas do palácio do governo. Faltava pouco, alertava o *Correio Paulistano*, para que mais um fosse abandonado, descartado “como bagaço, pelo homem que tem feito toda sua carreira sacrificando companheiros” (C.P., 13/09/1934: 5).

A oposição explicitava, em análise linear, o motivo pelo qual Getúlio Vargas nomeara Armando de Salles Oliveira interventor. Era necessário um interventor paulista em São Paulo para que Getúlio se conservasse no poder e evitasse uma nova guerra. Posto em tal situação, o que fez o presidente? “Imaginou iludir a boa fé de todos”, colocando no governo do Estado um paulista que aceitasse coligações com o inimigo, que “acreditava poder ser rei, mas que, na verdade, nada era, senão fantoche”, a figura ideal: Armando de Salles Oliveira. Vargas havia percebido tudo isso, “sorriu e lentamente, cariciosamente”, foi atraindo o interventor paulista para sua intimidade. Getúlio Vargas conhecia a temperatura elevada do ambiente de São Paulo e a intransigência dos paulistas em relação “àquele que tão cruelmente os ultrajara” (C.P., 13/09/1934: 5). Tinha a certeza de que uma aliança do interventor paulista tiraria aos mineiros as esperanças de entendimento com os paulistas. Getúlio teria assim em suas mãos os dois mais fortes Estados e, a partir daí, teria também o restante do país, mais ou menos a ele alinhado. Como se vê, o perigo para São Paulo e o país, o inimigo comum, era muito menos o Partido Constitucionalista, Armando de Salles Oliveira e seus correligionários: ele vinha de fora, encarnado na figura de Getúlio Vargas.

A historiografia consagra os Estados de Minas Gerais e São Paulo como importantes legitimadores da política dos governadores durante a primeira República. Seriam os dois Estados mais fortes da Federação, devido ao seu número de representantes no Congresso, 37 e 22 parlamentares, respectivamente. Com a política dos governadores o governo Federal alimentava os governos estaduais, em troca de apoio no Congresso. Tal acordo permeava também a relação entre os governadores e lideranças locais, para controle do eleitorado. É certo que a aliança entre Minas Gerais e São Paulo não era estável, a cada eleição os conflitos internos nesse pacto surgiam. Em certos momentos a aliança com São Paulo não é vantajosa para Minas, que se vê mais próxima de Estados como o Rio Grande do Sul (FERREIRA; PINTO; 2006: 4). Depois da Revolução de 1930, São Paulo havia

sido deslocado da condição de centro do poder. O cenário político nacional, antes dominado pela relação de aliança entre Minas Gerais e São Paulo, sofrera mudanças em sua condução. Diante do desgaste da aliança política entre Minas Gerais e São Paulo, serão definidas outras alianças políticas conduzidas pelo governo instalado em 1930 e também pelas elites políticas desses Estados. O Estado do Rio Grande do Sul também terá sua participação e alianças políticas redefinidas no cenário político nacional. Devido à intensa participação dos políticos do Rio Grande do Sul na articulação e sustentação da Revolução de 1930, o Estado ganhou peso político na nova ordem. Buscando a posição de protagonistas, as elites políticas riograndenses conseguiram interferir, na condição de oposição ou de situação, no governo que ascende ao poder com a Revolução de 1930. O Rio Grande do Sul passa por rearticulações de sua elite com Getúlio Vargas e também intra-elites, tendo até mesmo parte de suas lideranças posicionada ao lado dos paulistas durante a Revolução de 1932 (CASTRO, 1980: 126) ⁴⁵.

Entretanto, mesmo com o deslocamento das antigas posições de poder exercidas por Minas Gerais e São Paulo, permanecia entre os políticos do país a ideia consensual acerca da força que poderia ter uma aliança firmada novamente entre os dois Estados. Para Vargas, a volta dessa aliança não era interessante, era preciso manter os dois Estados afastados, de modo que seu controle sobre eles e, portanto, sobre a política nacional, ocorresse com maior facilidade. Era necessário minar qualquer possibilidade de reaproximação entre os grupos políticos oligárquicos, fosse internamente, entre as elites locais, ou entre uma Federação e outra. O modelo político vigente durante a primeira República, marcado pela aliança entre Minas Gerais e São Paulo, havia se esgotado e a manutenção do governo que ascendeu ao comando em 1930 dependia do esgotamento desse modelo de aliança. De modo que, para Vargas, era interessante alimentar as dissidências das oligarquias paulistas, mineiras e riograndenses, evitando que suas elites pudessem se unir contra ele, como fizeram em 1932.

Mesmo diante de todas as acusações e alertas por parte da oposição, Armando de Salles Oliveira não recua; pelo contrário, oferece ao *Correio Paulistano*

⁴⁵ Para maiores informações sobre a participação do Rio Grande do Sul nas articulações pré-revolucionárias, na Revolução de 1930 e durante o governo de Getúlio Vargas entre 1930 e 1937. Ver: CASTRO, Maria Helena de Magalhães. O Rio Grande do Sul no pós-1930: de protagonista a coadjuvante. In: *Regionalismo e centralização política. Partidos e Constituinte nos anos 30*. GOMES, Ângela de. (Coord.) Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p.41-132.

mais motivos para crítica. Ordena que seja declarado feriado, nas repartições estaduais e municipais, o dia 3 de outubro, data do início da Revolução de 1930, “em honra ao seu único vencedor, Getúlio Vargas, para comemorar o início da arrancada sinistra, empreendida contra São Paulo e todo o Brasil.” Tal ato, como bem destacou o jornal da oposição, confirmava a “indisfarçada sinceridade” da relação do interventor com o ex-ditador. O Partido Republicano Paulista não deixou passar em branco tal iniciativa. Para o jornal, declarar feriado o dia que marca a revolução outubrista seria reavivar o sentimento de luto e de protesto nos “corações paulistas”. Para aquele, essa homenagem prestada ao que deveria ser repudiado, só poderia ser uma atitude tomada por aqueles que não se importavam com o orgulho de São Paulo, mas somente com cargos de poder e, para se manter neles, de tudo fariam, até mesmo reverenciar aquele que humilhara São Paulo. Para os perrepistas, a página que recordava o marco da Revolução de 1930 só não devia ser arrancada da história de São Paulo porque, “felizmente e para honra dos paulistas, dela se geraram as páginas esplendentes da condenação, reação e civismo que culminaram na epopéia de 1932.” O *Correio Paulistano* reforça sua crítica ao governo federal e estadual assinalando que a proclamação do feriado de 3 de outubro era comparável ao sorridente aperto de mão entre Getúlio Vargas e Armando de Salles Oliveira, que a famosa fotografia documenta (C.P., 03/10/1934: 5).

Segundo o *Correio Paulistano*, o fato de haver uma Constituição que permitiu “vestir” Getúlio Vargas de presidente, não significa que “a indumentária mudou o homem”. Não, era o mesmo homem, era o mesmo ditador de antes. Para o Partido Republicano Paulista, era tolo o argumento proferido por Armando de Salles Oliveira de que combater o presidente da República era ser a favor de uma ditadura. Com esse raciocínio, nunca mais nenhum presidente da República poderia ser combatido, fosse ele o pior do mundo, mesmo Getúlio Vargas, porque os oposicionistas seriam taxados de ditatoriais. Seria a morte da oposição, a unanimidade passiva. Os homens que participaram de 1932 não podiam andar “aos beijos e abraços” com Getúlio Vargas, ou vender suas convicções a “troco de pastas ministeriais”, muito menos julgar ser honrado apertar a mão do ditador (C.P., 13/09/1934: 5). Cometer estes atos significava renunciar ao projeto político de 1932, renunciando assim a São Paulo. Reafirmando a imagem de Getúlio Vargas como

ditador, o *Correio Paulistano* expressava ser irrelevante o presidente ter sido eleito pela Assembleia Nacional Constituinte. O fato de Getúlio Vargas ter demorado a convocar a assembleia e recolocar o país na legalidade constitucional, estendendo o governo revolucionário instalado em 1930 por um período maior que o previsto, reforçava tal imagem e justificava a acusação de ditador pela oposição. O *Correio Paulistano* tratará Getúlio Vargas de tal forma durante toda campanha política de 1934, na tentativa de associar a imagem de Armando de Salles Oliveira a um governo ditatorial.

No artigo “*Razões da oposição*”, o Partido Republicano Paulista discute quais seriam os motivos de uma possível colaboração com Getúlio Vargas, na tentativa de compreender as ações do grupo de Armando de Salles Oliveira. Supondo que a revolução constitucionalista tivesse sido precipitada, resultado de um equívoco, injusta como ação diante da Revolução de 1930, embora, no momento, o contrário parecesse, estaria o Partido Republicano Paulista então, no dever de perdoar Getúlio Vargas, até mesmo dando-lhe sua colaboração? Ainda que os fatos fossem vistos dessa maneira, o Partido Republicano Paulista se sentia com outros motivos para estar do lado oposto de Vargas. O Partido Republicano Paulista acusava Vargas de ter envolvido São Paulo em uma espécie de ódio nacional, ao apontá-lo como autor de uma guerra separatista. Motivo suficiente para sustentar ressentimento perpétuo, no entender da oposição, já que não “era possível estender a mão a Vargas com a sinceridade dos que se conciliam” (C.P., 30/08/1934: 5). Esta versão de São Paulo separatista é construção que perpetua até hoje. A elite política paulista conduzida por Armando de Salles Oliveira também teria sido responsável pela versão separatista da Revolução de 1932, na leitura da oposição. Armando de Salles Oliveira se tornou alvo de novas críticas da oposição, ao discursar em São Paulo durante o aniversário da data paulista, alegando que era necessário evitar “os flagelos da desagregação”, reforçando, mais do que superando, a ideia separatista da Revolução de 1932 (SANDES, 2009: 192).

Tanto Armando de Salles Oliveira como Getúlio Vargas se esforçaram para conduzir a memória da Revolução de 1932 para o esquecimento. Propagar a versão separatista da revolução era recurso retórico para retirar dela a imagem de revolução antigetulista. Como o projeto político varguista foi o vencedor, a historiografia acabou por perpetuar tal versão ou mesmo dar pouca atenção a

Revolução de 1932 e a atuação política dos paulistas entre os anos 1930 e 1934. Oliveiros Ferreira aponta que a Revolução de 1932, quando é objeto de interesse dos historiadores, apresenta-se, quase sempre, sob o signo da derrota e do separatismo. A Revolução de 1932, a memória dos exilados, a atuação política e o projeto de Armando de Salles Oliveira são objetos que passaram pelo filtro de uma tradição historiográfica que, ao não dar visibilidade a estes projetos, reteve-os como resíduos. Dessa forma, a pouca visibilidade da Revolução de 1932 e do caso de São Paulo se apresenta sob a forma do separatismo e do revanchismo.

No que tange ao “caso de São Paulo”, essa necessidade não existe; como 1937 é, com razão, dado como continuação de 1930, não há porque se referir ao “caso”, que é menor, para compreender o Estado Novo, que é maior, ou à revolução de 1930, bem mais importante que a de 1932. Além do que, é possível, e aceitável, desconhecer a revolução de 1932 – pois esta é uma das versões correntes e aceitas por muitos – na medida em que o movimento pode ser desqualificado desde que se o tome por tentativa ou de separação de São Paulo do Brasil, ou de reconquista (esta a versão de Getúlio Vargas logo no início da guerra civil) de proposições perdidas no plano federal em 1930 (OLIVEIROS, 2007: 126).

O acordo entre a elite política paulista e Getúlio exigia que a memória da Revolução de 1932 não fosse enaltecida, evitando, assim, possíveis desavenças entre o presidente constitucional e São Paulo. O Partido Republicano Paulista seguia em suposições com o intuito de exemplificar o quão agressivo era estar em acordos com o governo vargas. Assim, segundo esse partido, ainda que a revolução constitucionalista não tivesse ocorrido, por falta de causa, e ainda que Vargas, vencedor da revolução outubrista de 1930, tivesse cumprido suas promessas, poupando São Paulo da invasão e humilhação e nomeando, de imediato, um interventor civil e paulista que correspondesse à confiança do povo, nem mesmo assim os paulistas deveriam estar de acordo com Getúlio Vargas. Nem mesmo assim, insistia o Partido Republicano Paulista, não deveria haver o apoio, pois Getúlio Vargas traiu o presidente Washington Luís. O “ditador” descumpriu as promessas feitas em sua plataforma, como também faltara com o compromisso assumido, em cartas dirigidas, em 1929, a Washington Luís. Ações, essas, que descredenciavam Getúlio Vargas como merecedor de crédito e apoio dos paulistas e dos brasileiros.

O Partido Republicano Paulista apresentava mais motivos para fundamentar sua oposição ao então presidente constitucional, pois este ultrapassara o prazo de

restabelecimento do regime legal no Brasil, “dando atestado inequívoco dos seus sentimentos e inclinações despóticas”. Com efeito, o presidente não permitiu a eleição livre, cassou os direitos políticos de candidatos populares, aprovou atos abusivos, sem exame, quer da Assembleia Constituinte, quer do Poder Judiciário. E, finalmente, para coroar a obra dos quatro anos de governo discricionário, fez-se o ditador seu próprio candidato, elegeu-se presidente e estava conseguindo que fosse repetido o mesmo golpe, antidemocrático e imoral, para os seus “delegados” nos Estados. O Partido Republicano Paulista conclui sua crítica afirmando que, independentemente da derrota da revolução constitucionalista, existiam razões de sobra para se oporem ao governo da atual República. E os seus adversários, grupo de Armando de Salles Oliveira, como se nada disso pudessem ver, nenhum desses motivos lhes despertassem atenção, não compreendiam que o Partido Republicano Paulista podia estar em oposição não por despeito e ambição incontida, “mas por respeito ao passado” (C.P., 30/08/1934: 5), representado pela Revolução de 1932 e a luta contra Getúlio Vargas.

2.5. “São Paulo de 1934 precisa ser São Paulo de 1932”: os usos políticos do passado e o projeto perrepista

Uma charge publicada no *Correio Paulistano*, vésperas da eleição, indica a percepção dos perrepistas acerca da trajetória de Armando de Salles Oliveira:



(Charge publicada no jornal *Correio Paulistano*, em 13/10/1934).

Na charge acima, Armando de Salles Oliveira sobe uma escada, em que cada degrau representa um momento da trajetória política de São Paulo a partir da Revolução de 1930, para recuperar sua autonomia. Na base, destacam-se os acontecimentos do início da revolução, sem a preocupação do ordenamento cronológico. A cada degrau em direção a Vargas, Armando se distancia do passado e das lutas revolucionárias. Destaco os primeiros degraus pisados pelo interventor para alcançar a mão de Getúlio Vargas: o “23 de maio”, o “9 de julho”, o “mortos paulistas”⁴⁶ e “o exílio”. Fatos significados como emblemáticos na memória da Revolução de 1932. Em 23 de maio, a capital paulista foi palco de atos de rebelião contra o governo provisório. Grupos estudantis depredaram os jornais favoráveis a Vargas. Durante estes conflitos de rua, quatro estudantes foram mortos, com as iniciais de seus nomes, foi formada a sigla MMDC, que passou a designar a principal sociedade civil de resistência constitucionalista e autonomista. O MMDC também compõe um dos degraus pisados por Armando de Salles Oliveira. No dia 9 de julho, São Paulo levantou-se em armas contra o Governo Provisório, iniciando a chamada Revolução Constitucionalista, que resultou num saldo oficial de 934 mortos, mas também não oficial de cerca de 2000 mortos paulistas. Derrotados, os participantes da Revolução de 1932 foram exilados, podendo voltar ao país somente com a

⁴⁶ O degrau “Mortos paulistas” faz referência aos mortos durante a Revolução de 1932.

anistia, que foi concedida pouco antes da Assembleia Constituinte de 1934 (ABREU, 2001).

Na leitura dos perrepistas, Armando de Salles Oliveira ignora o passado de luta paulista, mas o passado identificado com a Revolução de 1932 e não com o da Revolução de 1930. Segundo a charge, Armando de Salles Oliveira pisoteia, esquece e recusa a memória desse passado, cuja importância na história de São Paulo e do país era inquestionável. Entretanto, tais camadas de memórias são experiências históricas de São Paulo e dos paulistas, sem as quais Armando de Salles Oliveira não teria alcançado o poder. São os “degraus” que possibilitaram não apenas a Armando de Salles Oliveira, mas a Getúlio Vargas sua ascensão política. Com a proximidade das eleições, o uso do passado por parte do Partido Republicano Paulista é intensificado. Os fatos são enumerados para lembrar o eleitor paulista o que Armando de Salles Oliveira parecia ter esquecido:



(Imagem publicada no jornal Correio Paulistano, em 21/09/1934: 1).

O Partido Republicano Paulista fazia oposição ao governo federal e estadual, acusando o Partido Constitucionalista de traidor da causa paulista, embora evocasse, com saudosismo, tanto políticos participantes das revoluções de 1930 e 1932 e também políticos anteriores a 1930. Assim, a volta do presidente deposto pela revolução outubrista, Washington Luís, continuava a ser noticiada pelo *Correio Paulistano*. Noticiava-se que o ex-presidente embarcaria de regresso ao Brasil em setembro, acontecimento que era aguardado com entusiasmo. De acordo com o periódico perrepista, São Paulo não ficaria indiferente à chegada do presidente injusta e inconstitucionalmente deposto. Na capital paulista seria organizada outra grande comissão que promoveria mais homenagens a ele. Estava sendo organizada até mesmo uma bandeira paulista, que iria ao Rio de Janeiro, composta de

quinhentos automóveis da capital e do interior de São Paulo (C.P., 30/08/1934: 5). Contrariamente aos anseios dos perrepistas, Washington Luís, amargurado e desencantado com a política e com os políticos, muitos deles paulistas, apenas retorna ao Brasil 17 anos depois de decretado seu exílio. Consta-se que nunca mais se envolveu com a política, exceto por alguns comentários destilados a respeito da situação do país. Para o deposto, voltar do exílio com Vargas ainda no poder parecia-lhe bem doloroso. Ao ler as matérias veiculadas no *Correio Paulistano*, anunciando insistentemente um regresso que não ocorreu, contrariando as expectativas da oposição, é possível ter dimensão da frustração pela qual passava o Partido Republicano Paulista naquele momento.

O Partido Republicano Paulista, ao contrário de Washington Luís, parecia não mais suportar o gosto amargo do ostracismo do qual estava sendo objeto no cenário político paulistano e nacional, situação criada, segundo aquele, unicamente pelas ações de Getúlio Vargas. Por isso o apego ao passado. Artigos reconstituindo os fatos, na tentativa de construir uma história que lhes conferisse a posição de detentores da função de guardiões da memória do passado revolucionário. Trata-se de experiência passada que, embora sob o signo da derrota, não lhes retirava o mérito, pois legitimada pela tradição de luta e coragem dos paulistas, tal como foi consagrada por um tipo de narrativa historiográfica da República Velha e do papel de São Paulo nela, construída sob a perspectiva dos paulistas perrepistas.

Já Washington Luís expressou seu ressentimento através do silêncio. Se manteve cerca de 17 anos em exílio voluntário. Seu silêncio expressava sua posição de não reconhecimento do governo getulista e seu sentimento de repúdio e de condenação ao presidente Getúlio Vargas. “Em torno do ex-presidente, reúnem-se os setores que nutriam um profundo ressentimento à política getulista, que movimentou as ações e os sentimentos coletivos” (SANDES, 2005: 94).

O *Correio Paulistano* convocou os leitores a rememorar um passado que considera comum a todos os paulistas: a Revolução de 1932. A imprensa organiza o passado, realçando o acontecimento desejado para depois transmiti-lo e obter o impacto desejado (BURKE, 1996: 241-40). O passado representado pelo período entre 1930 e 1934 é organizado pela oposição de modo a indicar que o caminho político percorrido pelo grupo Armando de Salles Oliveira encontrava-se marcado pela incoerência. As notícias serão escolhidas e relatadas de modo a persuadir e

formar a opinião pública, consoante o modo de ver e de ler a experiência passada dos perrepistas, disseminada como “verdade” sobre o ocorrido. Assim, para os perrepistas a Revolução de 1932 representava mais que uma busca por posições de poder; representava uma luta aberta e armada contra Getúlio Vargas. Nesse sentido, a memória da Revolução de 1932 encontrava-se perpassada pelo sentimento de antigetulismo, propagado pelo jornal como sentimento natural a um paulista e não como algo que foi discursivamente produzido. A experiência vivida em 1932 foi domesticada pela oposição a partir de uma demanda do presente: as eleições de 1934.

A busca pela vitória nas eleições de outubro de 1934 e a possibilidade de se reinserir no cenário político exigiu também do Partido Republicano Paulista uma negociação entre passado e presente, recompondo a memória da Revolução de 1932 como norteadora das ações dos paulistas. Mas o Partido Republicano Paulista também era atormentado pelo passado e negociar com ele não era tarefa simples. No passado, os perrepistas repudiaram alianças políticas com agremiações partidárias de outros Estados. Entretanto, em 1934, perceberam que a conquista do poder exigia a formação de alianças com os inimigos de ontem, daí a vinculação do Partido Republicano Paulista com Arthur Bernardes e Borges de Medeiros. Apesar de negociar com o passado e reconsiderar antigas posturas políticas, como, por exemplo, as alianças políticas com partidos de fora de São Paulo, o Partido Republicano Paulista tinha um projeto orientado de maneira distinta do Partido Constitucionalista. Enquanto Partido Constitucionalista mantinha um compromisso com o futuro e o passado tornava-se em certa medida um problema, o Partido Republicano Paulista se via aprisionado entre o pré-1930 e 1932. No projeto político do Partido Republicano Paulista os perrepistas assumiam a condição de herdeiros da Revolução de 1932, com o intuito de minar o governo de Armando de Salles Oliveira. Mas tal herança revelava-se incapaz de orientar as expectativas políticas do presente (SANDES, 2009: 193).

Os usos do passado revolucionário paulista não foram suficientes para que o Partido Republicano Paulista reconquistasse o poder, pois este enfrentava a máquina estatal a serviço do Partido Constitucionalista. Este acabou vencendo o Partido Republicano Paulista com ampla margem de diferença nas eleições de 14 de outubro de 1934, ao eleger 22 deputados federais e obter maioria na Assembleia

Legislativa, com 34 representantes. Além disso, a Assembleia Estadual Constituinte tendo instalado seus trabalhos em 8 de abril de 1935, dois dias depois realizou as eleições indiretas para a escolha do governador constitucional de São Paulo. Candidato do Partido Constitucionalista, Armando de Salles Oliveira derrotou o perrepista Altino Arantes por 36 votos contra 22. Na mesma ocasião, foram eleitos os dois senadores paulistas, ambos do Partido Constitucionalista (ABREU, 2001). Quanto ao Partido Republicano Paulista e sua representação como herdeiro da memória da Revolução de 1932 e do sentimento de antigetulismo foi construção que “acabou se perdendo na ausência de ouvidos e vozes capazes de garantir a permanência dessa interpretação na memória histórica” (SANDES, 2009: 7).



(Imagem publicada no jornal *Correio Paulistano*, em 08/07/1934, p.1).

Ao contrário da inscrição que estampa a capa do jornal *Correio Paulistano*, o Partido Republicano paulista acabou por transigir, esquecer e, ao menos aparentemente, perdoar. Com a derrota nas eleições de outubro de 1934, diante da impossibilidade de se reinserir no cenário político, os partidários do Partido Republicano Paulista irão se manter na condição de oposição e de ostracismo político até 1937, quando, finalmente, resolvem se aproximar de Vargas (SANDES, 2009: 193) e abandonar a construção de herdeiros de 1932 e de guardiões dessa memória. Transigiam com princípios até então defendidos, a medida que percebiam que uma das exigências para permanecer no jogo político era aceitar que São Paulo já não podia mais ser o mesmo de 1932, da unidade da federação que lutou contra Getúlio Vargas; o presente exigia do Partido Republicano Paulista praticar o que antes condenara: a composição com os antigos adversários.

O Partido Republicano Paulista acerta quando afirma que o grupo de Armando de Salles Oliveira não queria mais experimentar o gosto amargo do ostracismo político e do alijamento do poder. Mas é também reducionista por entender que esse grupo estivesse sendo conduzido por Vargas, como marionetes, em troca de cargos estaduais. Com as leituras que fiz do *Correio Paulistano* ouvi a voz da oposição. Interessada no escorregão do adversário, a oposição investiga seus passos com atenção, denunciando e exibindo suas estratégias políticas. É a oposição que traça o caminho percorrido por Armando de Salles Oliveira em seus acordos com Vargas, mostrando, porém, que longe de palco de marionetes, os paulistas armandistas estavam mesmo envolvidos em um projeto político, para São Paulo e até mesmo o Brasil, já que percebiam aquele como expressão deste.

Os acordos entre os democráticos paulistas e Getúlio Vargas serão retomados no momento em que o país se prepara para a Assembleia Constituinte Nacional. Mas, ao contrário do que afirma o Partido Republicano Paulista, não eram acordos de via única. Armando de Salles Oliveira pretendia a inserção dos paulistas no cenário político nacional. É o que aponta o debate político travado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* durante as eleições estaduais de 1934. No capítulo que segue, passo a analisar tal fonte, porta voz de Armando de Salles Oliveira e do Partido Constitucionalista. O momento da campanha eleitoral para a Assembleia Estadual Constituinte nos auxilia a perceber qual o teor do acordo estabelecido entre o

interventor paulista e Getúlio Vargas, o grau de autonomia e de clientelismo existente naquele.

CAPÍTULO 3

O PARTIDO CONSTITUCIONALISTA E O GRUPO POLÍTICO DO JORNAL *O ESTADO DE S. PAULO*: “A POLÍTICA É A ARTE DE ESQUECER”

3.1. O jornal *O Estado de S. Paulo* como elemento atuante no debate político

Quando, em 1934, o Partido Democrático anunciou o encerramento de suas atividades e a adesão ao Partido Constitucionalista, constatou-se o prenúncio de uma mudança de rumos da política paulista e nacional. Como consequência do surgimento do Partido Constitucionalista, destacou-se o enfraquecimento do Partido Republicano Paulista, ocasionado pela perda de importantes membros. Neste trabalho, defendo que o jornal *O Estado de S. Paulo* tornou-se explicitamente órgão de imprensa do partido em questão, contrariando sua identificação de jornal apartidário, que fora por ele afirmada desde seu surgimento.

Esta nova orientação do *Estado de S. Paulo* evidenciava-se, sobretudo, com a presença de Armando de Salles Oliveira, político diretamente ligado ao “bravo matutino” devido às suas relações pessoais com a família Mesquita, no comando do jornal. Essas relações resultaram no uso político desse periódico a favor da interventoria de Armando de Salles Oliveira em São Paulo. Além de promover o governo do referido interventor, *O Estado de S. Paulo* tornou-se o espaço privilegiado para a realização de sua propaganda política, tendo em vista a futura eleição para a Assembleia Estadual Constituinte e o governo constitucional do Estado. Ao ocupar tal posição, o jornal com seu caderno de propaganda política tornou-se importante peça para se investigar e acessar o pensamento político de Armando de Salles Oliveira e o projeto que ele intentou executar.

O Estado de S. Paulo foi fundado em 1875 com o nome *A Província de S. Paulo*. Este surgiu como defensor das ideias republicanas e abolicionistas,

afirmando-se, porém, defensor de uma postura que se declarava apartidária e, assim, manteve-a até o nascimento do Partido Constitucionalista, quando, então, torna explícita e pública a posição em prol de tal partido. Até então, com Julio de Mesquita⁴⁷ na direção política d'*O Estado de S. Paulo*, em 1891, e como membro do “grupo do Estadão”, em 1926, embora tenha colaborado ativamente na fundação do Partido Democrático, aquele diretor não aceitou, porém, transformar o seu jornal em órgão de imprensa desse novo partido. A política editorial do jornal orientava-se justamente pela defesa da existência de oposições bem estruturadas que, no entender da direção, garantiriam a condição de democracia ao país. Não por acaso, no final da década de 1920, o jornal posicionou-se favoravelmente à proposta de uma alteração no quadro político vigente. Isso significou apoiar a derrubada das oligarquias dominantes que vedavam às oposições o direito de participação no poder. Esse posicionamento resultou no apoio dado pelo jornal Revolução de 1930.

Assim como Maria Helena Capelato e Maria Lígia Coelho Prado, que realizaram estudos sobre a atuação do jornal *O Estado de S. Paulo* entre os anos de 1927 e 1937, entendo que o periódico funcionou como “instrumento de intervenção na vida política e na modelagem da consciência social de segmentos significativos da sociedade brasileira” (PRADO; CAPELATO; 1980: 22). As autoras assinalam que os representantes do “bravo matutino” não foram meros espectadores da situação política vigente, mas sim protagonistas engajados no debate político do período, tentando formar a opinião dos seus leitores. É necessário ressaltar, como defendido pelas autoras, que a imprensa já tinha importância expressiva na época. No caso do jornal *O Estado de S. Paulo*, a circulação diária era em torno de 110 mil exemplares (PRADO; CAPELATO; 1980: 23).

Findada a Revolução de 1930, *O Estado de S. Paulo*, ao perceber pontos em comum entre seu projeto político e as propostas do Governo Provisório, investiu na promoção da confiança dos paulistas no governo de Getúlio Vargas. Quando as opiniões contrárias radicalizavam, a ação do periódico era no sentido de buscar conciliação, tratando as divergências com calma e tranquilidade. Seu debate sobre o momento político logo após a Revolução de 1930 é comedido, no princípio, tal como

⁴⁷ Julio de Mesquita era membro atuante do Partido Republicano Paulista, mas recusou a ideia de transformar o jornal *O Estado de S. Paulo* em órgão de imprensa do partido. Morreu em 1927 e foi Júlio de Mesquita Filho quem assumiu a direção do periódico, mantendo, ao menos por um tempo, a sua condição apartidária. (PRADO; CAPELATO; 1980: 23).

foram as ações de Getúlio Vargas em relação a São Paulo. A nomeação de João Alberto como delegado militar de São Paulo foi significada como provisória e veio acompanhada da indicação de paulistas ligados ao jornal e ao Partido Democrático, dentre eles, destacam-se nomes como José Maria Whitaker, nomeado Secretário da Fazenda; Plínio Barreto, redator chefe d'*O Estado de S. Paulo* e nomeado para o cargo de Secretário da Justiça; José Carlos de Macedo Soares, empossado como Secretário do Interior; Paulo Prado, nomeado para a presidência do Conselho Nacional do Café. Outros paulistas do Partido Democrático, como Vicente Ráo e Cardoso de Mellos Neto, também ganharam participação no novo secretariado, tranquilizando a imprensa (BORGES, 1979: 140-1). A composição da secretaria do Estado por paulistas acalmou os ânimos do Partido Democrático, que mantém a crença nas promessas feitas pelo chefe da revolução, Getúlio Vargas.

Esperava-se da administração de Vargas, uma atuação que resultasse na moralização do sistema federativo se romper, porém, com a manutenção dos privilégios e a hegemonia dos paulistas, que queriam ter em mãos o controle do seu Estado e não vê-lo governado pelos tenentes. Mas, quando as medidas de Vargas tomaram direção contrária às pretensões do grupo d'*O Estado de S. Paulo*, este rompeu com o chefe do Governo Provisório. João Alberto passou de delegado militar a interventor e o primeiro secretariado renunciou depois de apenas quarenta dias no governo⁴⁸. Os membros do jornal passaram a desconfiar que a intenção do Governo Provisório não era o de devolver aos paulistas o governo de São Paulo. O periódico cobrava insistentemente a ascensão de paulistas do Partido Democrático ao poder e acusava como invasão a presença dos tenentes em São Paulo. Diante do inimigo comum, o conflito existente entre o Partido Republicano Paulista e o Partido Democrático perdeu força, com a aproximação dos dois grupos para fazer oposição a Getúlio Vargas e os tenentes (CODATO, 2009: 4). Fruto dessa movimentação política foi, então, organizada a Revolução de 1932 ao lado dos perrepistas. Embora derrotada, essa revolução cumpriu o papel de indicar os novos rumos da política paulista e da relação da comunidade política do jornal *O Estado de S. Paulo* com Getúlio Vargas. Com efeito, quando o chefe do governo provisório indica Armando

⁴⁸ O período em que João Alberto governou São Paulo na condição de delegado militar o secretariado do seu governo foi composto por membros da comunidade política do jornal *O Estado de S. Paulo* e, também, do Partido Democrático, ficou conhecido como governo dos quarenta dias.

de Salles Olivera para o cargo de interventor, ressurgiu a aproximação entre o grupo do Estadão e Getúlio Vargas.

Assim, quando Armando de Salles Oliveira ascende à interventoria de São Paulo e funda o Partido Constitucionalista, o periódico passa a apoiar inteiramente a atuação do interventor e se coloca como órgão de imprensa do seu partido. A relação harmoniosa entre o grupo de *O Estado de S. Paulo* e Getúlio Vargas é rearticulada, o jornal volta a tratá-lo por presidente provisório e não ditador⁴⁹ (PRADO; CAPELATO, 1980: 53), indicando, assim, um clima de acordo. O grupo político d'*O Estado de S. Paulo*, agora sob a liderança de Armando de Salles Oliveira, afastava-se novamente do Partido Republicano Paulista. Foi justamente em torno dessa aproximação entre Getúlio Vargas e o grupo político de Armando de Salles Oliveira que a oposição centrou suas críticas. Ancorada em seu órgão de imprensa, o *Correio Paulistano*, a oposição identificou a aproximação entre Armando de Salles Oliveira e Getúlio Vargas como uma traição à memória da Revolução de 1932. Já Armando de Salles Oliveira, logo em seus primeiros discursos como interventor, trata de se defender, classificando tal aproximação como uma “política de cooperação”:

Não tenho dúvida de que o povo paulista, se lhe explicarmos toda a verdade, preferirá essa política de cooperação aos males e perigos incalculáveis do isolamento. Aos adversários da cooperação não pedirei que apresentem argumentos, porque sei que eles não estariam isentos da demagogia ativa, que explora o entusiasmo do momento para conquistar as massas. Dir-lhe-eis apenas que, prosseguindo sem vacilações naquela política, sem deixar desviar pelas manobras dos que têm interesse em fomentar as discórdias, São Paulo um dia será envolvido por um poderoso movimento de simpatia nacional com o qual se firmará de novo o seu prestígio na vida do país. É possível que esteja longe esse dia, mas saber esperar é uma grande coisa em política [...]. (OLIVEIRA, 2002: 60).

Com base na análise dos primeiros discursos de Armando de Salles Oliveira, já é possível perceber indícios de que a “política de cooperação” entre seu grupo político e Getúlio Vargas era parte de um projeto que objetivava colocar São Paulo na direção da política do país. Parte desse projeto seria alcançado com a vitória na Assembleia Estadual Constituinte e com a escolha de Armando de Salles Oliveira para governador constitucional de São Paulo. A Assembleia Estadual Constituinte também era espaço político disputado pelo Partido Republicano Paulista para

⁴⁹ Quando os membros do jornal *O Estado de S. Paulo* desconfiam que Getúlio Vargas não tinha a intenção de devolver o governo de São Paulo aos paulistas, passam a tratá-lo por ditador e não chefe do governo provisório.

executar o seu projeto político, ou seja, a retomada do poder. Não por acaso, as eleições para eleger os parlamentares foi muito disputada. A campanha eleitoral para o pleito de 14 de outubro de 1934, momento em que Armando de Salles Oliveira se consolidou como principal candidato ao governo constitucional de São Paulo, foi palco do confronto dos dois projetos, o dos perrepistas e o dos constitucionalistas.

No capítulo anterior, fiz a análise da campanha eleitoral do Partido Republicano Paulista. Observei que o principal argumento da oposição, a fim de desmoralizar o grupo político de Armando de Salles Oliveira, foi o uso abusivo da memória da Revolução de 1932 e a ênfase na ideia da política como arte de lembrar, de denunciar, de não transigir. Neste capítulo, apresentarei a defesa elaborada pelo Partido Constitucionalista e as acusações proferidas contra os perrepistas. Durante a campanha eleitoral ao governo constitucional de São Paulo, o jornal *O Estado de S. Paulo* lançou um caderno intitulado *Caderno de Propaganda do P.C.* A pesquisa nesse caderno e de outros espaços do jornal reservados para o debate político me permitiu identificar não apenas os argumentos de defesa contra o Partido Republicano Paulista, mas também perceber o teor do projeto político de Armando de Salles Oliveira e as estratégias utilizados para executá-lo. Destaca-se, na investigação feita, a ideia orientadora das atuações de Armando de Salles Oliveira e de seu grupo de que a política seria, antes de mais nada, "a arte de esquecer", de negociar, de transigir. Como se vê duas posições diametralmente opostas no que tange ao modo de fazer política naquele momento em São Paulo: a dos perrepistas e a dos constitucionalistas.

3.2. A campanha eleitoral de 1934

Não pode a oposição buscar no passado as fontes de sua inspiração. Quando a luta se fere, como agora, entre gente nova e idealista e homens de outras épocas, há sempre oportunidade para os últimos fazerem apelo á sedução do passado. Nos tempos dúbios em que vivemos, quando se registram tão notórias manifestações de desconfiança coletiva, há sempre no meio da opinião publica uma parcela ponderável capaz de suggestionar-se e acreditar nas promessas dos que lhe acenam com a volta ao passado (OESP, 02/10/193: 12).

Para conseguir fortalecer seu governo e sua presença política no cenário nacional, Armando de Salles Oliveira orientava-se pelo princípio de que a política era a "arte de esquecer". Esquecer, neste caso, tinha o claro sentido de organizar a memória, excluindo dela o ressentimento que incontornavelmente fazia parte do jogo político e que, provavelmente, acabaria por impedir a implantação de um projeto político que restituísse a São Paulo a posição de importância anteriormente ocupada no cenário nacional. Nessa direção, Armando de Salles Oliveira justificava sua aliança com o homem que venceu e humilhou São Paulo, Getúlio Vargas. O jornal *O Estado de S. Paulo* deu seu apoio ao interventor, propagando a imagem de que a aproximação com o chefe do governo nada tinha que ver com traição e sim com a reinserção de São Paulo no cenário político nacional.

Como apresentado no capítulo anterior, a versão de Armando de Salles Oliveira como traidor foi construída e propagada pelo *Correio Paulistano* e pelo Partido Republicano Paulista. Uma das primeiras críticas da imprensa oposicionista era a de que o interventor seria um político não confiável, tal qual Getúlio Vargas, ou seja, tinha o hábito de não cumprir suas promessas. Quando Armando de Salles Oliveira ascendeu à interventoria de São Paulo, escolhido pelas suas articulações e também por ser civil e paulista, prometeu governar acima dos partidos políticos. Entretanto, poucos meses após tomar posse, fundou o Partido Constitucionalista, sob sua liderança. Tal atitude suscitou a crítica dos perrepistas, mas Armando de Salles Oliveira retrucou com argumentos convincentes, pautados em números:

Hoje, é possível, que eu não esteja governando com o assentimento de todos os paulistas. Tenho, porém, convicção de que estou governando para todos os paulistas. Em seis meses de governo, tive ocasião de nomear exatamente 160 prefeitos municipais. Dessas autoridades, 51 da federação dos Voluntários, 56 do Partido Republicano Paulista, inclusive da Ação Nacional que só ultimamente dele se desligou, 26 do Partido Democrático, 16 sem colorido partidário local e 11 estranhos aos municípios. No mais, continuaram em seus postos 90 prefeitos, em sua maioria dos partidos Socialista e da Lavoura. Ou isto é governar acima dos partidos ou a má-fé humana é inexorável (OLIVEIRA, 2002: 50).

Os perrepistas continuavam convictos de que a aliança com Getúlio Vargas era a causa principal da cisão entre os paulistas que, antes unidos na Frente

Única⁵⁰, pareciam compartilhar um projeto comum quanto aos resultados nas eleições para Assembleia Nacional Constituinte, em 03 de maio de 1933. Mas, quando, pouco tempo depois, em fevereiro de 1934, Armando de Salles Oliveira fundou o Partido Constitucionalista e carregou consigo membros do Partido Republicano Paulista. Instalou a divisão entre os paulistas. A criação do Partido Constitucionalista foi o divisor de águas: ao incorporar o Partido Democrático e avançar sobre as bases perrepistas, o novo partido sepultava a frágil união ocorrida com a Frente Única, em meio ao debate constitucional. Para os perrepistas, a criação do Partido Constitucionalista abriu nova fenda no campo político.

Na interpretação d' *O Estado de S. Paulo*, os perrepistas, derrotados, alimentavam-se da esperança de que São Paulo retornasse aos moldes da política praticada durante os quarenta anos em que estiveram no poder. Diante da força do novo partido, restava à oposição se apegar ao passado como forma de sobrevivência política. O passado recente - as revoluções de 1930 e 1932 - era o principal argumento para caracterizar como desleal a atuação do grupo de Armando de Salles Oliveira. Cindido e buscando uma maneira de se fortalecer no cenário político estadual, o Partido Republicano Paulista assume para si um projeto que teve por objetivo retornar, como fonte de orientação, aos princípios federalistas de 1891.

Ocorre que as revoluções de 1930 e 1932 tiveram como resultado mudanças na prática política até então vigente que o Partido Republicano Paulista não poderia ignorar caso quisesse se restabelecer no poder. Fazer uso da memória das revoluções para atingir o grupo político do interventor exigia revisar e ressignificar os acontecimentos, selecionando o que deveria ser lembrado ou esquecido. Assim, para o grupo político do jornal *O Estado de S. Paulo*, a Revolução de 1930 representava o fantasma da traição, enquanto a Revolução de 1932 representava a derrota, ressentimentos causados por Getúlio Vargas. Já para os perrepistas, a Revolução de 1930 representava o fantasma da moralização do sistema político que eles haviam corrompido quando estavam à frente do poder. Ou seja, os perrepistas também deveriam ter cuidado com os usos que faziam do passado.

⁵⁰ A Frente Única Paulista (FUP) foi uma aliança política realizada, em fevereiro de 1932, pelos dois principais partidos políticos do Estado de São Paulo: Partido Democrático e Partido Republicano Paulista.

O apego ao passado deveria, então, ceder terreno para o presente. E, a atualização das demandas políticas da oposição diante do novo quadro político era uma necessidade premente. Há, neste sentido, uma clara e engenhosa valorização do passado por meio do Partido Republicano Paulista na medida em que este evoca o regime pré-1930 como modelo de política para governar o país. Mas, apesar de idealizador do passado, o velho partido sabia que não conseguiria ganhar as eleições somente por meio dele. Necessitava de uma vestimenta política nova ou mesmo uma maquiagem que disfarçasse o velho rosto oligárquico. Diante da ascensão do Partido Constitucionalista e de sua possibilidade de voltar ao poder no pleito de 14 de outubro, o Partido Republicano Paulista mudou essencialmente sua maneira de fazer política. Evocava o retorno do pré-1930, mas atualizando-o por meio da adesão de práticas que condenara e combatera durante seus quarenta anos de governo, como a incorporação do voto secreto, a busca pelo apoio da opinião pública e a aliança política com partidos de fora de São Paulo. Tais mudanças também foram alvo de críticas por parte do periódico situacionista.

Renomado jornalista que tinha seus artigos eventualmente transcritos no jornal *O Estado de S. Paulo*, Assis Chateaubriand foi um dos críticos da nova postura política adotada pelo partido da oposição, sobretudo, no que diz respeito à sua adesão à agenda do voto secreto e assim obter prestígio e apoio por parte do eleitorado. A crítica induz a idéia de que, por valorizar o passado, o Partido Republicano Paulista não poderia se modernizar, ou seja, manteria sua identidade ligada ao governo oligárquico. O jornalista em questão afirmava que o Partido Republicano Paulista se mantinha no poder desde 1889, quando da instalação do regime Republicano, formando uma geração de homens de mentalidade totalitária, mas que, agora, repentinamente, se adaptavam às propostas democráticas do voto secreto, dos comícios, das pregações cívicas, das concentrações partidárias. Mudanças que a Aliança Liberal impôs ao Brasil após a Revolução de 1930 e que modificaram a maneira de fazer política. Segundo aquele jornalista:

Acostumado a mandar, desde 1889, ou seja, desde a inauguração do regime, tendo formado uma geração de homens de mentalidade totalitária, o P.R.P., deveria ser um insurrecto, um inadaptado dentro dessa democracia de voto secreto, de comícios, americanizada pelas pregações cívicas, as concentrações partidárias, que a Aliança Liberal afinal impôs ao Brasil oficial de 1933 e 1934. Idéias, costumes, roteiros, maneiras, gostos, tudo está modificado. O ilustre sr. Altino Arantes não fica mais dentro da sua casa mudo e tranqüilo, sem dirigir palavra ao eleitorado paulista, antes, durante e nem depois do pleito. O meio foi subvertido pelo aparecimento turbulento

destas centenas milhares de homens e mulheres, opinando sobre as questões do dia, pedindo explicações, levantando problemas de governo, reclamando soluções administrativas, e coagindo os que detêm o poder a ouvi-las e ceder no que elas exigem. Quando consideramos as bases, em que assentava o prestígio do P.R.P. e vemos hoje a velha agremiação, de lenço encarnado ao pescoço, defensora do voto secreto, meio revolucionária também, a Comissão Diretora pedindo sugestões aos correligionários, é que podemos compreender toda a extensão da vitória das armas liberais, contra a mística autoritária que governou os paulistas durante quarenta anos (OESP, 01/09/1934:12).

Assis Chateaubriand relembra o modo como o Partido Republicano Paulista praticava a política. Um de seus expoentes, o paulista Altino Arantes⁵¹, que não se importava em dialogar com o eleitorado paulista, pois sua ascensão como político estava assegurada pelas fraudes praticadas nas eleições, com a subida dos constitucionalistas ao poder, não mais ficava "dentro de sua casa mudo e tranquilo". Quando no poder, os perrepistas não precisavam se preocupar com a opinião pública, uma vez que o resultado das urnas seria manipulado pelo partido situacionista, prática exercida nas eleições anteriores a 1930. O velho partido teve que ceder às novas exigências condicionadas pela "vitória das armas liberais" contra o governo perrepista, pois, de acordo com *O Estado de S. Paulo*, ocorrera uma mudança na cultura política paulista, com a politização das camadas populares, "com centenas milhares de homens e mulheres, opinando sobre as questões do dia, pedindo explicações". Ao considerar a forma autoritária como o Partido Republicano Paulista governou durante esses quarenta anos e ao ver "a velha agremiação" de "lenço vermelho encarnado no pescoço, defensora do voto secreto, meio revolucionária também, pedindo opinião aos correligionários", Assis Chateaubriand, ao mesmo tempo, criticava os perrepistas e elogiava o governo de Getúlio Vargas, ao ressaltar o alcance das mudanças proporcionadas com a vitória da Aliança Liberal na Revolução de 1930.

O jornalista via nas atitudes do Partido Republicano Paulista uma grande astúcia política ao buscar o Partido Constitucionalista no seu jeito de fazer política, o que acabava por ofuscar e mesmo apagar a imagem do partido, construída no

⁵¹ Altino Arantes foi um dos chefes do Partido Republicano Paulista, eleito governador de São Paulo por este partido no ano de 1916, governando até 1920. Após deixar o governo paulista em 1920, retornou à política como deputado federal, e assim permaneceu até a Revolução de 1930. Com a vitória da revolução de 1930 e Getúlio Vargas no poder, Altino Arantes passa a ser da oposição. Participou ativamente do movimento de 1932, colaborado até mesmo na preparação do plano da luta armada. Com a derrota da Revolução Constitucionalista, exilou-se em Lisboa. Em 1934, de volta ao Brasil, assumiu a presidência do Partido Republicano Paulista (Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro: pós 1930. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. 5v).

passado. Já na leitura dos constitucionalistas, ao aderir uma posição de proximidade com as massas eleitorais, buscando o voto popular, os perrepistas reconheciam, ao menos em algumas de suas ações, que a Revolução de 1930 era a responsável por tais mudanças, pela nova ordem política eleitoral. Não obstante os desmandos praticados fora um acontecimento importante e necessário para São Paulo e o Brasil. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*:

O P.R.P. procura apresentar-se com a replica do Partido Constitucionalista e como é uma replica de algo moço, ele se esforça por se parecer o mínimo com o passado. O que os constitucionalistas fazem também o P.R.P., e com o P.R.P. no governo não obrava, assim era uma força aristocrática, distante das massas eleitorais, o que se verifica é que fazendo em oposição o que o outro faz como governo, ou seja, a caça tenaz do voto popular, o velho partido afinal reconhece que a nossa revolução, de 1930, autora responsável por essa mudança de atitudes cívicas, por nova ordem política e eleitoral, o que produziu de mais revolucionário, de mais lindamente revolucionário, é a toaleta democrática do partido oposicionista que hoje temos em São Paulo.

(...)

Será um jogo de astúcia? Pouco importa. Ele reconheceu que com a técnica antiga não reconquistaria bandeirante (OESP,01/09/1934: 12).

A crítica consistia no fato de que o Partido Republicano Paulista, ao se tornar oposição, passou a agir como os democráticos enquanto estes estavam nessa mesma posição. Por meio da argumentação de Assis Chateaubriand, constatee a intenção do Partido Constitucionalista no sentido de mostrar a artificialidade da mudança. O comportamento do Partido Republicano Paulista manter-se-ia renovado somente até este alcançar as posições de poder, perdidas com a vitória da Revolução de 1930. Depois disso retomaria suas orientações passadas, pois continuava a ser um partido do passado, pré-1930. Assim, os constitucionalistas negavam-se a reconhecer qualquer possibilidade de renovação dos perrepistas.

No artigo *A regeneração de Canudos*, Assis Chateaubriand compara o Partido Republicano Paulista ao líder Antonio Conselheiro e seus seguidores “fanáticos” de Canudos, questionando como o mesmo partido que anteriormente combatera as novidades políticas e filosofias liberais, que liderara a campanha contra a implantação do voto secreto, por se constituir como ameaça a sua permanência no poder, poderia agora ter se regenerado, adotado atitudes liberais. Nas críticas publicadas na coluna *Seção Livre d’O Estado de S. Paulo*, os constitucionalistas acusavam o Partido Republicano Paulista de incoerência, quando este anunciava

“fazer política liberal”, de aderir à da mesma revolução que havia sido justamente feita contra ele. Para o Partido Constitucionalista, embora o Partido Republicano Paulista tivesse sido “catequizado” pelos revolucionários de 1930 na medida em que derrubara e o reformaram, dando a ele o sentido de governo popular, uma verdadeira “empreitada missionária”, foi mudança operada por oportunismo político. Afinal, o Partido Republicano Paulista ainda agia como uma “múmia passadista”, um saudosista como o Antônio Conselheiro, que, como os sebastianistas, ficava à espera de sua libertação por D. Sebastião (OESP, 01/09/1934: 12). Na associação feita, a acusação de que o Partido Republicano Paulista não mudara de fato, mas esperava confiante e fanaticamente pela volta ao passado. Assim, de colocar a Revolução de 1930 como a grande vilã, que havia retirado de São Paulo sua autonomia, foi obrigado a aderir às mudanças por ela provocadas caso quisesse se manter vivo no jogo político. A ideia era mudar para retornar ao poder, de modo que as coisas permanecessem como estavam antes de 1930.

Não por acaso, havia uma particular insistência do Partido Republicano Paulista no que concerne à evocação da perda da autonomia de São Paulo em decorrência da Revolução de 1930 e à rememoração dos “quadros dramáticos de trágicos combates da guerra heróica de 1932”, apesar de seu discurso de mudança programática. Essa evocação e essa rememoração serviram como recurso retórico para mobilizar a imagem de traição junto aos paulistas da política de aproximação entre Armando de Salles Oliveira e Getúlio Vargas. A oposição condenava a adesão do interventor à política do governo federal, representada na figura de Getúlio Vargas, o inimigo público de São Paulo. Para o Partido Constitucionalista, a oposição se refugiava no terreno do movimento armado de 1932, pois foi nele que ela abertamente combateu aquele inimigo e a memória desse feito era mobilizada pelos perrepistas para buscar apoio político e popular para a almejada volta ao passado de “desmandos do Partido Republicano Paulista”. Armando de Salles Oliveira, para afastar-se da identificação de traidor, cuidou de defender a atuação de Getúlio Vargas, descaracterizando-a como a de um traidor e inimigo da ordem constitucional:

A verdade é que nunca percebi a menor vacilação do chefe do governo no prosseguimento da política que ele deliberou adotar nas vésperas do 3 de maio e em que veio ao encontro de nossas aspirações, consagradas definitivamente pouco depois daquele dia de ressurreição paulista (OLIVEIRA, 2002: 87).

O interventor destacava que Getúlio Vargas começara a cumprir com sua palavra: devolveu o governo de São Paulo aos paulistas e a legalidade constitucional ao país. Portanto, não era necessário reavivar os ressentimentos de 1932, prática adotada pelos perrepistas, uma vez que eles, por suas posições reacionárias e oligárquicas, não eram mais os donos do poder naquele momento. O projeto de Armando de Salles Oliveira centrava-se em exercer uma política de restauração da ordem, do prestígio paulista e de grandeza nacional, conforme ele mesmo declarou em discurso pronunciado em Jaú (OLIVEIRA, 2002: 86). Para o político paulista, tais objetivos só poderiam ser alcançados com a permanência dos constitucionalistas no poder. Além disso, a política de confronto com Getúlio Vargas não era a opção que tornaria o projeto viável; pelo contrário. Assim defendia Armando de Salles Oliveira que era muito cedo ainda:

[...] para que se tente escrever a história verdadeira da guerra paulista de 1932, nas suas causas profundas, no seu mecanismo psicológico, esse fenômeno único dentro da história do Brasil e que da história do Brasil faz parte integrante e inalienável. O bem comum, os destinos da nossa terra, a obra, que nos compete, da construção do porvir, exigem e impõem que não sejam revolvidas essas cinzas; que não sejam avivados os mal-entendidos; e, sobretudo, que seja respeitada a memória dos mortos (OESP, 02/09/1934).

Enquanto o jornal *O Estado de São Paulo* defendia a política como "arte do esquecimento", ao desencorajar o reavivamento da memória e da história da Revolução de 1932, "esse fenômeno único dentro da história do Brasil", a oposição relembra os 155 soldados paulistas mortos nesse mesmo evento. Nesse confronto, era necessário ao grupo político de Armando de Salles Oliveira a desmoralização do Partido Republicano Paulista, de modo a desarticulá-lo em suas denúncias de traição ao referir-se à aproximação do interventor e Getúlio Vargas junto a opinião pública. Portanto, percebe-se que a tática adotada pelo órgão de imprensa da situação também residia no uso da memória e da história da oposição, naquilo que comprometia os perrepistas e favorecia os constitucionalistas.

Assim, o jornal *O Estado de S. Paulo* recordou: em 1930, os perrepistas defendiam que não havia discussão possível quanto à escolha do presidente do país, pois, de um lado estava um paulista, de outro um riograndense. Quem em São Paulo não estivesse com Júlio Prestes não era paulista, mas sim traidor (OESP –

07/09/1934: 9). Frente a essas declarações, fica claro que para o Partido Republicano Paulista só interessava a São Paulo uma nação que fosse dirigida por um paulista. A nação, com um paulista na presidência, serviria aos interesses de São Paulo, que na verdade representaria a ponta de lança de um projeto para o Brasil: a reiterada imagem de São Paulo como uma locomotiva, motivo de tanta crítica nos anos que precederam a Revolução de 1930. Sendo o Estado mais forte da federação, São Paulo, para os perrepistas, deveria conduzir o país. Nesse ponto, o projeto político perrepista e o armandista se aproximavam. O grupo de Armando de Salles Oliveira mantinha o diálogo com o governo federal e com os demais Estados da Federação, almejando ocupar o cargo presidencial. Entretanto, no projeto político armandista, São Paulo não seria o único Estado a concentrar a atenção do governo federal, mas o restante do país seria governado de acordo com o modelo nele executado.

Com base na análise das fontes, percebe-se que o Partido Republicano Paulista também estava ciente da necessidade de rearticular sua maneira de fazer política, buscando articulações além dos limites da política do Estado. Em 1934, os perrepistas romperam com a Chapa Única por São Paulo Unido e procuraram alianças fora do Estado, inclusive com os seus adversários de anos atrás. A página de imprensa organizada pelo Partido Constitucionalista afirmava que a oposição estava adaptando-se aos novos tempos, demandas e exigências da sociedade, porém, com quatro anos de atraso. Segundo matéria publicada pelo jornal situacionista em 07/09/1934:

Para coroar a transmutação do P.R.P. de 34 no P.D. de 1930, o sr. João Sampaio sai de S. Paulo para reconstruir a Aliança Liberal, com o mesmo programa e com os mesmos homens. O P.R.P. Alia-se, assim, a P.R.M. e à Frente Única. Põe-se sob a chefia dos srs. Arthur Bernardes e Borges de Medeiros. Está certo? Estão estavam certos os democráticos de 30. Os democráticos estavam errados? Então estão errados os perrepistas de 34 (OESP, 07/09/1934: 9).

O jornal *O Estado de S. Paulo* denunciava que, quando o Partido Republicano Paulista era o partido situacionista, este conferiu diploma de traidor a todos que não apoiaram a candidatura de Prestes, pois sua vitória seria a continuação da hegemonia de São Paulo na federação. Mas, no ano de 1934, estavam os novos opositoristas contra o partido dominante e, portanto, “contra a autonomia do Estado.” De acordo com a própria tese perrepista: o que seria a oposição senão

“traidores”? O Partido Republicano Paulista de 1934 havia se transformado no que foi o Partido Democrático em 1930. Para coroar essa transformação, João Sampaio, um dos chefes do Partido Republicano Paulista, saiu de São Paulo para “reconstruir a Aliança Liberal.”⁵² O Partido Republicano Paulista aliou-se ao Partido Republicano Mineiro e à Frente Única Riograndense, colocando-se sob a chefia de Arthur Bernardes e Borges de Medeiros. Se a nova atitude do Partido Republicano Paulista estava certa, então estava igualmente certo o Partido Democrático de 1930. Se os democráticos de 1930 estavam errados, então estava errado o Partido Republicano Paulista de 1934 - concluiu, assim, o Partido Constitucionalista. O periódico situacionista provocava os perrepistas cobrando-lhes coerência: já que a oposição confessava nos atos que no passado cometeu erros, porque não o confessava também em palavras? (OESP, 07/09/1934: 9).

Conhecedor do passado perrepista, em que o velho partido repudiou alianças políticas com agremiações partidárias de outros Estados, o Partido Constitucionalista destacava a aliança entre o Partido Republicano Paulista, Arthur Bernardes e Borges de Medeiros com o intuito de mostrar sua incoerência política. O Partido Constitucionalista atribuía, de maneira negativa, uma identidade “passadista” e isolacionista ao Partido Republicano Paulista. Na verdade, tanto o Partido Republicano Paulista como o Partido Constitucionalista eram, ao mesmo tempo, beneficiados e também atormentados pelo passado, pois a conquista do poder exigia a formação de alianças com os inimigos de ontem e também a mobilização de ações e imagens engrandecedoras da memória de um e outro partido. Ambos encontravam-se guiados pela vontade de executar seus projetos políticos de poder e a eleição para a Assembleia Constituinte Estadual seria decisiva para tal propósito. Afinal, por meio de seu resultado, o governador de São Paulo seria escolhido. Entretanto, a pesquisa mostrou-me que Partido Republicano Paulista e o Partido Constitucionalista tinham projetos políticos orientados de maneira distinta: enquanto este mantinha um compromisso com o futuro e o passado tornava-se, em alguns aspectos, um problema, já aquele insistia no passado, particularmente no passado pré-1930-1932. Não por acaso, os constitucionalistas defendiam uma política do

⁵² A Aliança Liberal foi formada por membros do Partido Democrático de São Paulo, do Partido Republicano Riograndense, no Rio Grande do Sul, e por mineiros do Partido Republicano Mineiro. Por isso a metáfora com a formação de uma nova Aliança Liberal em 1934.

esquecimento e os perrepistas de reavivação da memória, da política como "arte de lembrar".

O voto secreto havia sido um dos temas evitado pelo Partido Republicano Paulista no passado, mas, em 1934, não era mais possível adotar uma posição favorável a ele. Contrariamente aos perrepistas, já no final dos anos 1920, a adoção do voto secreto foi tema que ganhou atenção nas páginas do jornal *O Estado de S. Paulo*. Este defendia que tal mudança permitiria a moralização dos costumes políticos e mudaria o quadro das representações políticas. O voto secreto seria a arma mais eficaz contra os desmandos eleitorais, já que a máquina eleitoral era controlada pelos partidos dominantes, as eleições eram marcadas por fraudes e violências, procedimentos espúrios que impediam o alcance do poder por parte das oposições. De acordo com o jornal, seria o voto secreto que tornaria possível a mudança da situação vigente, associado à organização dos processos eleitorais. As fraudes eleitorais foi, também, um tema que Armando de Salles Oliveira ressaltou em seu governo, atribuindo o possível fim de tal prática à Revolução de 1930:

Pode-se tentar escurecer os fatos, mas não será possível contestar os erros da política brasileira que preparam, contra os conselhos e os vaticínios das vozes mais eloqüentes do país, o movimento vulcânico que foi a revolução de 1930.

(...)

Proclamem todos os erros dos revolucionários de 1930 e neguem-lhes tudo. Não lhes negarão a instituição do voto secreto, do voto real, do voto como suprema manifestação da dignidade de um povo, do voto respeitado como deve ser respeitado um bem alheio, do voto assegurado como uma magistratura independente, libertada de todas as influencias políticas (OLIVEIRA, 2002: 63).

De início, o grupo político do jornal *O Estado de S. Paulo* não recebeu muito bem a ideia de promover as mudanças políticas desejadas através de um movimento armado que derrubaria um governo legitimamente constituído, mas acabou por apoiar a Revolução de 1930. Esse apoio se deu por entender que, diante da desmoralização dos costumes políticos e o crescente poder do Executivo, essa era a única alternativa. Esperava-se o fim dos abusos políticos cometidos pelas oligarquias dominantes e a ascensão das elites intelectuais ao poder (PRADO; CAPELATO; 1980: 30-39). Conforme deparei das fontes, ainda que os resultados da Revolução de 1930 tenham tomado rumo diferente do esperado, no que diz respeito à relação entre Getúlio Vargas, chefe do movimento, e os paulistas,

políticos do Partido Democrático, é certo que algumas conquistas democráticas haviam sido alcançadas. Essas seriam sempre tratadas por Armando de Salles Oliveira como heranças benéficas da Revolução de 1930. No caso dos perrepistas, o impasse estava em criticar a revolução, os erros dos revolucionários e, ao mesmo tempo, e, contraditoriamente, adotar as mudanças proporcionadas por ela.

Apesar de agregarem ao seu programa partidário as mudanças de prática política trazidas com a Revolução de 1930, a oposição insistia porém na ideia de que Getúlio Vargas e o novo governo instalado haviam prejudicado o Brasil e, particularmente, São Paulo. No dia 05 de setembro de 1934, foi assinado o manifesto das oposições coligadas, dirigido aos eleitores. Tanto o *Correio Paulistano* como o periódico da situação, *O Estado de S. Paulo*, publicaram o manifesto na íntegra:

Depois de ter, durante três anos e oito meses de autoridade discricionária, agravado profundamente a situação do Brasil, Getúlio Vargas fez-se eleger, a si mesmo, para mais um quadriênio, usando dos poderes irrestritos que lhe foram conferidos pela revolução, que resultou da última campanha presidencial, e um de cujos princípios capitais havia sido o da não intervenção do chefe do Estado na escolha do seu sucessor. Excluiu da Assembléia Nacional, que havia de eleger o presidente, os seus adversários mais notórios, suspendendo-lhes, por decreto de sua assinatura, os direitos políticos, o que redundou, por outro lado, em ofender gravemente a soberania da nação, mutilada no exercício de uma prerrogativa essencial, qual seja a da livre escolha dos seus representantes. Isto posto, fez-se sufragar por deputados, eleitos sob o regime de suspensão das liberdades públicas, por interventores nomeados a seu inteiro arbítrio, e que hoje se candidatam, por seu turno, aos governos do Estado. Assim, pois, quando o país assoberbado de dificuldades, estava a necessitar de uma política de paz e de bom senso, compatível com a obra que se impõe de reorganização nacional, o que se lhe oferece é o desafio que um tal estado de coisas evidentemente representa, por isso que, para nos conformarmos com semelhantes processos, poder-se-ia dizer com semelhantes afrontas – sobretudo estando em causa, com os motivos de ordem moral, todos os mais altos interesses do povo brasileiro – seria mister que fossemos uma nação sem civismo, capaz de resignar-se ao retrocesso, mais que ao retrocesso, a humilhação do cativo político. Não o é, nunca o foi o Brasil. Para aqueles entre nós que prestaram o seu concurso ao movimento revolucionário de 1930, o dever de reagir contra uma situação como a atual, impõe-se até como prova da sinceridade e boa fé com que entraram naquele movimento. É certo que o próximo pleito ainda se vai ferir sob o domínio da máquina de ferro, implantada, no decurso de quatro anos, pelo regime ditatorial. Pouco importa. Unidos e solidários, vamos, á sombra da lei, pugnando pelos direitos que a Constituição nos assegura. Os governos dos Estados, candidatos, em geral; á sucessão de si próprios, como foi o da União, não nos podem inspirar, como este, nenhuma confiança. Confiemos nos magistrados que, na União e nos Estados, hajam de responder pelos encargos da Justiça Eleitoral. Se a iniciativa que tomamos, e que este documento representa, merecer, como esperamos, em todas e em cada qual das unidades da Federação brasileira, a aprovação dos elementos políticos que estejam de acordo com os nossos pontos de vista, e cujas assinaturas, em tais termos, consideramos associadas as nossas, seremos,

após a eleição, onde quer que nos conduzam os resultados das urnas, nas assembléias ou nos governos locais, e na representação nacional, uma força organizada ao serviço do país, com que este há de contar em toda a linha, através das incertezas da hora que atravessamos. Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1934. Signatários: Borges de Medeiros, Arthur Bernardes, João Sampaio, J.M. Sampaio Correa, Lauro Sodré, Octávio Mangabeira, Raul Pilla, representado por Baptista Luzardo (Publicado no jornal *Correio Paulistano*, em 07/09/1934: 5).

O jornal *O Estado de S. Paulo* comentou o manifesto das oposições coligadas como uma aliança político-partidária que deixava algo a desejar “do ponto de vista do colorido” (*OESP*, 06/09/1934: 1) e entendia como infundados os pontos nele defendidos. A principal crítica feita pela oposição foi dirigida ao comportamento dos interventores, antes indicados por Getúlio Vargas, reduzidos, portanto, à posição de meros representantes seus, e que agora estavam se candidatando à sucessão do governo de seus Estados. A oposição condenava essa tentativa de perpetuação no poder por parte dos interventores e ressaltava que tal prática havia sido ensinada por Getúlio Vargas. Com efeito, como denunciava o documento, durante os três anos passados desde a tomada do poder, em 1930, Vargas fez eleger a si mesmo para mais um quadriênio, “usando dos poderes irrestritos que lhe foram conferidos pela revolução que resultou da última campanha presidencial” (*Correio Paulistano*, 07/09/1934: 1), pautada justamente no princípio da não intervenção do chefe de Estado na escolha do seu sucessor.

Conforme pude depreender do manifesto, a oposição acusava Getúlio de abuso de poder, quando excluiu seus adversários mais ferrenhos, suspendendo-lhes seus direitos políticos e, posteriormente, quando nomeou interventores a seu livre arbítrio. Tal abuso se acirrou com a candidatura destes interventores aos governos do Estado. A fim de evitar esse futuro, essa “afrota” implantada pelo “regime ditatorial”, impunha-se à oposição “o dever de reagir contra a situação atual”, conclamando a união de todos os que estivessem de “acordo com os seus pontos de vista” a se tornar uma “força organizada a serviço do país”. Para evitar esse “estado de coisas” era imprescindível que o eleitorado votasse, no pleito de 14 de outubro, nas chapas de oposição à situação federal, uma vez que, caso os candidatos apoiados por Getúlio Vargas ganhassem, continuariam a ser representantes de sua vontade nas unidades da federação em que vencessem as

eleições.. Nesse mesmo dia, Getúlio Vargas também registrou sua impressão acerca do manifesto:

O ministro da fazenda contou-me sua palestra, na noite anterior, com os srs. Borges de Medeiros, Collor e Luzardo. Os chefes oposicionistas lançaram um manifesto vazio de ideias e eivado de prevenções pessoais (VARGAS, 1995:, 323).

“Vazio de ideias” e igualmente vincado por “certa hostilidade pessoal” foi também o modo como Assis Chateaubriand também classificou o manifesto das oposições. Escreveu para *O Estado de S. Paulo* comentando o documento que tinha entre os signatários o Partido Republicano Paulista, aspirante à reconquista do poder político. O jornalista chamou a atenção em seu artigo para as seguintes questões: estaria o “velho partido” apto para retomar o poder e conduzi-lo de maneira democrática? Garantiria o Partido Republicano Paulista a execução do conjunto de leis conquistados com a Constituição? Sobre o manifesto, escreveu Assis Chateaubriand:

Se me fosse dado criticar rapidamente a substancia do manifesto das oposições, eu diria apenas que o sinto iscado de certa hostilidade pessoal e um pouco pobre de ideologia. No final de contas, ele não abre a estrada real nem as clareiras por onde irá marchar o bloco oposicionista. Quais os rumos por onde ele vai? Que pretende? Com que idéias se propõe dirigir o Brasil? Alguns dos chefes, que assinavam o presente manifesto, tinham, há quatro meses, o general Góis Monteiro como seu candidato á presidência da Republica. O ministro da guerra é um descrente na democracia liberal. Os seus antigos eleitores serão partidários do Estado autoritário do general Góis Monteiro ou do Estado Liberal do sr. João Sampaio? (OESP, 07/09/1934, p. 11).

O jornalista apontava a fragilidade ideológica e programática do Partido Republicano Paulista, ao sublinhar a falta de clareza quanto ao seu projeto para o Brasil, os rumos e a condução pretendida para o país. As críticas em relação às escolhas políticas do Partido Republicano Paulista iriam se intensificar com a definição do programa com o qual ele disputaria as eleições de 14 de outubro. *O Estado de S. Paulo*, afinando-se com o discurso de Getúlio Vargas, comentou que, do ponto de vista doutrinário, o documento era desprovido de ideias, pouco interessante ideologicamente, pois apenas se limitou a adotar os princípios consagrados pela Constituição vigente, convergindo desta somente em pontos secundários. Tendo por base a falta de divergência do novo programa perrepista

com as diretrizes da Constituição vigente, o Partido Constitucionalista ironizava a posição opositora daquele, ao sublinhar sua falta de coerência e, sobretudo, de ideias, haja vista que embora estivessem satisfeitos com a Constituinte de 1933, ao menos nas suas partes essenciais, mesmo assim levantavam a bandeira revisionista.

Para evidenciar isso, o jornal situacionista mostra como, em seu programa, o Partido Republicano Paulista tratou da questão social, que antes era vista como “caso de polícia”, aderiu também ao direito à greve, sendo partidário da representação profissional nas assembleias legislativas: “por um golpe de mágica os perrepistas se transformaram, de um momento para o outro, em entusiastas apologistas e defensores da obra revolucionária” (OESP, 08/09/1934: 8). Além disso, em seu apego à volta ao passado, a oposição inseriu em seu programa conquistas que não eram suas: a eleição proporcional, o voto secreto e o voto feminino. A crítica dos peceístas consistia em alegar que custava crer que um partido, abatido por um golpe revolucionário, adotasse sinceramente a ideologia da própria revolução que o derrubou. Como observado na pesquisa feita, o esforço do Partido Republicano Paulista estava muito mais concentrado em criticar as ações de Armando de Salles Oliveira e o Partido Constitucionalista, do que apresentar um programa partidário solidamente fundamentado e que tivesse chances reais de vencer o pleito de 14 de outubro. Nessa direção, parece-me que “o vazio de ideias” e a presença de ressentimentos pessoais marcavam qual era finalmente o projeto político dos perrepistas: uma tentativa desesperada de retomar o poder que, a cada sinal de fortalecimento dos constitucionalistas, parecia mais distante.

Para o Partido Constitucionalista, o Partido Republicano Paulista, sentindo a sua impopularidade, resolveu adotar as ideias “modernas” de seus adversários, esperando mobilizar os eleitores e obter os seus votos nas próximas eleições. Armando de Salles Oliveira atribuiu a mudança de comportamento dos perrepistas a uma tentativa desesperada de não morrer politicamente:

A morte política, ao que parece, é mil vezes pior que a própria morte. Por isso aqueles homens, que tantas ocasiões perderam de servir utilmente a sua terra, inculcam-se agora como santos entre os mais santos, capazes entre os mais capazes, robustos como os mais jovens e, envolvidos nas pesadas e escuras brumas da saudade, cortejam pela primeira vez a opinião pública (OLIVEIRA, 2002: 103).

Diante disso, como mostrei anteriormente, será do passado que o jornal situacionista também fará uso, lembrando aos eleitores o tradicional comportamento dos perrepistas, por ocasião da proximidade de um pleito eleitoral. O periódico *O Estado de S. Paulo* reservou um espaço diário para publicação de uma tira intitulada *História Retrospectiva*, em que o passado de fraudes eleitorais do Partido Republicano Paulista era objeto de constante rememoração de modo a desmascarar, desconstruir, desestabilizar a nova imagem pretendida pelos perrepistas: a de um partido novo, moderno, democrático.



(Imagem publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 30/09/1934: 12).

Por meio de palavras, mas também de imagens, é visível o investimento discursivo do jornal *O Estado de S. Paulo* na formação da opinião pública acerca da artificialidade da renovação do Partido Republicano Paulista. É o que se apreende tanto da charge como do artigo intitulado *Os puritanos da República Nova*, publicado pelo jornal situacionista que critica a aludida renovação, ao afirmar que “o diabo depois de velho fez-se ermitão. Apeado de poder, o P.R.P. se fez campeão das liberdades publicas” (OESP, 04/09/1934: 14). No artigo, o Partido Constitucionalista faz uso da memória de como os perrepistas antigamente se portavam diante de uma

campanha eleitoral, de modo a contrastar com as práticas atuais do Partido Republicano Paulista de 1934:

Os mesmos homens que pela truculência e pela fraude organizavam as unanimidades mássicas realizavam as eleições de Piracicaba e as chacinas de Palmital, fabricavam as atas falsas, alistavam em massa os estrangeiros e desenterravam os defuntos no dia de eleição, transformaram-se em mansos cordeiros que pregam a humildade cristã, a moralidade eleitoral, o voto secreto, a representação das minorias e a tolerância política. Jornais e oradores perrepistas andam inflamados do mais puro liberalismo e do mais ardente e generoso sentimento de fraternidade humana. O "Correio Paulistano" regenerou-se e é hoje defensor do povo, outrora tratado a espadeiradas e a pata de cavalo. Os que se banquetearam á custa do Tesouro andam tão zelosos pelo emprego dos dinheiros públicos que a cada viagem do interventor perguntam, aflitos, de onde saiu o numerário para a despesa (OESP, 04/09/1934: 14).

Na matéria veiculada, destaca-se o "modus operandi" dos perrepistas no poder. Suas práticas violentas e autoritárias não constituíam, é claro, assunto do *Correio Paulistano* que, do passado, insistia somente em recordar a posição autônoma de São Paulo diante do país e de sua disposição para manter essa posição, mesmo se para isso fosse preciso pegar em armas, como em 1932. O órgão de imprensa dos perrepistas cultivava a memória desse passado e silenciava outras que não lhes eram conveniente lembrar. Falava em nome da democracia, mas continuava a tratar com normalidade o fato de terem permanecido no poder por mais de 40 anos e os meios utilizados para tal permanência.



(Imagem publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 16/09/1934: 13).

Na charge acima, publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em 16/09/1934 são mobilizadas imagens para lembrar e ensinar aos eleitores o modo incoerente e, sobretudo, astucioso de fazer política dos perrepistas. Estes, antes se portavam como coronéis e agora estavam travestidos de santos.

De acordo com o Partido Constitucionalista, quando surgiu o Partido Democrático em São Paulo, o Partido Republicano Paulista se assombrou com a existência, pela primeira vez, de um forte partido de oposição. E, “no seu espírito de jecatatuísmo”, os perrepistas começaram com a prática de atentados a fim de impedir a existência de um único partido de oposição em São Paulo. Os próprios chefes perrepistas “mais inteligentes e mais cultos, ficaram impregnados desse ambiente de jecatatuísmo” como, por exemplo, Altino Arantes, um homem de “talento notável e cultura vastíssima” (OESP – 05/09/1934: 9).

Outro artigo do jornal *O Estado de S. Paulo* destaca que, em fins de agosto de 1930, Altino Arantes fora incumbido por Antônio Carlos de Andrada, presidente de Minas Gerais, de levar a Júlio Prestes a proposta de adesão à política mineira e riograndense. Adesão que, na opinião do grupo de Armando de Salles Oliveira, caso fosse aceita, teria evitado em absoluto a Revolução de 1930. Para os constitucionalistas, Altino Arantes sabia perfeitamente que a Revolução de 1930 se deu em consequência da intransigência de Washington Luís e Júlio Prestes. Estes não quiseram aceitar, depois da eleição de 1º de março de 1930, a adesão sem condições tal como foi oferecida pelos partidos Republicano Rio Grandense e Republicano Mineiro. Apesar de estar ciente desses fatos, Altino Arantes em discurso proferido em Ribeirão Preto, não receou em afirmar que foram os democráticos que abriram as portas de São Paulo “aos inimigos deste Estado.” Os constitucionalistas entendiam que era condição essencial de um país civilizado a mudança de tempos em tempos do governo vigente, citando o exemplo da Inglaterra, da França e dos Estados Unidos. Entretanto, no Brasil, a mentalidade “jecatatuísta” do Partido Republicano Paulista não concebia sua saída do governo, a alternância entre os partidos no exercício do poder e nem mesmo que houvesse um partido de oposição.

O grupo de Armando de Salles Oliveira condenava o longo tempo em que o Partido Republicano Paulista se manteve no poder e atribuía a responsabilidade por todas as humilhações que São Paulo sofreu depois de 1930 à sua mentalidade

provinciana de “jeca-tatu”⁵³ na política (OESP – 05/09/1934: 9). O periódico situacionista lembrou que os perrepistas não quiseram participar da frente única que José Carlos Macedo Soares tentou realizar nos primeiros meses do ano de 1931, com a aprovação de Getúlio Vargas, para que este pudesse nomear um interventor civil e paulista - o que só poderia ser feito desde que todos os partidos políticos paulistas se unissem em um bloco para fazer frente aos militares. Mas o Partido Republicano Paulista evitava qualquer aproximação com o Partido Democrático por não conseguir aceitar a existência de um partido adverso, “não compreendendo que a essência da democracia consiste na pluralidade de partidos políticos” (OESP – 05/09/1934: 9). Com base na análise dos discursos de Armando de Salles Oliveira, percebi que a defesa da existência de vários partidos políticos foi um tema sempre presente em seu modo de ver a política. Acreditava o interventor que a busca pela formação de partidos políticos, bem organizados e com programas bem definidos era o único meio capaz de manter viva a democracia e não deixar que o país caísse no despotismo, seja de uma pessoa só ou de um único partido (OLIVEIRA, 2002: 46-7).

O *Estado de S. Paulo* também discordou do modo insistente como o jornal oposicionista classificava os constitucionalistas de getulistas. O *Correio Paulistano*, para comprovar sua tese, publicou ou comentou quase que diariamente a fotografia de Armando de Salles Oliveira e Getúlio Vargas, entre sorrisos e de mãos cerradas. Como defesa, o Partido Constitucionalista alegava que os perrepistas também estavam traindo seus princípios e seu passado ao constituir alianças com inimigos do passado, numa referência à aproximação entre o Partido Republicano Paulista, Borges de Medeiros e Arthur Bernardes, bem como à mudança repentina de sua atuação política:

⁵³ O termo “Jeca Tatu” faz referência ao personagem criado por Monteiro Lobato, cujas primeiras aparições se deram no jornal *O Estado de S. Paulo*. Em novembro de 1914, Monteiro Lobato, ainda proprietário de uma fazenda que herdara de sua família, por meio de suas observações do caboclo, escreve o artigo “Velha Praga”, que o jornal *OESP* publicou lhe trazendo grande notoriedade. Em “Velha Praga”, Lobato descreve as queimadas periódicas provocadas pelo caboclo, este é batizado pelo autor de “Jeca Tatu”. O Jeca-Tatu era o caboclo que, diante dos acontecimentos e mudanças do país, nada fazia, em nada se despertara, apenas erguia-se, espiava, mas continuava de “cócoras, a modorrar”. Em todos os atos da vida, o Jeca Tatu, antes de agir, acocorava-se. Explorava a terra e, quando esta nada mais lhe oferecia, partia em busca de outra a explorar. Neste sentido, o PC comparava a mentalidade do PRP a do Jeca Tatu, ou seja, uma mentalidade atrasada, interessada somente em retirar o seu sustento, defender seus interesses momentaneamente, sem pensar no amanhã e no que se passava no restante do país. Como imagem do mundo rural, Urupês retratava o caboclo incapaz de aceitar mudanças. Tal perspectiva é transferida pelos peceístas para a política, com o intuito de criticar o PRP. (LOBATO, Monteiro. Urupês. 1962).

Aí está a razão por que, quando a oposição é chamada a esclarecer suas doutrinas, suas idéias, ela tira o corpo e revida com o mais feroz personalismo. Mais fácil lhe é publicar algumas fotografias para desorientar o povo, do que dizer lealmente que idéias sustentam, qual a sua linha de coerência, quais as suas finalidades e qual a sua doutrina (OESP, 14/09/1934, pág: 7).

Desde o início da campanha ao governo constitucional, a principal arma da oposição em São Paulo foi a solidariedade do grupo armandista com governo de Getúlio Vargas, que continuava a ser tratado pela oposição como ditador. O aperto de mãos entre Armando de Salles Oliveira e Getúlio Vargas era a imagem síntese, emblemática, da traição dos constitucionalistas, usada pela oposição perrepista (OESP, 14/09/1934: 7). Não havia um comício, uma caravana, em que o assunto não voltasse a ser veiculado, sob a forma de artigos na imprensa, ou profundamente ilustrado em letreiros, em cartazes, em fotografias, por todos os meios, ao alcance da publicidade. Mas os peceítas reiteravam: São Paulo não aderira à ditadura assim como acusava o matutino oposicionista, foi a ditadura que pereceu perante São Paulo:

São Paulo fez a revolução constitucionalista, “num holocausto que tornou inadiável a convocação da Constituinte.” Vencido pelas armas, venceu pelas urnas e teve reconhecido por isso seu direito a um governo próprio. Assim se formou aqui o esteio em que se havia de apoiar firmemente o movimento legalitário que, sem ele, não teria possibilidade de vitória sobre as forças extremistas que desejavam o prolongamento do regime discricionário. Esse movimento orientou-se firmemente a nossa bancada, que foi um dos mais altos e mais sólidos fulcros da assembléia. E quando chegamos ao termo da tarefa, com o triunfo, os nossos antigos adversários pediram a nossa cooperação, confiando-nos funções, não de caudatários, mas de guias, para que nós mesmos aplicássemos a Constituição pela qual nós batemos e que tanto ajudamos a fazer. A argumentação da oposição de que há uma ditadura a combater é falsa, pois o que há é um regime constitucional a consolidar. (OESP, 15/09/1934: 8).

Entre 1930 e 1932, quando o grupo político do jornal *O Estado de S. Paulo* já estava descrente das promessas de Getúlio Vargas de entregar aos paulistas o governo do Estado, o governo provisório também foi chamado de ditadura pelo periódico. Mas, com os constitucionalistas à frente do governo, era necessário não só afastar essa ideia, assim como romper a identificação de Armando de Salles Oliveira com a imagem de Vargas como ditador. Portanto, quando o periódico oposicionista *Correio Paulistano*, através do uso abusivo do passado, insistiu na publicação da fotografia que registrou o aperto de mãos entre Armando de Salles

Oliveira e Getúlio Vargas, *O Estado de S. Paulo* se defendeu dando sua interpretação do momento político. Assegurar a Constituição e o comando de São Paulo era a resposta que o grupo político de Armando de Salles Oliveira deu à oposição, no episódio do "aperto de mãos" com Getúlio. A fotografia assim foi também publicada no periódico situacionista, com o engenhoso intuito de dar sua leitura dela e, sobretudo, que prevalecesse a sua versão dos fatos:

Assim como o excesso da prova acaba “provando contra”, assim o excesso do ataque termina por ser uma defesa... Um dos grandes elementos de exploração perrepista contra o chefe do governo de São Paulo, consistiu na publicação insistente de uma fotografia em que aparece o chefe do executivo estadual cumprimentando o chefe do executivo federal (*OESP*, 26/09/1934: 11).



(Imagem publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 26/09/1934: 11).

Para o Partido Constitucionalista, a crítica da oposição em relação à aproximação de Armando de Salles Oliveira com Getúlio Vargas revelava particularmente o seu oportunismo. Bastaria o chefe do governo federal oferecer cargos aos perrepistas e as críticas cessariam. “Queira o presidente da República e em 24 horas obterá a adesão dessa oposição cujos rancos de altivez são na realidade rancos de estômago vazio” (OESP, 04/09/1934: 11). Os esforços do Partido Republicano Paulista para desmoralizar o Partido Constitucionalista não teriam, assim, fundamento, se davam apenas pela impossibilidade da oposição recuperar o poder, ou, pelo menos, dele compartilhar. Armando de Salles Oliveira reiterava em seus discursos os motivos de sua aproximação com Getúlio Vargas, além de defender a imagem do mesmo, que agora estaria cumprindo com suas promessas aos paulistas:

Basta-me, porém, a convicção de que, não recusando em nome de São Paulo os mais pesados encargos da política nacional, eu agia de acordo com os melhores filhos desta terra. O mais forte espírito de todos eles é a ambição de ver São Paulo projetar seu brilho na vida de toda a nação. Por isso não hesitei quando o presidente da República, oferecendo a São Paulo duas pastas de responsabilidade, acentuou que, com a da Justiça, ele entregava aos paulistas a segurança e a tranquilidade do próprio governo. Os que meditarem no alcance que teve meu gesto, aceitando os dois postos da mais alta importância num ainda tão cheio de dificuldades, só o poderão medir pelo do gesto do presidente da República: o sr. Getúlio Vargas completa agora a política iniciada em 1933, quando, nomeando-me interventor, pôs em minhas mãos as chaves com que afinal, depois de dois anos com terríveis provações, recuperamos a nossa autonomia (OLIVEIRA, 2002: 105).

As duas pastas ministeriais concedidas aos paulistas do Partido Constitucionalista foram motivo de críticas por parte da oposição, mas, que, para Armando de Salles Oliveira, indicavam o alcance do seu projeto político: São Paulo estava conquistando posições no governo federal. Para contrapor-se ao comportamento conciliador dos constitucionalistas, que, a meu ver, optaram por esquecer as recentes desavenças com o governo provisório, o Partido Republicano Paulista criou para sua campanha um bordão: “o P.R.P. não esquece, não transige, não perdoa”. Para o jornal situacionista, o que os perrepistas não perdoavam era o governo federal, a Constituinte e o governo paulista de Armando de Salles Oliveira terem instituído o voto secreto, “isto é, a corda que enforcaria de vez a velha mentalidade perrepista” no pleito de 14 de outubro. E não transigiria com “essas

coisas de leis para operários, de concessões para os proletários e de eleições com votos de verdade” (OESP, 04/09/1934: 11). Os perrepistas pregavam a volta ao passado, mas evitavam comentar sua atuação nele. Falavam em democracia, mas carregavam o ônus de práticas oligárquicas que permitiram ao partido quarenta anos no poder. A estratégia de utilizar a memória das revoluções de 1930 e 1932 como arma em campanha política tornou-se uma faca de dois gumes para os perrepistas. O que era selecionado para ser esquecido, em meio ao momento de disputa política, era imediatamente tomado pelo adversário para ser lembrado.

No dia 16 de setembro, o interventor Armando de Salles Oliveira concedeu uma entrevista ao *Correio da Manhã*, cedida ao jornal *O Estado de S. Paulo* para transcrição. Ao ser questionado sobre a política que vinha exercendo em São Paulo, Armando de Salles Oliveira afirmou que, depois dos abalos sofridos no pós-1930, São Paulo queria duas coisas: paz e Constituição. Com base nesses desejos dos paulistas, o interventor trabalhou pela garantia da Constituição e pelo apaziguamento dos ânimos. O entrevistador do *Correio da Manhã* questionou Armando de Salles Oliveira acerca das relações com o governo federal, alegando que poucas tinham sido as críticas que lhe faziam sobre atos administrativos - todos os ataques visavam preferencialmente às relações do interventor com o governo federal. A resposta do interventor foi extensa e clara:

Não sei o que se me pode censurar, nesse ponto. Entrei em relações com o governo federal por expressa deliberação das correntes políticas que constituíram a frente única, e entre às quais se achava a que ora me combate. Indicado por essas correntes para o cargo de interventor em S. Paulo, em uma lista na qual figuravam outros nomes de mais relevo do que o meu, fui escolhido para o cargo pelo ditador de então. Vim, portanto, para o governo, como representante daquelas correntes políticas e como delegado do governo provisório da nação. Não podia, nestas condições, evidentemente, dada a natureza especial da minha investidura, assumir o cargo e romper as relações com o governo federal. Se o fizesse, mereceria que me transportassem imediatamente do Palácio do Governo para o Hospital de Juquery. Além disso, como poderia reconquistar para S. Paulo tudo quanto a ditadura lhe tinha tirado, e era esse um dos objetivos principais do meu governo, se não mirasse um entendimento com as autoridades federais e principalmente com o chefe da Nação, máxime quando este, por atos contínuos e inequívocos, estava revelando, dia a dia, a vontade inabalável de curar todas as feridas de São Paulo e de lhe outorgar tudo quanto os seus interesses e a sua dignidade reclamassem? É possível que, entre os meus adversários, houvesse alguém com a habilidade maravilhosa de conseguir do Governo Federal tudo isso, agredindo o chefe da nação e rebelando-se contra a sua autoridade. Confesso lisamente que, por infelicidade minha, não tive essa habilidade... Promulgada a Constituição, e solicitado pelo chefe constitucional da República o concurso de São Paulo para a sua administração, eu trairia os interesses do meu Estado se lhe recusasse esse concurso. Com a

promulgação da Constituição, iniciava-se uma nova era na vida política do país e nessa nova era o que seria estranhável não era o concurso de São Paulo, mas a ausência desse concurso. A própria fidelidade á ideologia que o levou aos campos de batalha, impunha a São Paulo o dever e colaborar com o novo governo constitucional do Brasil. Se ele tinha ido para a luta com o fim de forçar a ditadura a abreviar a sua duração e a restabelecer o regime constitucional, cumpria-lhe, conseguido esse objetivo, apoiar o governo que se organizasse de acordo com a nova lei, salvo se esse governo se inaugurasse rompendo em hostilidades, contra o Estado. Se, em vez disso, esse governo lhe estendeu a mão, pedindo-lhe a sua colaboração, São Paulo daria a mais solene prova de inépcia política de que houvesse notícia na história universal, se lhe recusasse essa colaboração. Se, na campanha constitucionalista, se declarou em alto e bom som que a luta não era contra a pessoa do ditador, mas contra o regime ditatorial, não se compreenderia que, destruído esse regime e restabelecido o constitucional, São Paulo, no momento em que o seu ideal se tornava completamente vitorioso, abandonasse todos os frutos dessa vitória. O que eu fiz, dando ao governo Constitucional do Brasil a colaboração que ele pediu a São Paulo, é o que faria qualquer homem publico que tivesse a cabeça no lugar. (OESP, 16/09/1934: 6).

O “bravo matutino” afirmava ser necessário que um paulista civil e patriota libertasse São Paulo do passado e o fizesse esquecer os tormentos provocados pelos usurpadores. Só assim o Estado estaria pronto para a renovação. Tal como os perrepistas também Armando de Salles Oliveira fez uso do passado para cooptar apoio eleitoral, mas "organizou" esse passado com vistas ao futuro, abrindo novas perspectivas. Vencer as eleições de 14 de outubro seria dar continuidade à renovação que se iniciou com a sua entrada na interventoria do Estado. Seria, também, o esquecimento dos velhos sofrimentos suportados pelos paulistas antes de 30 e a redenção dos martírios de 31 a 32 (OESP, 02/10/1934: 14). O jornal destaca que os homens que formaram o Partido Constitucionalista foram também os que combateram Getúlio Vargas quando ele era ditador. No momento em que os direitos de São Paulo a um governo civil e paulista foram reconhecidos pelo chefe do governo, os constitucionalistas não lhe recusaram cooperação. Transigir, cooperar e conciliar seriam as palavras chave dessa política de aproximação com o governo federal.

Assim, o Partido Constitucionalista afirmava que, para as eleições de 14 de outubro, cabia ao eleitor decidir entre São Paulo voltar ao regime perrepista ou optar por uma real mudança já anunciada desde a entrada de Armando de Salles Oliveira na interventoria. No novo regime, todos os partidos poderiam formar-se, crescer e produzir seus efeitos. O grupo do interventor dava mostras de vontade de uma pluralidade de partidos, condição definidora da democracia. Assim, em outubro, dois

grupos se enfrentariam nas urnas: o dos perrepistas e o dos anti-perrepistas. Os primeiros eram representados pela “mentalidade para a qual todos os meios são bons: quando os fins convêm aos políticos” (OESP, 07/09/1934: 9) Em política, o perrepismo era a eleição em que os eleitores saiam do cemitério para votar, com atas falsas, pressão policial e cabos eleitorais “sórdidos que envergonhariam gângsteres americanos” (OESP, 07/09/1934: 9). Próximo do pleito de 14 de outubro, o jornal situacionista deixou seu apelo: “em outubro, paulista por nascimento ou pelo coração, – Você vai votar no Partido Constitucionalista, porque você sempre foi bom, sempre foi justo e sempre foi inteligente” (OESP, 07/09/1934: 9). Percebe-se, portanto, que se estabelecia uma separação nítida entre passado e presente, condenando o Partido Republicano Paulista a permanecer em algum lugar do passado. Parecia que os perrepistas teriam sucumbido ao peso do seu passadismo. Já Armando de Salles Oliveira estava conseguindo executar seu projeto paulista, mas não a um baixo custo. A memória da Revolução de 1932, tão cara aos paulistas, se distanciava dos peceístas.

3.3. São Paulo como vitrine para o Brasil e o projeto político de Armando de Salles Oliveira

O projeto político do grupo armandista já estava sendo executado na capital paulista, fazendo desta uma vitrine, uma amostra do que seria o Brasil sob o governo paulista peceísta. No projeto armandista priorizava-se a necessidade de o país modernizar-se por meio de um sistema de educação, por uma política de cultura e partidos políticos ferreamente disciplinados (OLIVEIROS, 2007: 140). Neste sentido, em 25 de janeiro do ano de 1934, data do aniversário de São Paulo, Armando de Salles Oliveira assinou o decreto-lei instituindo a primeira universidade “cientificamente estruturada” do país (SILVA, 1980: 117). Para além dele, estavam envolvidos na fundação da universidade Paulo Duarte e Julio de Mesquita Filho.

Paulo Duarte narrou detalhadamente as iniciativas envolvidas na criação da universidade. Foi organizada uma comissão para discutir sua formação, composta por Henrique da Rocha Lima, Fernando Azevedo, Vicente Ráo, F.G. Fonseca Teles, André Dreyfus e Teodoro Ramos, que partiram para a Europa em busca de

elementos jovens para comporem a universidade. Dentre os primeiros professores estrangeiros, estavam: Paul Arbousse Bastide, Whatagin, Breslau, Rhein Arbousse, De Fiore, Honorato, Levi-Strauss, Mombeing, Roger Bastide, Bonzon, Ernst ,Marcus, Perroult e Magriet. A Faculdade de Filosofia recebeu maior importância, pois, sob a perspectiva de Armando de Salles Oliveira - compreendia a cabeça da universidade. Ela ensinaria o estudante a pensar e “quem não aprender a pensar, não pode fazer parte de uma universidade” (DUARTE, 1976: 68). Para Duarte, a universidade era idealização de Julio de Mesquita Filho. Todavia, ainda que idealizada por ele, a criação da mesma só foi viável graças ao fato de Armando de Salles Oliveira estar no poder na ocasião. Afinal, a universidade também era parte do seu projeto.

Antônio Carlos Pacheco e Silva, deputado da bancada paulista de 1934, declarou ter convivido com Armando de Salles Oliveira e publicou a biografia do interventor, em 1966, com o apoio de Assis Chateaubriand. Num dos capítulos, intitulado “Foi este o homem que fundou a Universidade de São Paulo”, Pacheco e Silva revela alguns pensamentos de Armando acerca do porque de se criar a universidade:

É que tinha ele bem presente em seu espírito atilado e na sua visão clarividente, o que iria representar a Universidade de São Paulo na vida paulista e brasileira, como um verdadeiro cérebro, integrando a ciência e a técnica, para forjar uma elite intelectual capaz de orientar todas as classes sociais (SILVA, 1980; 118).

No discurso proferido em Araras, em 22 de abril de 1934, Armando de Salles Oliveira tratou do tópico Administração e Cultura, mostrando qual papel exercia a universidade na política do país:

Ao lado destas questões de pura administração, cuidou o governo da questão máxima, a da cultura, e criou a Universidade de São Paulo. Com a Universidade se implantará a vigorosa estrutura cultural em que assenta a independência dos grandes povos. Com a Universidade adquiriremos, pelo conhecimento que nos vai de nossos recursos e de nossas necessidades, a exata consciência de nós mesmos. Com a Universidade, prepararemos as classes dirigentes sem as quais não será possível enfrentar os vastos problemas de um grande Estado moderno e, abrindo o leito para as novas correntes de pensamento, daremos àqueles problemas a solução verdadeiramente nacional (OLIVEIRA, 2002: 70).

A Universidade seria, então, instrumento do governo, formando homens capazes de governar. Humberto Campos, cronista que Armando de Salles Oliveira

admirava, revelou em crônica um diálogo que manteve com o interventor sobre a Universidade:

A Universidade cria as elites e a crise brasileira não é popular, mas das classes superiores, não é das massas, mas dos que devem dirigi-las e não se acham preparados nem conjugados para lhes imprimir direção... São Paulo compreendeu isso e vai iniciar a grande marcha. A Universidade que estamos fundando, servida por especialistas eminentes, vai formar e disciplinar para a vida pública, para as necessidades de sua política e de sua ciência, a primeira geração homogênea, depois da República. Saídos dos mesmos bancos, orientados pelas mesmas idéias, sob influxo dos mesmos líderes do pensamento humano, as vindouras gerações paulistas constituirão legiões serenas e esclarecidas que se oporão, em conjunto, a anarquia mental que ameaça a destruir a civilização em nossa terra. (SILVA, 1980: 120).

O projeto consistia em uma universidade que formasse intelectualmente as lideranças dirigentes e pensantes de São Paulo e do Brasil, saídas "dos mesmos bancos" e orientadas "pelas mesmas ideias". Além disso, o projeto priorizava a organização de partidos políticos disciplinados, diferentemente dos até então existentes. Daí a fundação do Partido Constitucionalista. No discurso proferido em Guaratinguetá, próximo ao pleito de 14 de outubro, Armando de Salles Oliveira apresentou seu pensamento sobre a existência dos partidos políticos:

O que se impunha entre nós não eram, entretanto, problemas de administração, mas o político. É impossível realizar uma administração sã e eficaz se ela não se apóia nas ideias e na ação de um vigoroso partido. Sendo difícil a execução de um largo programa de administração dentro de um curto período de governo, a continuidade dessa execução subordina-se à constância de ação do partido. O impressionante desequilíbrio dos últimos governos constitucionais de São Paulo nasceu da decadência do Partido Republicano, que abdicará a sua autoridade nas mãos dos chefes do Executivo.

(...)

Fundar um grande partido, que, filiado diretamente à nossa revolução, reunisse não somente os grupos partidários como os homens que, isentos de saudade do passado, desejassem dar a São Paulo uma forte política de reconstrução e de fé. Foi o que desde logo compreenderam diversos homens de responsabilidade na política paulista. Surgiu o partido de renovação, feito para São Paulo, feito para o Brasil, feito para ação (OLIVEIRA, 2002: 209-10).

Ao lado da Universidade de São Paulo, estaria o Partido Constitucionalista. Juntos formariam lideranças políticas capazes de dirigir o Brasil. Como experiência piloto do projeto político pensado para São Paulo e o Brasil por Armando de Salles Oliveira, foi escolhida a cidade de São Paulo, que se torna então a vitrine do

governo paulista. Para tanto, foram realizadas mudanças em sua administração e obras de urbanização da cidade.

Ao brasileiro que, num momento de dúvida, quiser revigorar a confiança no futuro do Brasil, darei com convicção o conselho de empregar alguns dias numa visita à terra paulista. Banhado pelo ar de nossas culturas e de nossos campos, ele voltará de São Paulo com um otimismo que nunca mais o abandonará (OLIVEIRA, 2002: 66).

Ainda em agosto de 1934, Armando de Salles Oliveira indicou, para prefeito da cidade, Fábio Prado⁵⁴. A indicação desse político que, além de ter participado ativamente da Revolução de 1932, onde lutou pela autonomia de São Paulo, transmitia a imagem de um administrador moderno e ligado à indústria, associado à criação da universidade, provocou expectativas de novos tempos entre os paulistas. A ocupação do governo por esta parte da elite paulista concretizava o sonho discutido por eles nos jantares regados a ideias, mencionados por Paulo Duarte, que a princípio se opôs ao envolvimento de Armando de Salles Oliveira com Getúlio. Para o memorialista, aproximar-se do “diabo” era colocar em risco a causa revolucionária. Maria Ruth Amaral de Sampaio descreveu a administração da capital paulista a partir de uma entrevista concedida ao jornal *O Estado de São Paulo* por Fábio Prado, em março de 1936. Na entrevista, que durou sete dias, e que a autora considerou uma das fontes mais significativas acerca da atuação de Fábio Prado, este concedeu longos depoimentos acerca de suas realizações, com as obras já concluídas, outras sendo realizadas e também os projetos que ainda estavam no plano das ideias, mas que já se tornavam públicos. (SAMPAIO, 1999: 43).

Paulo Duarte, chamado pelo próprio Fábio Prado para ser seu chefe de gabinete, narrou minuciosamente seu trabalho ao lado do prefeito na capital. As metas estabelecidas pelo prefeito e seu parceiro de administração consistiam em: reorganizar o sistema administrativo municipal, abalado por anos de instabilidade política; regulamentar o funcionalismo público, estabelecendo concursos com regras claras; reorganizar as finanças públicas, investindo parte delas em cultura. A

⁵⁴ Fábio da Silva Prado nasceu em São Paulo, membro de uma tradicional família de fazendeiros do café, os Silva Prado. Diplomou-se em engenharia industrial na Escola Politécnica de Liège, Bélgica. Posteriormente, tornou-se presidente de importantes companhias como, por exemplo, a Companhia das Terras Norte do Paraná, Cotonifício Rodolfo Crespi, de propriedade do seu sogro e a Companhia Mojiana de Estradas de Ferro. Foi ainda diretor do Banco Mercantil de São Paulo e da Federação de Indústrias do Estado de São Paulo. Fábio Prado ingressou na vida política como vereador na Câmara Municipal de São Paulo, assumindo a prefeitura em 1934, durante a interventoria de Armando de Salles Oliveira. (SAMPAIO, Maria Ruth Amaral. *São Paulo 1934-1938 – Os anos da administração de Fábio Prado*. São Paulo: FAUUSP, 1999).

prefeitura passava por um momento de crise financeira, mas, com a reorganização da tributação dos impostos, Paulo Duarte lembrou que eles poderiam aplicar o que era lei, ou seja, 10% dos impostos arrecadados seriam destinados à realização de obras culturais. O forte da administração de Fábio Prado foram as obras de urbanização na cidade e a criação de parques infantis, relatada como a primeira obra de cunho social realizada pela prefeitura e também embrião do que seria, posteriormente, o Departamento de Cultura (DUARTE, 1976: 168). Maria Ruth Sampaio descreveu que entre os frequentadores dos parques infantis eram feitas pesquisas para levantar dados acerca de moléstias, hábitos alimentares, pesquisas de densidade demográfica e tradições familiares. Havia um intercâmbio entre a Universidade de São Paulo e os parques criados pela administração de Fábio Prado. Enquanto a Universidade formava os profissionais capazes de atender aos parques, estes contribuíam como espaço para pesquisa (SAMPAIO, 1999: 48).

No que se refere à administração de Fábio Prado, destaca-se, em particular, a novidade da criação do Departamento de Cultura. Anos antes de Fábio Prado entrar para prefeitura e indicar Paulo Duarte como seu assessor, eles se reuniam juntamente com um grupo de escritores e jornalistas que escreviam para o *Diário Nacional*, órgão de imprensa do Partido Democrático. Nessas reuniões nasceu o sonho de um projeto para pesquisar e produzir conhecimento sobre as coisas brasileiras e sonhos brasileiros, temática e objetos tidos até então como possibilidades remotas, sem a atuação direta no governo. O momento era agora, com Armando de Salles Oliveira no governo seria possível a concretização daqueles sonhos daquelas idéias debatidas nas reuniões passadas. Assim, no decorrer da gestão de Fábio Prado, foi criado o Departamento de Cultura, que seria dirigido por Paulo Duarte, juntamente com Mário de Andrade. A criação da Universidade de São Paulo e a gestão de Fábio Prado, com a criação do Departamento de Cultura, mantinham um clima de euforia cultural na cidade. O projeto era esse e estava sendo executado, conforme sonhou Paulo Duarte. Afinal, eles eram naquele momento os homens do governo.

Antes de terminar o ano de 1934, já dançava dentro do meu espírito o programa cultural que podíamos levar a cabo. Nunca saíram da minha cabeça, as nossas conversas do apartamento da Avenida São João, dos tempos históricos de formação do Partido Democrático e do Diário Nacional. Conversei, nas suas melhores horas, com Fábio sobre a organização de um grande Departamento de pequenas pesquisas históricas, sociais, que

reunisse teatro, cinema, bibliotecas, música, divertimentos públicos, rádio e mesmo turismo (DUARTE, 1976: 168).

Entende-se que essas ideias só puderam ser instituídas na forma de uma política de governo para São Paulo com a entrada de Armando de Salles Oliveira no poder. Essa entrada não ocorreu sem antes aceitar uma aliança com Getúlio Vargas. Mas a concretização dessa aliança impôs aos paulistas a necessidade de ressignificar a memória da Revolução de 1932. Como projeto político do grupo armandista tinha o compromisso com o futuro, o passado tornava-se, na medida em que era lembrado, um problema. Para seguir executando suas idéias, o grupo armandista precisava continuar em aliança com Getúlio Vargas. Portanto, era necessária cautela ao rememorar a memória de 1932, pois esta se constituía como representante de um tempo em que Vargas era o inimigo.

Por fim, o Partido Constitucionalista obteve maioria dos votos nas eleições de 14 de outubro de 1934. Elegeu 34 deputados estaduais, derrotando de forma contundente o Partido Republicano Paulista. Em abril de 1935, Armando de Salles Oliveira derrotou o candidato do Partido Republicano Paulista, Altino Arantes, e foi eleito governador constitucional de São Paulo (OLIVEIRA, 1937: 1). O projeto político dos constitucionalistas teve continuidade entre os anos de 1935 e 1937, marcados pelas realizações de Armando de Salles Oliveira à frente do governo de São Paulo e por seus discursos, que já indicavam a vontade de suceder Getúlio Vargas na presidência do país. Entretanto, as eleições presidenciais, marcadas para janeiro de 1938, moveram a roda da história e as cartas da política paulista foram, novamente, embaralhadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ascensão de Armando de Salles Oliveira à interventoria de São Paulo representou a porta de entrada no poder para o grupo político do jornal *O Estado de S. Paulo*, representado pelo Partido Constitucionalista. Para tanto, foi necessário dar as mãos a Getúlio Vargas. Se Armando de Salles Oliveira se lançasse contra o governo central, o “ex-ditador” rapidamente faria com que os paulistas saíssem de cena novamente. Portanto, tal aliança redefiniu o jogo político entre os anos de 1933 e 1934. O grupo político do jornal *O Estado de S. Paulo* saiu da derrota de 1932 para o comando do governo de São Paulo. É necessário destacar que a aliança estabelecida entre Getúlio Vargas e os constitucionalistas não foi indispensável apenas para estes.

O processo de constitucionalização que se instalou nos anos de 1933 e 1934 foi executado mediante redefinições de alianças políticas, portanto, o chefe do Governo Provisório precisou conseguir bases de sustentação antes que os debates constituintes se iniciassem. Nessa direção, seu entendimento com a elite política paulista armandista cumpriu a função de conciliação de divergências, desmobilizando o ímpeto oposicionista que poderia dirigir a atuação da bancada paulista, comprometendo, assim, a eleição de Getúlio Vargas à presidência constitucional. Getúlio Vargas também precisou esquecer convenientemente os recentes desentendimentos com os paulistas e ceder ao acordo.

Ao longo do trabalho, destaquei que a aliança velada entre Armando de Salles Oliveira e o governo central foi muito criticada pela oposição, incansavelmente travada pelo Partido Republicano Paulista, que teve seus membros apeados do poder com a Revolução de 1930. Através do seu órgão de imprensa, o jornal *Correio Paulistano*, os perrepistas trabalharam diuturnamente para difamar o Partido Constitucionalista, mobilizando um tema central: a memória da Revolução de 1932. O uso político dessa memória foi feito tanto pela oposição como pela situação, cada lado da contenda significando-a conforme seus interesses e projetos. A

memória da Revolução de 1932 representava o sentimento de oposição a Getúlio Vargas. Entretanto, no caso do grupo de Armando de Salles Oliveira, os ressentimentos deveriam ser contidos em nome de um projeto político paulista de poder. Identifiquei como estratégias consequentes desse projeto, que tinha como finalidade a sucessão da presidência do país, a ser definida em 1938: a fundação do Partido Constitucionalista, a criação da Universidade de São Paulo e do Departamento de Cultura, a indicação de Fábio Prado para prefeitura da capital paulista. Tais obras indicam a tentativa de colocar São Paulo no controle do poder, como representante do progresso e da democracia. Portanto, o projeto político proposto por Armando de Salles Oliveira redefiniu as representações da guerra paulista de 1932: acerca da dolorosa experiência da derrota, contraposta as expectativas de futuro, foi construída uma memória do esquecimento.

Percebe-se que a aliança com Getúlio Vargas tornou-se a única opção da elite política paulista para restabelecer a presença de São Paulo no cenário político nacional, ainda que para isso fosse necessário praticar a “arte de esquecer” em política. Estes políticos armandistas, que se consideravam traídos e derrotados na Revolução de 1930 e 1932, respectivamente, acreditaram ser possível ocupar o poder em São Paulo e, a partir de então, governar também o país. Articularam um projeto político de poder com envergadura nacional, sobretudo com a criação do Partido Constitucionalista. Este é peça fundamental para compreensão do projeto político armandista. Por meio do partido, que elegeu maioria de representantes nas eleições de 14 de outubro de 1934, Armando de Salles Oliveira ganhou notoriedade na política paulista, conseguindo ser eleito governador constitucional na Assembleia Estadual Constituinte, promulgada em julho de 1935. O Partido Constitucionalista capacitaria as elites para o governo de São Paulo e do Brasil. Foi na insistência em fazer do partido instrumento de excelência para resolução dos problemas do país que Armando de Salles Oliveira se distinguiu dos demais pensadores e governantes do período que cerquei como proposta de trabalho (OLIVEIROS, 2007: 140). Nessa perspectiva, a sustentação da democracia dependeria da força dos partidos políticos.

O grupo político armandista oscilou entre as perspectivas de futuro e as feridas do passado revolucionário. Mas o passado paulista parecia queimar tanto as mãos de armandistas, comprometidos com 1932, quanto de perrepistas, herdeiros

do passado oligárquico. Enquanto o Partido Constitucionalista mantinha um compromisso com o futuro e o passado tornava-se, em certa medida, um problema; o Partido Republicano Paulista se via aprisionado no passado, particularmente no passado pré-1930-1932. O projeto político perrepista teve como principal estratégia estabelecer justamente uma política de lembrança das agruras sofridas por São Paulo em 1930 e 1932, traduzida na expressão "O P.R.P. não esquece, não transige e não perdoa". Contrapondo-se à ideia de "política como arte de esquecer", defendida pelos constitucionalistas para se manterem no jogo político do presente.

Os resultados que colhi ao longo da pesquisa me permitem afirmar que o movimento revolucionário de 1932 e o desenrolar da política paulista nos anos seguintes não foram meras tentativas frustradas de separatismo ou de retomada de posições políticas perdidas em 1930. Foi possível compreender que o que fica retido na memória histórica, apenas como resíduo, não são somente os agentes políticos, mas um projeto. "Este sim é o grande vencido" (VESENTINI, 1997). Ao identificar qual projeto político estava sendo defendido pelo Partido Constitucionalista e pelo Partido Republicano Paulista, pretendi desnaturalizar a memória histórica que legitima e justifica o vencedor, impedindo a percepção do vencido. Ao dar visibilidade a perspectiva dos grupos derrotados, espero ter contribuído com a renovação do debate historiográfico acerca da revolução paulista, em especial de sua memória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>.
- ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, S.; NAXARA, M, *Memória e (res)sentimento*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004.
- BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia Brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 159-182.
- _____. *Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista (história de uma esperança e muitos desenganos)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BURKE, P. A História como Memória Social In: _____. *O mundo como teatro: estudos de antropologia histórica*. Lisboa: Difel. 1992.
- CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal "O Estado de S. Paulo"*. São Paulo: Alfa - Omega, 1980.
- CASALECCHI, José E. *O Partido Republicano Paulista: política e poder (1889-1926)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CASTRO, Maria Helena de Magalhães. O Rio Grande do Sul no pós-1930: de protagonista a coadjuvante. In: Gomes, Ângela de. (Coord.). *Regionalismo e centralização política. Partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 41-132.
- CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.
- CODATO, Adriano. A elite destituída: a classe política paulista nos anos trinta. In: Caldeira, J. R. (Org.). *História do Estado de São Paulo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História Oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2006.
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: história e historiografia*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1970.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A Crise política nos anos vinte e a revolução de trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.
- SALGADO, Manoel Luiz. Escrever a história, domesticar o passado. In: Lopes, Antonio H. *História e Linguagens*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006. p. 45-58

FERREIRA, Oliveiros S. *Elos Partidos: uma nova visão do poder militar no Brasil*. São Paulo: HARBRA, 2007.

GOMES, Ângela de Castro ; lobo, Lúcia Lalimeyer; COELHO, Rodrigo Bellingrodt Marques. Revolução e restauração: a experiência paulista no período da constitucionalização. In: GOMES, Ângela de Castro et al. *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 237-337.

_____. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Raquel; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima S. (Org). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

_____. Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935). In. GOMES, Ângela Maria de Castro et al. *O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)*. 6. ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 7-75.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC – Rio, 2006.

LOWENTAHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História - Revista de Estudos dos Pós-graduandos em História, do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo*, v. 17, p. 63-201, 1998.

PRADO, Maria Lígia Coelho. *A democracia ilustrada: o Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934*. São Paulo: Ática, 1986.

RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

_____. O passado tinha um futuro. In: MORIN, Edgar. *A religação dos saberes. O desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. *São Paulo 1934-1938: Os anos da administração de Fábio Prado*. São Paulo: FAUUSP: 1999.

SANDES, Noé Freire. 1930: entre memória e história. *História Revista – Revista do Departamento de História e do Programa de Mestrado em História da UFG, Goiânia*, v. 8, p. 141-158, jan./dez. 2003.

_____. O jornalista Costa Rego e o tempo revolucionário (1930). *Revista Brasileira de História*, v. 28, p. 41-61, 2008.

_____. A memória inconsútil. São Paulo, 1932. In: FREDRIGO, Fabiana de Souza; OLIVEIRA, Fabiane Costa; SALOMON, Marlon. (Org.). *Escritas da história: arte, cultura e memória*. Goiânia: UCG, 2009. (v. 1). p. 179-197.

_____. Memória, arquivo e ressentimento: as memórias de Paulo Duarte. *Revista IHGB*. No prelo.

SILVA, Antônio Carlos Pacheco e. *Armando de Salles Oliveira*. São Paulo: Parma; Edusp, 1980.

VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato*. São Paulo: Hucitec: USP, 1997.

FONTES

Arquivo pesquisado:

Arquivo Estadual de São Paulo, São Paulo.

Periódicos:

Jornal *O Estado de S. Paulo*, agosto de 1933 a outubro de 1934.

Jornal *Correio Paulistano*, junho de 1934 a outubro de 1934.

Discursos políticos e cartas de Armando de Salles Oliveira:

OLIVEIRA, Armando de Salles. *Jornada Democrática*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1937.

_____. *Escritos Políticos*. São Paulo: Arx, 2002.

Obras memorialísticas:

DUARTE, Paulo. *Memórias*. Selva oscura. São Paulo: Hucitec, 1976. (v. 3).

VARGAS, Getúlio. *Diário*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995. (v. 1).